

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG LEONARDO MESQUITA ARAUJO

A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL ESTADUNIDENSE ENTRE 2015 E 2020:

contribuições para a evolução da estratégia naval brasileira

Rio de Janeiro

2023

CMG LEONARDO MESQUITA ARAUJO

A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL ESTADUNIDENSE ENTRE 2015 E 2020:

contribuições para a evolução da estratégia naval brasileira

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como
requisito parcial para a conclusão do Curso de
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG(RM1) Alceu Oliveira Castro
Jungstedt

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço ao Papai do Céu em quem acredito, confio e me conforta em qualquer situação.

À minha esposa e filhos, razão de ser da minha vida, que sempre embarcaram, acreditaram e confiaram nos meus sonhos.

Aos meus pais agradeço a toda educação e ensinamentos transmitidos ao longo de toda a minha existência.

À minha sogra agradeço o apoio em todos os momentos, mesmo nesse momento tão difícil em que passa e pelas inúmeras horas de educação e permanência com os meus pequenos.

Aos amigos da Turma do C-PEM/2023, meus sinceros agradecimentos por dividirem as dificuldades e multiplicarem os inúmeros momentos de descontração. Nossa amizade fez com que o ano de estudo se tornasse muito mais leve e alegre.

Ao CMG(RM1) Leonardo Mattos que contribuiu de maneira bastante significativa e voluntária com a sua experiência na busca pelas melhores fontes de análise geopolítica da minha tese e que transformou as minhas horas de pesquisa em momentos muito agradáveis de aprendizado.

Ao meu orientador CMG(RM1) Jungstedt que soube conduzir de maneira calma e serena meus inúmeros questionamentos. A direção segura e a paixão pelo assunto fizeram despertar o meu interesse no tema e tornou este estudo em muito mais do que um trabalho, tornou um grande prazer.

“O mar é o grande avisador. Pô-lo Deus a bramir junto ao nosso sono, para nos pregar que não durmamos. Por ora a sua proteção nos sorri, antes de se trocar em severidade. As raças nascidas à beira-mar não têm licença de ser míopes”.

(Rui Barbosa)

RESUMO

A história tem mostrado que o Poder de um Estado, no campo das relações internacionais, é a capacidade que possui de impor as suas vontades aos demais. Os EUA conquistaram o papel de hegemonia muito em função de sua geografia e localização. Contudo, a análise geopolítica é deveras importante para a identificação das ameaças e oportunidades, bem como para compreender que a hegemonia também é conquistada com a contribuição do Poder Marítimo. Sendo assim, as disputas pelo Poder no ambiente marítimo e a importância dada aos mares pelos estadunidenses são compreensíveis. Extrair os ensinamentos e correlacionar a prioridade que os EUA dão aos mares com a confecção da sua estratégia naval é de grande relevância para o Brasil. A extensão territorial brasileira, seu grande litoral e uma economia dependente do comércio exterior marítimo traz consigo algumas semelhanças com os EUA. Em que pese, o Poder Político e a sociedade brasileira não perceberem a importância do Poder Marítimo é de grande relevância identificar os exemplos de uma superpotência para a conquista de projeção nas discussões e relações comerciais internacionais. Dessa forma, é importante verificar como as ações e os objetivos detalhados na estratégia naval estadunidense podem contribuir com a atualização da estratégia naval brasileira. Compreender como ocorreu a evolução da estratégia naval dos EUA, comparar com o Planejamento Estratégico da MB e extrair uma propositura de lições e ensinamentos para a sua atualização foi o objetivo desse estudo. Para o cumprimento do objetivo geral, foram utilizados referenciais teóricos com os conceitos de Poder, Estratégia, “*Seapower*” e, em especial, os conceitos de “*Seapower*” para o século XXI de Geoffrey Till. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na busca, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e na investigação da literatura selecionada nas áreas de Estratégia e Geopolítica. A pesquisa foi orientada e delimitada com a análise das duas últimas estratégias navais estadunidenses, como são definidas as suas ameaças e objetivos para a conquista do Poder no ambiente marítimo e como essas ações podem orientar ou auxiliar a revisão da estratégia naval brasileira. A análise da questão fez com que a resposta fosse encontrada a partir da definição clara das ameaças, investimentos em Defesa e a sinalização para a concepção de uma estratégia marítima nacional.

Palavras-chave: Estratégia Naval, *Seapower*, Política Naval, Plano Estratégico da Marinha 2040, *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower* e *Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*.

ABSTRACT

History has shown that the Power of a State, in the field of international relations, is its ability to impose its will on others. The USA has conquered the role of hegemony largely in function of its geography and location. However, geopolitical analysis is particularly important to identify threats and opportunities, as well as to understand that hegemony is also achieved with the contribution of Maritime Power. Thus, the disputes for power in the maritime environment and the importance given to the seas by the Americans are understandable. Drawing the lessons and correlating the priority that the USA gives to the seas with the preparation of its naval strategy is of great relevance to Brazil. The Brazilian territorial extension, its great coastline and an economy dependent on maritime foreign trade brings with it some similarities with the USA. Despite that, the Political Power and the Brazilian society do not realize the importance of the Maritime Power is significant to identify the examples of a superpower for the conquest of projection in the discussions and international trade relations. Thus, it is important to verify how the actions and objectives detailed in the American naval strategy can contribute to the updating of the Brazilian naval strategy. Understanding how the evolution of the US naval strategy occurred, comparing with MB's Strategic Planning and drawing a proposition of lessons and teachings for its updating was the objective of this study. For the fulfillment of the general objective, theoretical references were used with the concepts of Power, Strategy, "Seapower" and, in particular, the concepts of "Seapower" for the 21st century by Geoffrey Till. The methodology used in this work consisted of the search, through bibliographical and documentary research, and the investigation of the selected literature in the areas of Strategy and Geopolitics. The research was oriented and delimited with the analysis of the last two American naval strategies, how are defined their threats and objectives for the conquest of power in the maritime environment and how these actions can guide or assist the review of the Brazilian naval strategy. The analysis of the question caused the answer to be found from the clear definition of threats, investments in Defense and signaling for the design of a national maritime strategy.

Keywords: Naval Strategy, Seapower, Naval Policy, Navy Strategic Plan 2040, A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower and Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa político dos EUA	105
Figura 2 –	Zonas climáticas da Terra	106
Figura 3 –	Mapa das terras aráveis dos EUA	106
Figura 4 –	O ciclo virtuoso marítimo das atividades marítimas	107
Figura 5 –	Relações diplomáticas entre os Estados, flutuando desde a cooperação até o conflito	107
Figura 6 –	Mapa demonstrativo da localização do porto de Sebastopol, na Crimeia	108
Figura 7 –	Reivindicação do Vietnã, Filipinas, Taiwan, Malásia, Brunei e China pelos territórios marítimos no Mar do Sul da China	109
Figura 8 –	Representação das conexões de Poder e a estrutura básica para uma boa análise geopolítica	110
Figura 9 –	Mapa do <i>Midwest</i> estadunidense	110
Figura 10 –	Figura dos rios navegáveis do <i>Midwest</i> estadunidense com destaque para o Rio Mississippi	111
Figura 11 –	Mapa demonstrando o Estado bioceânico com extensa oferta de rios navegáveis (hidrografia dos EUA)	112
Figura 12 –	Estrutura organizacional da Marinha dos EUA	112
Figura 13 –	Classificação anual do <i>World Directory of Modern Military Warships</i> (WDMMW) que apresenta as Forças Navais mais poderosas do mundo	114
Figura 14 –	Orçamento atualizado de despesas por ano (<i>US Navy e US Marine Corps</i>) de 2001 a 2024	114
Figura 15 –	Mapa Estratégico da Marinha	115
Figura 16 –	Programas Estratégicos da MB	116
Figura 17 –	Os 15 Estados que mais tiveram despesas militares em 2021	117
Figura 18 –	Elementos do Poder Marítimo	118
Figura 19 –	Entorno estratégico brasileiro	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ªGM -	Primeira Guerra Mundial
2ªGM -	Segunda Guerra Mundial
AEN -	Ações Estratégicas Navais
AJB -	Águas Jurisdicionais Brasileiras
BID -	Base Industrial de Defesa
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COVID-19 -	Coronavirus-19
DMN -	Doutrina Militar Naval
DNOG -	Divisão Naval em Operações de Guerra
EI -	Estado Islâmico
EMFA -	Estado-Maior das Forças Armadas
END -	Estratégia Nacional de Defesa
EUA -	Estados Unidos da América
FA -	Forças Armadas
FEMAR -	Fundação de Estudos do Mar
GFP -	Global Firepower
GTI -	Grupo de Trabalho Interministerial
ISR -	Intelligence, surveillance and rescue
JDN -	Joint Doctrine Note
LBDN -	Livro Branco de Defesa Nacional
MB -	Marinha do Brasil
MD -	Ministério da Defesa
MEM -	Mapa Estratégico da Marinha
OBNAV -	Objetivos Navais
ONU -	Organização das Nações Unidas
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEM -	Plano Estratégico da Marinha
PN -	Política Naval
PND -	Política Nacional de Defesa
PNM -	Programa Nuclear da Marinha
PPA -	Plano Plurianual
PROSUB -	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
RC -	República da China
RPC -	República Popular da China
SECNAVY -	Secretário de Marinha dos Estados Unidos da América
SISGAZ -	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
TPP -	Trans-Pacific Partnership
TVR -	TrueValueRating
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US NAVY -	United States Navy
USMCA -	United States–Mexico–Canada Agreement
WDMMW -	World Directory of Modern Military Warships
ZOPACAS -	Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONCEITOS E DEFINIÇÕES	15
2.1	Conceitos de Poder	15
2.2	Conceitos de Estratégia	17
2.3	O Poder Marítimo	18
2.4	Conceitos de “Seapower” para o século XXI de Geoffrey Till	22
3	A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL ESTADUNIDENSE	27
3.1	Disputas pelo Poder no ambiente marítimo	27
3.2	Análise geopolítica dos EUA	31
3.2.1	Conjuntura geográfica	32
3.2.2	Conjuntura histórica	33
3.3	<i>A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower</i>	39
3.4	<i>Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power</i>	47
3.5	Comparação entre as estratégias navais estadunidenses de 2015 e 2020	53
4	A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA DO SÉCULO XXI	59
4.1	Análise geopolítica do Brasil	59
4.1.1	Conjuntura geográfica	59
4.1.2	Conjuntura histórica	60
4.2	Política Naval brasileira	65
4.3	Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM-2040)	70
4.4	Comparação entre a Política Naval e o Plano Estratégico da Marinha 2040 .	76
4.5	Comparação das estratégias navais estadunidenses com a PN e o PEM 2040	81
4.6	Propositura para a revisão do PEM 2040	83
	CONCLUSÃO	86
	REFERÊNCIAS	91
	GLOSSÁRIO	98
	APÊNDICE A – Lista de Ilustrações	104
	APÊNDICE B – Paradigma da estratégia de Liddell Hart	118
	APÊNDICE C – Diferenças entre as estratégias navais dos EUA de 2015 e de 2020	119

APÊNDICE D – Conexões entre os Estados e a relação inversamente proporcional entre investimentos em Defesa e a necessidade de cooperação militar	120
APÊNDICE E – Orçamento atualizado de despesas por ano (Comando da Marinha)	121
APÊNDICE F – Comparação entre a PN e o PEM 2040	122
APÊNDICE G – Comparação das estratégias navais estadunidenses com a PN e o PEM 2040	123

1 INTRODUÇÃO

Os Estados Unidos da América (EUA) são o 4º maior Estado do mundo em extensão territorial¹ com dimensões continentais de mais de 9.500.000 Km² e fronteiras terrestres com o Canadá e o México. Além disso, conforme podemos observar nos mapas (FIG. 1, 2 e 3), são um Estado continental bioceânico pois possuem acesso aos Oceanos Atlântico e Pacífico e ainda têm a maior quantidade de terra arável em zona temperada do mundo².

Os EUA conquistaram o papel de hegemonia, projeção e alcance mundiais muito em função de sua geografia e localização. Segundo Stratford (2016a), os Estados Unidos da América são um Império Inevitável, ou seja, suas vantagens geopolíticas fizeram com que os estadunidenses se tornassem a potência que conhecemos hoje e alguns fatores geográficos justificam essa afirmação.

A história dos EUA começou com as culturas indígenas que habitavam a região e, em 1492, a chegada de Cristóvão Colombo ao chamado Novo Mundo³, marcou o início do contato europeu com as Américas. No entanto, foi com a colonização britânica que as raízes estadunidenses começaram a se formar. Os colonos britânicos⁴ buscavam liberdade religiosa e oportunidades econômicas, mas logo enfrentaram tensões crescentes com a Coroa Britânica (PARKER, 2011).

A busca por autonomia por parte dos colonos britânicos que habitavam os Estados Unidos, culminou com a Guerra de Independência dos EUA⁵ (1775-1783), na qual as treze colônias britânicas se uniram e conquistaram sua independência. Essa guerra, entre outros eventos, contou com a participação de dois navios que foram equipados e armados com

¹ Fonte: NATIONAL GEOGRAPHIC. Qual é o maior país do mundo em extensão territorial? Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/viagem/2023/03/qual-e-o-maior-pais-do-mundo-em-extensao-territorial>>. Acesso em 10 ago. 2023.

² Fonte: STRATFORD: THE WORLD'S LEADING. A Geopolítica dos EUA, Parte 1: O Império Inevitável, 2016a. Austin: USA. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-united-states-part-1-inevitable-empire>>. Acesso em 16 jul. 2023.

³ Vide GLOSSÁRIO, p. 100.

⁴ Vide GLOSSÁRIO, p. 98.

⁵ A Guerra de Independência dos EUA foi um conflito que ocorreu entre 1775 e 1783, onde as Treze Colônias britânicas na América do Norte buscaram se libertar do domínio da Grã-Bretanha pois eram obrigadas a pagar impostos e não tinham o benefício da representação no Parlamento. Após uma série de batalhas e negociações foi assinado um acordo provisório reconhecendo a independência dos EUA, em novembro de 1782. Esse acordo foi ratificado pelo Tratado de Paris, em 1783, e George Washington tornou-se presidente da Convenção Constitucional que delineou a Constituição dos EUA, em 1787 (PARKER, 2011).

metralhadoras e canhões giratórios, após a autorização do Congresso Continental⁶, para interceptar navios que transportavam munições e provisões para o exército britânico nos EUA. Durante a batalha, mais especificamente em 13 de outubro de 1775, foi criada a *United States Navy (US Navy)*⁷ (EUA, 2023).

Nesse contexto, notamos que a criação da *US Navy* está inserida na mesma conjuntura da Independência dos EUA e da conquista dos primórdios de sua soberania. Após a independência, os estadunidenses enfrentaram o desafio de criar uma forma de governo. O Estado cresceu rapidamente durante o século XIX e, no século XX, os EUA emergiram como uma potência global após as duas Guerras Mundiais⁸. Contudo, a chamada Guerra Fria⁹ com a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dominou grande parte do período pós-Guerras Mundiais, ditando os rumos da política e das relações internacionais.

Esses acontecimentos desenvolveram nos estadunidenses a mentalidade da obtenção do Poder¹⁰, com a consequente contribuição do Poder Marítimo¹¹. Essa percepção fez com que os estadunidenses desenvolvessem estratégias para a obtenção dos seus objetivos, com o auxílio do seu Poder Naval¹².

Dessa forma, percebemos que as disputas pelo poder no ambiente marítimo e a importância dada aos mares para a obtenção da hegemonia estadunidense ocorre desde a sua Independência. Portanto, correlacionar a importância dada aos mares pelos EUA e a confecção de uma estratégia naval sob uma análise geopolítica para a sua divulgação é natural.

A extensão territorial do Brasil e uma economia dependente do comércio exterior marítimo trazem algumas semelhanças com os EUA. Portanto, uma análise geopolítica, faz-se

⁶ O Congresso Continental foi um órgão governamental formado pelas Treze Colônias britânicas na América do Norte, durante a Guerra de Independência dos EUA. Era composto por delegados que representavam as colônias e alguns dos principais líderes incluíam George Washington, Benjamin Franklin, John Adams, Thomas Jefferson e John Hancock. O Congresso Continental se rebelou contra o domínio britânico durante a Guerra de Independência e foi de grande relevância para a Independência dos EUA (MAIER, 1998).

⁷ Marinha dos Estados Unidos da América (tradução nossa).

⁸ Vide GLOSSÁRIO, p. 98.

⁹ A Guerra Fria ficou assim conhecida devido ao fato de ter sido um período de rivalidade política, ideológica, econômica e militar entre os EUA e a ex- URSS, que se estendeu entre os anos de 1945 e 1991. A Guerra Fria não envolveu um confronto direto entre as duas superpotências da época, mas foi marcada por uma competição pelo poder e hegemonia mundiais. Observou-se uma corrida armamentista e uma divisão do mundo em dois blocos, com os EUA liderando o bloco ocidental e a ex-URSS liderando o bloco oriental (PARKER, 2011),

¹⁰ Vide, GLOSSÁRIO, p. 102.

¹¹ Vide, GLOSSÁRIO, p. 102.

¹² Vide, GLOSSÁRIO, p. 102.

mister para identificarmos as principais ameaças e desafios no nível internacional e os principais interesses para a manutenção da sua influência.

Atualmente, a Marinha do Brasil (MB) está em fase de atualização do seu Plano Estratégico, o chamado Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)¹³. O aperfeiçoamento do planejamento estratégico de um Estado visa disseminar e orientar um planejamento de médio e longo prazos a fim de alcançar e cumprir o estabelecido pela sua visão de futuro.

Sendo assim, é relevante verificar se as ações e os objetivos detalhados na estratégia naval estadunidense podem, de alguma forma, inspirar ou contribuir com a atualização da estratégia naval brasileira. Ademais, verificar se o formato atual do PEM 2040 contribui de modo eficaz para a consecução dos Objetivos Navais (OBNAV) brasileiros¹⁴.

Posto isso, o objeto de estudo da presente Tese é analisar a evolução da estratégia naval dos EUA e tem como proposta deduzir lições e apresentar sugestões para a atualização do PEM 2040, a partir de um processo comparativo de análise da evolução da estratégia naval estadunidense entre 2015 e 2020 e algumas contribuições para a evolução da estratégia naval brasileira.

A relevância desse trabalho está na possibilidade do aperfeiçoamento do PEM 2040, em decorrência das similaridades e diferenças identificadas com os documentos condicionantes que ditam a estratégia naval dos EUA, no período de 2015 a 2020. O espaço temporal escolhido foi em função de ter sido o período de tempo em que foram divulgadas as suas duas últimas versões, a primeira do ano de 2015, "*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*)"¹⁵, e a sua atualização datada de 2020, o "*Advantage at Sea - Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*"^{16 17}.

Para o cumprimento do objetivo geral, utilizaremos como referencial teórico conceitos de Poder, Estratégia, "*Seapower*"¹⁸ e, em especial, os conceitos de "*Seapower*" para o século XXI de Geoffrey Till (1945 -)¹⁹. Sendo assim, com a finalidade de se permitir uma visualização

¹³ Vide GLOSSÁRIO, p. 101.

¹⁴ Vide GLOSSÁRIO, p. 101.

¹⁵ Uma estratégia cooperativa para o poder marítimo do século 21 (2015) (tradução nossa).

¹⁶ Vantagem no Mar - Prevalecendo com o Poder Naval Integrado de Todos os Domínios (2020) (tradução nossa).

¹⁷ "*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*" e o "*Advantage at Sea - Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*" serão analisados no capítulo 3 da presente tese.

¹⁸ Vide GLOSSÁRIO, p. 101.

¹⁹ O historiador britânico Geoffrey Till possui vários estudos e obras acerca da evolução da estratégia naval e do conceito de "*Seapower*" para o século XXI. Atualmente, é professor Emérito de Estudos Marítimos no Departamento de Estudos de Defesa do *King's College*, em Londres (Reino Unido).

cronológica do presente trabalho e, ao final, consigamos apresentar uma proposição para a atualização do Plano Estratégico da MB, a organização da pesquisa contou com cinco capítulos.

O primeiro capítulo, iniciado na presente introdução, relata o problema, a justificativa, o objeto estudado, a sua relevância, a delimitação temporal, o objetivo geral e a estruturação teórica do raciocínio. O segundo identifica os principais conceitos e definições de Poder, Estratégia, Poder Marítimo e, alguns conceitos de *Seapower* para o século XXI de Geoffrey Till.

No terceiro capítulo será apresentada uma breve exposição das primeiras batalhas e disputas pelo poder no ambiente marítimo, uma contextualização geográfica e histórica dos EUA e da criação da *US Navy*, uma análise geopolítica dos EUA entre os anos de 2014 e 2020 a fim de identificar as ameaças no nível internacional e oportunidades para a manutenção do poder estadunidense e, por fim, uma comparação entre as duas últimas estratégias navais estadunidenses publicadas.

O quarto capítulo apresenta o contexto histórico de criação da MB, uma análise dos documentos condicionantes do planejamento estratégico brasileiro, a fim de identificar as principais ameaças e desafios a nível internacional, uma comparação entre as duas últimas estratégias navais brasileiras publicadas, uma comparação entre as estratégias navais brasileiras e estadunidenses e, por fim, uma proposição para a atualização do PEM 2040.

Finalmente, o quinto capítulo apresenta a conclusão do trabalho. De forma complementar apresentamos apêndices úteis ao entendimento da Tese com ilustrações referenciadas e produzidas pelo autor referenciadas ao longo do trabalho.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na busca, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e na investigação da literatura selecionada nas áreas de Estratégia e Geopolítica, de forma a privilegiar as fontes primárias e o acesso a autores nacionais e estrangeiros, com o propósito de obter dados e informações sob mais de um ponto de vista. Algumas percepções específicas das estratégias navais do Brasil e dos EUA foram utilizadas de maneira exemplificativa com o propósito de se realizar comparações entre os dois planejamentos estratégicos a fim de se obter proposições para a MB.

No próximo capítulo são apresentados os principais conceitos oriundos do referencial teórico. O presente arcabouço abrange conceitos de Poder, de Estratégia, a evolução histórica do entendimento de Poder Marítimo e alguns conceitos de *Seapower* para o século XXI de Geoffrey Till.

2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Neste capítulo serão apresentados conceitos, a fundamentação teórica e algumas definições de Poder²⁰, Poder Marítimo, Poder Naval e estratégia²¹. A análise desses tópicos é necessária para o entendimento dos argumentos que serão apresentados ao longo da presente tese.

Os conceitos terão como base a evolução histórica do entendimento de Poder Marítimo para alguns estrategistas, historiadores e estudiosos do tema. O capítulo apresentará a evolução das principais correntes de pensamento e os seus arquétipos, antes e depois do século XXI.

A seguir, estabeleceremos a evolução conceitual e estratégica do pensamento sobre algumas definições de Poder, desde Nicolau Maquiavel, até o entendimento de Poder Marítimo, para Geoffrey Till.

2.1 Conceitos de Poder

Para entendermos o Poder Marítimo faz-se mister analisar um dos vocábulos da sua estrutura mínima, ou seja, o Poder. Segundo Porfírio Neto (2023) essa palavra possui origem no latim e tem a mesma raiz da palavra potência, ou seja, estão ligadas pela mesma estrutura e remetem a capacidade de impor, mandar ou submeter os outros à própria vontade.

Poder é potência, a única diferença semântica de potência para Poder é que a primeira expressa uma capacidade futura, virtual, de transformar-se ou fazer-se. A palavra Poder, portanto, indica a capacidade presente de fazer (PORFÍRIO NETO, 2023).

Uma outra definição de Poder pode ser encontrada no Glossário das Forças Armadas. Nessa publicação, Poder tem o significado de impor a vontade ou a conjugação interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance e preservação dos objetivos (BRASIL, 2015).

Além do significado léxico, a palavra Poder possui uma série de interpretações. Entretanto, suas definições remetem a força, capacidade de domínio e autoridade. Segundo o filósofo Nicolau Maquiavel (1469-1527), o Poder é definido como o principal elemento da política para a conquista e a manutenção do domínio. Nesse sentido, vários filósofos

²⁰ Utilizaremos a palavra Poder com o início da sua grafia com letra maiúscula somente para dar destaque ao vocábulo ao longo do texto.

²¹ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

desenvolveram teorias sobre o poder definindo-o como um mecanismo do campo político para a imposição de suas vontades (MAQUIAVEL, 1513).

Segundo o General do Reino da Prússia²² e teórico da guerra Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780-1831), a guerra é uma ação de violência destinada a obrigar o adversário a realizar a nossa vontade. Ou seja, enquanto ato social, pressupõe a contraposição de vontades e a violência é, portanto, um meio, e o fim é a imposição da nossa vontade (ARON, 2002).

Alguns anos mais tarde o sociólogo, jurista e economista alemão Maximilian Karl Emil Weber (1864-1920), definiu Poder como sendo a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade, ou seja, a imposição da nossa vontade mesmo que haja alguma possibilidade de resistência é conquistada por meio do Poder que possuímos (WEBER, 2022).

Seguindo a mesma linha de pensamento o filósofo e historiador Norberto Bobbio (1909-2004) classificou o Poder de acordo com o modo em que é exercido e o meio onde se encontra. Sendo assim dividiu-o em: poder econômico, ou seja, de acordo com os bens que possui; poder ideológico que é exercido por quem pode influenciar grandes massas; e o poder político que pode ser legítimo quando visa a finalidade da vida política, ou ilegítimo, quando é gerado a partir de uma situação simples de classes sociais ou pessoas (BOBBIO, 1997).

No sentido mais genérico, Poder ou potência é a capacidade de fazer, produzir ou destruir. O Poder de um Estado, no campo das relações internacionais, é a capacidade que possui de impor as suas vontades aos demais. Em outras palavras, o poder político não é um valor absoluto, não pode ser quantificado, mas interfere diretamente em uma relação entre os indivíduos e aumenta o poder de dissuasão de um Estado (ARON, 2002).

Fruto das definições e classificações de Poder percebemos que a estratégia acaba sendo mencionada em conjunto com o Poder. Segundo o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), a noção de estratégia de poder é útil por unir um entendimento do Poder enquanto relação acrescido de uma combinação das diferentes relações tende a gerar um esquema, uma estratégia, que não necessita da intencionalidade de um sujeito para existir (FOUCAULT, 1995). Dessa forma, exploraremos alguns conceitos de estratégia.

²² O Reino da Prússia (1701 a 1918) foi um Estado que existiu na região que atualmente corresponde à Alemanha, Polônia e Rússia. Foi um dos Estados de maior relevância da Europa entre os séculos XVIII e XIX (CLARK, 2007).

2.2 Conceitos de Estratégia

Até os dias de hoje, muitos historiadores consideram que um dos primeiros textos que continham pensamentos sobre estratégia e tática militar foi escrito em meados do século V a.C. pelo general, estrategista e filósofo chinês Sun Tzu (544 a.C – 496 a.C.). Sua obra, *A arte da guerra*, composta por 13 capítulos de estratégias militares, até o presente, influencia o pensamento e é utilizada como referência para os estudos desse tema. Sun Tzu descreveu a estratégia como um conjunto de planos e ações destinados a alcançar objetivos específicos em um cenário de conflito militar (KAUFMAN, 1996).

Segundo Sun Tzu, a estratégia é a arte de vencer uma batalha sem travá-la. Ressalta a importância de compreender a geografia do local em disputa, avaliar o poder das forças envolvidas no combate, as próprias fraquezas e as do inimigo, além de gerenciar os recursos disponíveis de maneira eficiente. Para ele, a vitória deveria ser alcançada evitando o conflito direto sempre que possível, e em vez disso, buscar a superioridade tática, psicológica e logística (KAUFMAN, 1996).

O historiador e militar britânico Liddell Hart (1895-1970), indica que uma das funções da estratégia era medir os recursos econômicos de um Estado para a manutenção das suas Forças Armadas (FA). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, traduz esse pensamento dizendo que uma estratégia deve ser uma constante avaliação dos fins e meios a fim de se obter a consequente percepção de Poder e a vantagem da paz (KENNEDY, 1991).

Para Foucault existem duas estratégias para a obtenção do Poder. A primeira é a racionalidade empregada para se alcançar um objetivo e a segunda indica os meios através dos quais privaríamos o inimigo dos instrumentos de combate, alcançando, assim, a vitória (CASTRO, 2016). Percebemos, portanto, mais uma vez a utilização conjunta das expressões poder e estratégia.

Não há uma definição padrão e precisa do termo estratégia. Entretanto, Liddell Hart teve a inteligência de citar dois termos (fins e meios) que, até os dias de hoje, é considerado por alguns autores, como o paradigma da estratégia, ou modelo estratégico. O APÊNDICE B apresenta esse modelo adaptado de que toda estratégia é composta por fins, meios e métodos, sendo o método a ponte de união entre meios e fins (BRASIL, 2022b).

A *Joint Doctrine Note 1-18* (JDN), uma nota de estudo do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas estadunidenses, corrobora o entendimento de Liddell Hart e cita que todas

as estratégias envolvem a mesma lógica fundamental de “*ends*”, “*means*” and “*ways*” (fins, meios e métodos). Uma estratégia abrangente deve responder a três perguntas básicas: Para onde queremos ir, ou quais são os fins (“*ends*”) desejados? Como chegamos lá, ou quais são os métodos (“*ways*”) utilizados? Quais recursos estão disponíveis, ou quais são os meios (“*means*”) existentes? (EUA, 2018).

O teórico das relações internacionais e das ciências políticas estadunidense, John J. Mearsheimer (1947-), trouxe sua visão realista das relações internacionais e buscou compreender as razões e estratégias para se atingir o poder. Para tal, analisou a importância do poder para o Estado e as principais maneiras de se chegar a ele. Afirma que, por conta de não existir uma autoridade que se sobreponha aos Estados, os atores detentores do poder buscam constantemente a manutenção de sua hegemonia.

As grandes potências perceberam que a melhor forma de garantir sua segurança é conquistar a hegemonia, eliminando assim, qualquer possibilidade de um desafio por outra grande potência. Apenas um Estado insensato perderia a oportunidade de ser um Estado hegemônico do sistema por acreditar que já tenha poder suficiente para sobreviver (MEARSHEIMER, 2007, p.48).

Podemos concluir parcialmente que, as supracitadas definições de poder e estratégia seguem por uma linha de raciocínio onde o poder é a força, o elemento da política para a conquista ou manutenção do domínio e tem o objetivo de impor a própria vontade numa relação social. Os Estados utilizarão estratégias e os seus poderes econômico, ideológico e político serão os métodos para a conquista ou a manutenção da hegemonia nas relações internacionais. Ou seja, os fins (“*ends*”) desejados, os métodos (“*ways*”) utilizados e os meios (“*means*”) existentes.

Após algumas citações e referenciais teóricos de poder e estratégia pretendemos convergir a presente tese para o ambiente marítimo. Dessa forma, algumas outras definições são importantes e, para explorar um pouco mais os conceitos de estratégia e poder, utilizaremos os conceitos de “*Seapower*” de alguns renomados pesquisadores.

2.3 O Poder Marítimo

Por se tratar de um elemento do Poder Nacional²³ e ter o mar como um dos meios de atuação é de suma importância compreender alguns fatores e elementos do Poder Marítimo

²³ Vide GLOSSÁRIO, p. 102.

de um Estado. Dessa forma, citaremos o atual entendimento de Poder Marítimo para a Marinha do Brasil a fim de compararmos com algumas definições e evoluções do termo “*Seapower*” cunhadas por Almirantes, historiadores e renomados estrategistas.

O PEM-2040 é um documento de alto nível, estruturado a partir da análise do ambiente operacional e da identificação de ameaças, que estabelece os programas estratégicos com o propósito de prover o Brasil com uma Força Naval moderna e de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Estado, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e águas interiores²⁴, em sintonia com os anseios da sociedade e assim define o Poder Marítimo:

O Poder Marítimo é a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os objetivos nacionais (BRASIL, 2020b, p. 14).

Os objetivos nacionais não devem ser confundidos com os objetivos fundamentais definidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Os objetivos aos quais estamos nos referindo são os definidos no Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01) e mais detalhados na Política Nacional de Defesa (PND)²⁵ como sendo os objetivos nacionais de defesa²⁶.

Citada a definição de Poder Marítimo com a qual a MB se baseia, apresentaremos algumas correspondências para o mesmo conceito, sob a acepção de alguns estudiosos, a fim de estabelecer uma reciprocidade de pensamentos.

No ano de 1890 foi publicado o livro “*The Influence of Sea Power Upon History, 1660 - 1783*”²⁷ pelo Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914). Muitos historiadores entendem que foi uma das primeiras vezes em que o termo “*Seapower*” foi empregado com o conceito de Poder Marítimo que o Brasil utiliza hoje (TILL, 2018).

Segundo Mahan, o Poder Naval era um fator preponderante para o domínio de uma nação e que este último contribuía para o controle dos mares e o sucesso nos conflitos militares. Para ele o termo “*Seapower*” tem relação com o Poder Naval e a influência que um

²⁴ Vide GLOSSARIO, p. 98.

²⁵ Vide GLOSSARIO, p. 102.

²⁶ Vide GLOSSARIO, p. 101.

²⁷ A Influência do Poder Marítimo na História, 1660-1783 (tradução nossa).

Estado exerce a partir da sua supremacia e do uso estratégico dos mares (MAHAN, 1890).

Até hoje, Mahan é conhecido como o “evangelista” do Poder Marítimo e assim foi denominado pela autora Margaret Sprout (1903-2004) em seu artigo na Universidade de Princeton:

Alfred Thayer Mahan, o evangelista do Poder Marítimo. Com esse título Margaret Sprout denominou o seu artigo publicado em 1973 sobre esse historiador e estrategista que alterou o modo como se deveria perceber o Poder Marítimo no desenvolvimento dos Estados, a partir do estudo da história naval (ALMEIDA, 2015, p. 29).

Lembre-mos que Mahan era estadunidense e que a sua percepção para “*Seapower*” incluía a *US Navy* e outras formas de emprego do Poder Marítimo para proteger e promover seus interesses ao redor do mundo. Paralelamente ao pensamento de Mahan e, desde o século passado, os EUA têm adotado o termo “*Seapower*”. Eles consideram que o controle dos mares e a capacidade de projetar poder são elementos essenciais de política externa e de sua estratégia de defesa (EUA, 2020).

Ademais, os interesses dos EUA por meio do seu Poder Naval tem logrado êxito na capacidade de proteger suas principais linhas de comunicação marítimas, incluindo sua estabilidade na importação e exportação de fontes energéticas e com a tentativa de preservação de paz e estabilidade em regiões estratégicas (EUA, 2020).

Esses interesses estão definidos no “*Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*”²⁸, documento redigido e elaborado pelo Secretário de Marinha dos Estados Unidos da América (*SecNavy*)²⁹, órgão governamental dos EUA, que define a sua estratégia naval. Essa publicação estabelece que o Poder Naval, composto da Marinha de Guerra, do Corpo de Fuzileiros Navais e da Guarda Costeira, devem promover a prosperidade, a segurança e a promessa de uma ordem baseada em regras livres e abertas (EUA, 2020).

Outros pesquisadores também divulgaram suas interpretações acerca do conceito de Poder Marítimo. Segundo Julian Stafford Corbett (1854–1922), historiador e geoestrategista, o conceito de Poder Marítimo está no controle do mar e que a supremacia nesse ambiente contribui para a projeção de poder de um Estado sobre os demais (CORBETT, 1911).

²⁸ Vantagem no mar: Prevalecendo com o Poder Naval integrado em todos os domínios (tradução nossa).

²⁹ O *SecNavy* é responsável por mais de 900.000 marinheiros, fuzileiros navais, reservistas e civis e um orçamento anual superior a US\$ 210 bilhões. Suas prioridades incluem garantir a demanda de operações navais bem-sucedidas, adestramento e abordar os desafios mais prementes enfrentados pela *US Navy*, *US Marine Corps* e *US Coast Guard* (EUA, 2016).

O Vice-Almirante brasileiro João Carlos Gonçalves Caminha (1923-2010) citou que a necessidade de controlar determinadas áreas oceânicas por razões econômicas, militares ou políticas, resulta na aparição de objetivos de natureza especial, os Objetivos Marítimos, cuja consecução demanda o emprego especializado do poder. Na busca desses Objetivos Marítimos, os instrumentos do poder são preparados e empregados dentro de procedimentos próprios, admitindo-se, portanto, haver uma Estratégia Naval integrada com uma Estratégia Nacional de Defesa (CAMINHA, 1980).

Segundo Caminha (1980), os objetivos considerados na Estratégia Naval dizem respeito ao domínio do mar, domínio cujo grau máximo significa o livre uso da área marítima em benefício próprio e a total interdição de seu uso ao inimigo. A integração dos elementos do Poder Nacional aptos a influir no grau de domínio do mar constitui, portanto, o Poder Marítimo.

Para o estrategista e historiador estadunidense Norman Friedman (1946-), Poder Marítimo é o poder centrado no mar e projetado a partir dele. Cita, entre outros fatores, que a maioria da população está situada nas cidades próximas ao mar, que grande parte do comércio marítimo é transportado nos oceanos e que muitos recursos naturais estão sendo explorados dos mares e subsolo marinho. Portanto, o Poder Marítimo tem grande influência no poder de um Estado, uma vez que os seus recursos transitam em grande parte nas relações comerciais desses Estados na via marítima e as estratégias necessárias para a transmissão da percepção de poder aos demais atores, ou seja a dissuasão (FRIEDMAN, 2001).

Essas são algumas das definições de “*Seapower*” que foram amplamente aceitas e consideradas relevantes ao longo do tempo. No entanto, é importante notar que o conceito de “*Seapower*” pode evoluir e ser interpretado de maneiras diferentes, dependendo do contexto histórico, geográfico e político.

Em que pese todas as definições supracitadas possuírem uma correspondência teórica e convergirem para a definição “mahaniana” de Poder Marítimo como sendo a projeção de poder perante os demais Estados para o uso estratégico dos mares, focaremos nosso estudo no pensamento do historiador britânico Geoffrey Till (1945 -). Possuidor de diversas obras acerca do conceito de “*Seapower*” para o século XXI, o estudo das suas obras será de grande valia para um entendimento contemporâneo do tema.

2.4 Conceitos de “Seapower” para o século XXI de Geoffrey Till

O historiador britânico Geoffrey Till possui vários estudos e obras acerca da evolução da estratégia naval e do conceito de “Seapower” para o século XXI. Em busca da definição de poder marítimo, ele inicia uma primeira aproximação desse conceito:

[...] O poder marítimo não é simplesmente o que é preciso para usar o mar (embora isso seja obviamente um pré-requisito). É também a capacidade de influenciar o comportamento de outras pessoas ou coisas pelo que se faz no mar ou a partir dele. Essa abordagem define o poder marítimo em termos de suas consequências, seus resultados e não as causas, os fins e não os meios (TILL, 2018, p. 25, tradução nossa).

Para Till (2018), o Poder Marítimo é constituído por algumas características que ele define como capacidades marítimas, quer sejam militares, quer sejam civis. As capacidades marítimas militares possuem características óbvias do Poder Naval. No entanto, as capacidades marítimas civis, parte integrante do poder marítimo, são as competências que um Estado possui de conseguir explorar todos os recursos provenientes do mar.

A conjugação dessas capacidades marítimas civis e militares são as características constituintes do Poder Marítimo e o lugar que elas ocupam dentro do conceito do Poder Nacional. Ou seja, o poder marítimo é a capacidade que um Estado possui para usar o mar.

Seguindo essa linha de pensamento, Till (2018) utiliza os conceitos de “input” e “output”. Os “inputs” são as capacidades e meios (“means”) disponíveis do Poder Marítimo, que são: marinhas, guardas costeiras, o setor industrial e as contribuições das forças terrestres e aéreas. Os “outputs”, por sua vez, vão além daquilo que um Estado conquista com a exploração do mar, são também os benefícios e a capacidade de influenciar o comportamento de outros Estados em terra, ou seja, essa percepção define o poder marítimo em termos de suas consequências, seus “outputs” não suas entradas, os “ends” e não os “means”.

Percebemos que há uma correlação de ideias entre a definição de poder marítimo para Till e o entendimento descrito na “JDN 1-18”, que corrobora o entendimento de que todas as estratégias envolvem a mesma lógica fundamental de “ends”, “means” and “ways” (fins, meios e métodos).

As definições de “Seapower” de Geoffrey Till são amplamente discutidas na literatura acadêmica. Segundo Till (2018) a capacidade de uma nação explorar seus recursos marinhos, em apoio aos seus objetivos políticos, econômicos e estratégicos é também conhecido como Poder Marítimo. Para a obtenção desse poder faz-se mister planejar forças navais, controlar áreas marítimas e salvaguardar interesses marítimos dentro da sua área de interesse.

O Poder Marítimo é uma forma única de poder, uma vez que permite que um Estado alcance seus objetivos além de suas fronteiras nacionais, por meio do uso do mar como um espaço estratégico. Isso envolve a projeção de força naval para áreas distantes, a proteção de rotas marítimas vitais e o uso do mar como uma plataforma para operações militares, diplomáticas e econômicas (TILL, 2018).

Geoffrey Till (2013) esclareceu em um dos seus estudos o chamado ciclo virtuoso das atividades marítimas, ou seja, demonstrou em um desenho (FIG. 4) que o aumento das atividades marítimas comerciais de um Estado leva a uma consequente elevação do poder da sua Marinha de Guerra, o que, por sua vez, incrementa o que ele denomina de supremacia marítima, fechando assim um ciclo que se autoalimenta.

Mahan (1890) descreve como sendo um dos propósitos da Marinha dos EUA o de proteger os seus portos marítimos, os próprios navios mercantes e, por conseguinte, o comércio marítimo e o acesso aos portos em importantes regiões comerciais. O comércio enriquece a nação por meio da tributação da receita obtida e deveria reinvestir parte dela no seu Poder Naval para proteger o seu comércio. Assim, o comércio financia seu próprio protetor e é, de alguma forma, comprovado o ciclo virtuoso entre recursos marítimos, Poder Naval, Supremacia Naval e comércio marítimo.

Para Geoffrey Till o Poder Marítimo é, portanto, o somatório das capacidades marítimas de uma nação, incluindo sua Marinha de Guerra, suas bases navais, a capacidade de escoamento de importações e exportações por meio de toda a estrutura logística que essa capacidade requer, sua indústria naval e, não menos importante, sua cultura marítima. Todas essas características conjugadas permitem que um Estado alcance seus objetivos nacionais explorando os oceanos com o controle das rotas marítimas (TILL, 2018).

Percebemos que esse modelo de Till possui certa proximidade com a ideia de Liddell Hart quando define que a estratégia é a ciência e a arte de manobrar vias (métodos) e recursos (meios) para o cumprimento de fins políticos. Dessa forma, o Poder Marítimo seria o meio de se executar a estratégia marítima, que se utiliza de métodos com a finalidade de se alcançar os objetivos estabelecidos, envolvendo todos os elementos do mencionado paradigma da estratégia (BRASIL, 2022b).

Depreendemos dessas citações que a teoria se aproxima bastante da prática. São várias as definições e abordagens de “*Seapower*”. Por se tratar de um elemento do Poder

Nacional e ter o mar como um dos meios de atuação é de suma importância compreender alguns fatores do Poder Marítimo de um Estado.

Dentro da expressão militar do Poder Nacional a ideia de um Poder Naval, materializado com uma Marinha de Guerra, é o que garante um Poder Marítimo forte. Ou seja, a obtenção e a manutenção de Poder implica em possuir uma Marinha forte e desenvolvida (TILL, 2018).

Para tal, estabelece alguns pressupostos sobre os papéis e as capacidades necessárias das Marinhas, implicando diretamente no que é interpretado como sendo as prioridades no estabelecimento da missão de uma Marinha moderna. Entre elas, observamos a citação do controle do mar, da projeção do poder marítimo e uma boa ordem no mar³⁰.

Entretanto, quão forte é necessário que uma Marinha seja? Podemos sintetizar que o Poder que uma Marinha deve possuir é determinante no espectro entre conflito e cooperação. Mais uma vez, citamos TILL (2018) que estabelece por meio de uma figura as relações diplomáticas entre os Estados, flutuando desde a cooperação até o conflito (FIG. 5).

Observamos que o autor explica, de maneira simplista, as conexões entre dois Estados como duas fatias de bolo. Uma das fatias representa as relações cooperativas ou colaborativas entre dois Estados e a segunda as conflituosas. A figura ilustra um espectro de relacionamentos variados que vão desde a cooperação plena em uma extremidade até o conflito na outra, embora ambas as extremidades sejam bastante incomuns. Na prática, a relação particular entre dois Estados envolve um corte em ambas as fatias do bolo (TILL, 2018).

Portanto, a noção de que existe um espectro de relações conflituosas e cooperativas entre os Estados, segundo Geoffrey Till, é o que determina e reflete o comportamento militar e naval. Esse entendimento é a chave para a compreensão adequada do papel do Poder Naval para o presente e futuro.

Se trouxermos essa reflexão para o Brasil perceberemos que é razoável considerar, em última análise, que o Poder Marítimo e o Poder Naval devem ser levados em consideração para o estabelecimento de diretrizes para a confecção, revisão e publicação da PND, da Estratégia Nacional de Defesa (END)³¹ e, dentro do contexto do presente estudo, do PEM 2040.

³⁰ *Good order at Sea* (tradução nossa).

³¹ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

A maioria dos Estados elabora e publica as suas Políticas e Estratégias Nacionais de Defesa, bem como alguma publicação que mencione e discrimine mais detalhadamente as suas Estratégias Marítimas ou Estratégias no mar.

Para isso uma contextualização geopolítica e um olhar para as relações geográficas e históricas é deveras importante para o estabelecimento das ameaças, desafios e as diretrizes que as estratégias devem perseguir a fim de se estabelecer as conexões de Poder.

Como conclusão parcial do capítulo teórico é possível perceber que as definições e classificações de poder e estratégia acabam se entrelaçando. Nesse sentido, vários filósofos desenvolveram teorias sobre o poder definindo-o como um mecanismo do campo político para a imposição de suas vontades.

Os Estados, portanto, utilizar-se-ão de estratégias e o seu poder será o método para a conquista ou a manutenção da hegemonia nas relações internacionais. Ou seja, uma estratégia deverá responder quais são os fins (“*ends*”) desejados, quais os métodos (“*ways*”) utilizados e quais são os meios (“*means*”) existentes para a conquista do Poder.

Percebemos que o Poder Marítimo possui algumas definições. Entretanto, utilizaremos a análise de Till (2018) que conceitua o poder marítimo como a capacidade de influenciar o comportamento de outros atores pelo que se faz no mar ou a partir dele. Essa abordagem demonstra que os Estados para a obtenção do poder marítimo se utilizam de estratégias para a obtenção do poder que o mar pode proporcionar.

Dessa forma, pode-se traçar um paralelo onde o Poder Marítimo será um dos meios (“*means*”) que, por meio de vários métodos (“*ways*”) ou ações estratégicas, estabelecidas em documentos de alto nível de um Estado, irão alcançar os objetivos finais (“*ends*”).

Utilizaremos as duas últimas versões da estratégia naval estadunidense delimitando, portanto, o objeto dessa tese. A intenção é que consigamos compreender como os EUA definem a sua estratégia naval e quais são as suas prioridades e objetivos para a conquista e a manutenção do poder no ambiente marítimo. Atualmente, os EUA é considerado o Estado com uma das Marinhas mais poderosas do mundo segundo o *ranking* da “*Global Firepower (GFP)*”³².

³² Vide GLOSSÁRIO, p. 100.

Dessa maneira, abordaremos, no próximo capítulo, as similaridades e as diferenças das prioridades estratégicas navais dos EUA definidas nos dois últimos documentos oficiais, de nível estratégico, publicados em períodos contemporâneos, distintos e sequenciais.

Para isso focaremos o presente estudo na análise do “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower (2015)*”³³ e do “*Advantage at Sea - Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power (2020)*”³⁴, duas publicações que detalham a estratégia naval e a direção que as autoridades estadunidenses planejaram para a manutenção do Poder. Ademais, observaremos algumas questões geopolíticas que influenciaram o estabelecimento dessas prioridades nos últimos anos.

³³ Uma estratégia cooperativa para o poder marítimo do século 21 (2015) (tradução nossa).

³⁴ Vantagem no Mar - Prevalecendo com o Poder Naval Integrado de Todos os Domínios (2020) (tradução nossa).

3 A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL ESTADUNIDENSE

Este capítulo tem o propósito de realizar uma breve explanação das primeiras batalhas e disputas pelo poder no ambiente marítimo, alguns eventos recentes onde os mares foram utilizados como meio na tentativa de se obter a hegemonia do poder marítimo e, posteriormente, correlacioná-la com a importância dada aos mares pelos Estados Unidos da América para a confecção da sua estratégia naval.

Posteriormente, faremos uma análise geopolítica dos EUA entre os anos de 2015 e 2020, a fim de identificar as suas principais ameaças no nível internacional e os seus interesses para a manutenção do poder. Ademais, realizaremos uma comparação entre os dois últimos documentos de alto nível do Departamento da Marinha estadunidense, a nível estratégico. O primeiro do ano de 2015, *"A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower"*, e a sua atualização datada de 2020, o *"Advantage at Sea - Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power"*.

Fixaremos o ano inicial da análise geopolítica em 2014, uma vez que, consideraremos o ano anterior à publicação do penúltimo plano estratégico estadunidense, em 2015, até o ano de 2020, ano de distribuição do último planejamento estratégico naval dos EUA. Esse foi, portanto, o período em que ocorreram as últimas revisões do planejamento estratégico naval dos EUA e que foram influenciados pelo ambiente geopolítico para a identificação das suas novas ameaças, desafios e interesses.

3.1 Disputas pelo Poder no ambiente marítimo

O mar tem sido objeto de disputa e interesse do ser humano faz muitos anos. Essa predileção faz com que o ambiente marítimo interfira diretamente nas relações entre os Estados, fundamentalmente baseada na busca pelo Poder. Não obstante, o *Seapower* acompanha esse movimento. Apesar de focarmos o ambiente marítimo, percebemos que o conceito de poder continua a ser empregado e a sua finalidade permanece a mesma.

Independentemente do ambiente e da maneira de obtê-lo, intuitivamente, quando falamos de Poder Marítimo, podemos utilizar a definição de Sun Tzu (544 a.C. – 496 a.C.) pois utilizamos a geografia do local em disputa para a expansão de domínios e é necessário que façamos uma avaliação das forças envolvidas para a conquista de Poder (KAUFMAN, 1996).

Os mares e oceanos têm sido palco de grandes disputas pela hegemonia desde os

primórdios da sociedade. Podemos afirmar que um dos primeiros navios construídos para o combate na disputa pelo poder foram as galés ou galeras³⁵ gregas, a partir do século VIII a.C. e uma das primeiras batalhas navais que se tem notícia foi a Batalha Naval de Salamina³⁶, entre persas e gregos, no Sul da Grécia (VIDIGAL et al., 2009).

Muitas outras guerras e conflitos tiveram o mar como teatro de operações³⁷ ou ele contribuiu sobremaneira para o seu desfecho. Não nos aprofundaremos pela história das batalhas navais, mas podemos citar desde a Batalha Naval de *Mylae*³⁸ dando início ao *Mare Nostrum*³⁹ romano e as guerras Anglo-Holandesas⁴⁰ na luta pelo comércio marítimo durante o século XVII, até os mais recentes conflitos no mar como a Guerra das Malvinas⁴¹ (1982) entre Argentina e Reino Unido (VIDIGAL et al., 2009).

Outro exemplo onde o mar comprova possuir grande relevância nas relações internacionais contemporâneas entre os Estados, afetando diretamente o Poder Naval e o Poder Marítimo, tem acontecido no conflito entre Rússia e Ucrânia. Em 2014, ocorreu a anexação da Crimeia por parte da Rússia, também em função da localização da base militar de Sebastopol, a fim de receber parcela da esquadra russa naquela região.

É fato que a disputa pelo território da Crimeia entre russos e ucranianos tem questões geopolíticas e culturais presentes. Contudo, conforme podemos verificar pela FIG. 6, a saída para o Mar Negro, pelo porto de Sebastopol, na Crimeia, contribuiu de maneira significativa para a invasão russa. O porto tem posição estratégica no acesso ao Mar Mediterrâneo e é o único capaz de receber a esquadra russa do Mar Negro (HÖPPNER, 2014).

A comprovação da importância da disputa por essa região era a imprescindibilidade da Rússia em manter a Crimeia sob seu domínio. O Mar Negro é a única rota de passagem do

³⁵ Vide GLOSSÁRIO, p. 100.

³⁶ Essa batalha naval ocorreu no estreito de Salamina, local que separa Salamina (Ilha ao sul da Grécia), da Ática (região administrativa que engloba a cidade de Atenas, também na Grécia). A derrota final persa ocorreu em 479 a.C. e a supremacia grega do mar foi determinante para os rumos desse conflito (VIDIGAL et al., 2009).

³⁷ Vide GLOSSÁRIO, p. 103.

³⁸ Foi a primeira batalha naval durante a primeira das três guerras púnicas entre Roma e Cartago, que eram as duas principais potências do Mediterrâneo Ocidental no início do século III a.C. Ao final delas, os romanos conseguiram destruir Cartago, impondo-se como potência no mar Mediterrâneo (VIDIGAL et al., 2009, p. 38-61).

³⁹ *Mare Nostrum* ("o nosso mar", em latim) era o nome dado pelos antigos romanos ao mar Mediterrâneo (VIDIGAL et al., 2009, p. 38-61).

⁴⁰ O século XVII foi o século da disputa pelo comércio marítimo e das guerras entre Holanda e Inglaterra (VIDIGAL et al., 2009, p. 141-177).

⁴¹ Também conhecido como *Falklands War* ou Conflito do Atlântico Sul onde houve uma disputa pela posse do Arquipélago das Falklands/Malvinas (VIDIGAL et al., 2009, p. 495-532).

território russo para os países europeus, seus principais parceiros comerciais e essa anexação dá a Rússia uma elevação do seu Poder Marítimo (BRASIL, 2022a).

A anexação da Crimeia pelos russos, em 2014, foi crucial para o desenvolvimento do conflito. As áreas controladas pelos separatistas em Donbass ficaram conhecidas como Luhansk e República Popular de Donetsk, mas o governo ucraniano em Kiev afirmava que as duas regiões estão, na verdade, ocupadas pelos russos. As repúblicas autodeclaradas não são reconhecidas por nenhum governo, exceto a Rússia e seu aliado próximo, a Síria (QIBLAWI e al., 2022).

A linguagem em torno do conflito é fortemente politizada. O governo ucraniano chama as forças separatistas de “invasores” e “ocupantes”. A mídia russa chama as forças separatistas de “milícias” e sustenta que são locais se defendendo contra o governo de Kiev (QIBLAWI e al., 2022).

Entretanto, esse conflito entre Rússia e Ucrânia tem envolvido vários Estados europeus, inclusive com a permanente citação e ameaça da entrada da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁴² no conflito. A instabilidade na Ucrânia e nas regiões próximas à fronteira russa aumenta a tensão e a insegurança em toda a região (BRASIL, 2022a).

Portanto, após a anexação da Crimeia pela Rússia, as tensões foram significativamente aumentadas, também em função das disputas pelo Poder no ambiente marítimo nos mares adjacentes aos dois Estados. Uma operação militar de tal magnitude não seria lançada se a Rússia não estivesse empreendendo um grande esforço de retomada econômica para aumentar o seu *Seapower* e, por conseguinte, o seu Poder (QIBLAWI e al., 2022).

Podemos afirmar que a posição russa de continuar como potência em condições de rivalizar com os EUA ficou evidente com a ocupação da Crimeia e a desestabilização da Ucrânia. Sendo assim, não restou outra opção para os estadunidenses, no período entre 2014 e 2020, senão a de considerar a Rússia como uma ameaça.

Outro ponto importante é que o conflito trouxe impactos na economia global devido a flutuações no mercado de energia, com a consequente elevação de preços e a instabilidade no fornecimento de gás natural e uma elevação do número de refugiados da região para os Estados europeus. Em resumo, o conflito entre Rússia e Ucrânia trouxe como consequência

⁴² Vide GLOSSÁRIO, p. 101.

instabilidade na região, afetando os Estados europeus em termos de segurança, economia e relações diplomáticas (BRASIL, 2022a).

As evidências históricas e uma análise geopolítica só corroboram a importância dos mares e oceanos para a sociedade nos dias de hoje. As disputas territoriais da China⁴³, por exemplo, não se limitam a fronteiras terrestres. Conforme podemos observar na FIG. 7, a China e outros cinco Estados: Vietnã, Filipinas, Taiwan, Malásia e Brunei reivindicam territórios marítimos no Mar do Sul da China, que abrigam rotas cruciais para as linhas de comunicação marítimas. Existem também reivindicações sobre as ilhas *Spratly* e *Paracel* e arquipélagos com populações pequenas que podem conter recursos minerais valiosos (GALLAS, 2020).

Desde 2012, a China vem construindo ilhas artificiais como forma de ocupar parte do território que reivindica e vêm promovendo a ocupação de ilhas na região, com a construção de escolas, fazendas e bases militares. Por anos os EUA se limitaram a sobrevoar as zonas, verificando que as rotas aéreas não seriam interrompidas. Mas, em 2020, o secretário de Estado estadunidense classificou a reivindicação chinesa do mar como ilegal (GALLAS, 2020).

A consequência dessa classificação foi a de os chineses acusarem os EUA de exagerar e a de tentar promover a discórdia entre a China e os demais Estados da região. Entretanto, alguns episódios tensos ocorreram no Mar do Sul da China. Em abril de 2020, poucos meses antes da divulgação da estratégia naval estadunidense de 2020, a guarda costeira chinesa afundou um navio pesqueiro vietnamita. Em seguida, um navio petroleiro da Malásia foi interceptado por embarcações militares chinesas (GALLAS, 2020).

Para Gallas (2020) a tentativa estadunidense de controlar os ânimos na região foi a de enviar dois navios da *US Navy* para a região. A reação chinesa foi a de fechar o espaço aéreo ao redor das ilhas Paracel para exercícios militares. A escalada da crise diplomática ocorreu quando dois porta-aviões dos EUA foram enviados para a região, com diversas aeronaves militares sobrevoando a área.

Várias foram as utilizações do Poder Naval estadunidense no Mar do Sul da China e que denotam a importância de todos os oceanos para os EUA. Portanto, a tensão entre os Estados Unidos da América e a China não poderia trazer outra consequência, se não a de declarar publicamente a China como uma ameaça.

⁴³ Utilizaremos o nome China para representar a República Popular da China (RPC) e o nome Taiwan para representar a República da China (RC), Estado insular localizado a leste do continente asiático.

A redação da estratégia naval dos EUA, em 2020, trazia em sua capa o objetivo de obter a vantagem no mar. O documento cita que, se os seus rivais entrarem em conflito, tornando-se adversários, os Estados Unidos da América deverão controlar os mares para negar os objetivos dos rivais, derrotar suas forças, proteger a pátria e defender os seus aliados. Para isso, trouxeram a ideia de modernizar o Poder Naval para a manutenção da dissuasão e a preservação da vantagem no mar (EUA, 2020).

Percebemos que vários fatos históricos ratificam a importância dos mares e oceanos para os estadunidenses. As disputas pelo Poder no ambiente marítimo ocorrem desde os primórdios da sociedade até os dias de hoje. Portanto, é natural que os EUA atribuam grande importância ao Poder Marítimo, uma vez que muito do seu *Seapower* advém dos recursos naturais extraídos dos mares e do comércio marítimo que circula pelos oceanos.

Com o intuito de compreender a evolução da estratégia naval estadunidense entre os anos de 2015 e 2020, foi necessária a observação das disputas pelo Poder no ambiente marítimo para que pudéssemos entender como os EUA chegaram na redação da sua estratégia naval e quais foram os fatos que contribuíram para a definição das suas ameaças, oportunidades e desafios.

Para melhor entendimento do problema e com o intuito de focarmos o objeto a ser estudado na presente tese analisaremos, na próxima seção, o contexto de criação da *US Navy*, parcela importante do Poder Marítimo e, posteriormente, a geopolítica dos EUA no intervalo dos anos de 2014 e 2020, para que consigamos compreender a evolução da estratégia naval estadunidense nesse período.

3.2 Análise geopolítica dos EUA

A estrutura básica para uma boa análise geopolítica deve possuir um olhar para as conjunturas geográficas e históricas a fim de se estabelecer as conexões de Poder entre os Estados (FIG. 8). Analisaremos, de maneira mais detalhada, o ambiente marítimo em função do tema da presente tese estar voltado para a evolução da estratégia naval estadunidense e como foram definidas as suas prioridades para a obtenção e a manutenção do Poder.

Quem possui maior domínio do mar tem a capacidade de dilatar cada vez mais os seus horizontes e, por conseguinte, conquistar maior Poder. Dessa forma, o triângulo de análise

geopolítica explica como os EUA conquistaram o papel de potência nas relações internacionais (EGN, 2023).

Uma contextualização geopolítica possui um importante papel para o entendimento das estratégias navais utilizadas pelo EUA para a obtenção do Poder. Analisaremos, nas próximas seções, como a conjuntura geográfica estadunidense e alguns fatos históricos com a participação da *US Navy* contribuíram para o desenvolvimento estadunidense e a transformação do Estado em potência mundial.

3.2.1 Conjuntura geográfica

Os EUA conquistaram esse papel de hegemonia, projeção e alcance mundiais muito em função de sua geografia e localização. Segundo o artigo do Stratford (2016a), os Estados Unidos da América são um Império inevitável, ou seja, suas vantagens geopolíticas fizeram com que os estadunidenses se tornassem a potência que conhecemos hoje e quatro fatores geográficos justificam sua afirmação: os EUA possuem a maior área disponível em zona temperada do mundo, a maior quantidade de terra arável contígua do mundo, é um Estado continental bioceânico e é isolado territorialmente pois possui poucos Estados fronteiriços.

A zona temperada é uma zona climática que é mais favorável ao desenvolvimento humano e os estadunidenses possuem a maior área geográfica nesse espaço, no hemisfério norte. Além disso, as variações climáticas nessa região obrigam as pessoas que se preparem para o inverno, devido as condições de clima adversas em determinados períodos do ano. Dessa forma, as atitudes e os comportamentos das pessoas que habitam essas regiões temperadas foram influenciados ao longo dos anos para uma cultura de desenvolvimento e produtividade diferenciada (STRATFORD, 2016a).

O segundo fator geográfico que contribuiu para a transformação dos EUA em potência mundial é o fato de os EUA possuírem a maior quantidade de terra contígua arável do mundo. Esse espaço de terra está localizado na região do *Midwest*⁴⁴ dos EUA (FIG. 9) e três elementos contribuem para a conclusão dessa análise. A precipitação pluviométrica que ajuda na irrigação, o elemento topográfico de planície com solo fértil da região e a proximidade com o

⁴⁴ Meio-oeste (tradução nossa). É uma região do território estadunidense situada entre os Apalaches e as Montanhas Rochosas e compreende os estados de Illinois, Indiana, Iowa, Kansas, Michigan, Minnesota, Missouri, Nebraska, Dakota do Norte, Ohio, Dakota do Sul e Wisconsin (STRATFORD, 2016a).

maior rio navegável dos EUA, o Rio Mississippi (FIG. 10). Esse rio corta o Estado de Norte a Sul e possui vários afluentes navegáveis favorecendo a infraestrutura logística de distribuição de tudo que é produzido nessa região, uma vez que o modal de transporte marítimo é mais barato do que o rodoviário, ferroviário e aéreo (STRATFORD, 2016).

O fato de os EUA ser um Estado continental bioceânico com extensa oferta de rios navegáveis (FIG. 11) é o terceiro fator que contribui para o *Seapower* estadunidense. Esse fator dá aos estadunidenses uma característica que poucos Estados possuem, ter o acesso ao Oceano Atlântico e ao Oceano Pacífico, que são os Oceanos com as rotas de navegação mais movimentadas do mundo (STRATFORD, 2016).

É bem verdade que outros Estados também possuem essa característica de Estado continental bioceânico. Entretanto, todos os outros Estados possuem pelo menos uma condição que não é tão favorável. Estão situados em regiões com climas desfavoráveis, terras que não são férteis, topografia elevada ou ausência de rios navegáveis para irrigação e transporte (MARSHALL, 2018).

O quarto e último fator geográfico relevante é o isolamento territorial dos EUA. Eles não possuem muitas ameaças fronteiriças próximas, somente o Canadá e o México. Entretanto, os Estados localizados nessa região não possuem todas as condições favoráveis que os EUA possuem.

Os EUA possuem características geográficas que dificultam qualquer pensamento de invasão terrestre, quer seja por clima desfavorável ao Norte, quer seja por condições topográficas dificultosas ao Sul. Por outro lado, uma invasão de algum outro Estado mais distante, utilizando a via marítima, obriga que qualquer inimigo percorra grandes distâncias marítimas, dificultando a logística no combate (STRATFORD, 2016).

Para dar continuidade à análise geopolítica é necessário que analisemos a conjuntura histórica dos EUA. Dessa forma, a fim de se estabelecer as conexões de Poder entre os Estados, passaremos a discorrer sobre a história estadunidense a partir da criação da *US Navy*, que foi um importante marco histórico da sua soberania.

3.2.2 Conjuntura histórica

A *US Navy* foi criada em 13 de outubro de 1775 durante a Guerra de Independência dos EUA. Durante essa batalha e antes da sua criação, entre outros eventos, dois navios foram equipados e armados com metralhadoras e canhões giratórios, após a autorização do

Congresso Continental com a finalidade de interceptar embarcações que transportavam munições e provisões para o exército britânico nos EUA (EUA, 2023). Portanto, a sua criação está inserida no mesmo contexto da Independência dos EUA e da conquista de sua soberania.

Foi Jean Bodin⁴⁵ (1530-1590) quem, pela primeira vez, destacou a importância da soberania na formação do Estado moderno. Para ele, a soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma república cujo atributo primordial é o poder de dar leis, anulá-las e interpretá-las sem qualquer limitação e nenhum obstáculo (DIAS, 2013).

Na busca pela manutenção da sua soberania, a *US Navy* foi empregada em vários conflitos ao longo da história. Desde a sua criação, a Marinha dos EUA tem sido uma força determinante para a defesa do Estado. Alguns exemplos do emprego da *US Navy* incluem a participação da Marinha na Guerra de 1812⁴⁶, onde suas vitórias foram primordiais para a independência estadunidense e a contribuição nas Guerras Mundiais (HATTENDORF, 2007).

A participação da Marinha dos EUA na Primeira Guerra Mundial (1ªGM) garantiu a segurança das linhas de comunicação marítimas e contribuiu para o esforço logístico dos Aliados⁴⁷. Ademais, contribuiu para a proteção dos comboios que atravessavam o Oceano Atlântico, enfrentando ameaças como os submarinos alemães. Além disso, enviou uma parcela da sua esquadra para se juntar às forças navais britânicas para apoiar o bloqueio naval e o enfraquecimento da economia alemã, contribuindo, assim, para a vitória das forças aliadas (STEVENSON, 2016).

Durante a Segunda Guerra Mundial (2ªGM), a Marinha dos Estados Unidos da América emergiu como uma das forças navais mais poderosas do mundo. O ataque japonês a Base

⁴⁵ Jean Bodin foi um jurista francês, membro do Parlamento de Paris e professor de Direito em Toulouse. Ele é considerado o pai da Ciência Política devido a sua teoria sobre soberania (LOTHA, 2016).

⁴⁶ A Guerra de 1812 (1812-1815) foi uma batalha entre os EUA e o Reino Unido e ocorreu pois os estadunidenses declararam guerra pois os habitantes do sul e do oeste eram, em sua grande maioria, a favor da guerra, uma vez que se preocupavam em defender o direito da expansão americana em direção ao oeste e de ter acesso a mercados internacionais para exportação dos seus produtos (HATTENDORF, 2007).

⁴⁷ A Alemanha, após a sua unificação procurou construir uma política de alianças com as demais potências europeias, a fim de manter a França isolada. Anos mais tarde, foi adotada uma política militarista que enfraqueceram as relações com a Rússia e a Grã-Bretanha. A primeira irritou-se com a aproximação entre a Alemanha e a Áustria-Hungria. Já a Grã-Bretanha, prejudicada com a concorrência industrial alemã, inquietou-se com os seus planos ao criar uma poderosa Marinha e construir uma ferrovia ligando Berlim a Bagdá. O resultado foi a formação de dois blocos opostos, os Impérios Centrais: Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Bulgária; e a Tríplice Entente: Grã-Bretanha, França e Rússia. Entretanto, durante a 1ªGM, a Tríplice Entente em função do desenrolar da guerra e da inevitável participação e alianças firmadas entre os atores no conflito, passou a ser conhecido como Aliados, que contavam com Estados como: Grã-Bretanha, França, Rússia, França, Japão, Itália, EUA e Brasil (STEVENSON, 2016).

Naval de *Pearl Harbor*⁴⁸ foi uma investida militar surpresa do Japão contra os EUA, em Honolulu, no Território do Havaí, no dia 7 de dezembro de 1941. Esse ataque causou uma série de danos nos navios e na Base Naval estadunidense. Foi considerado por muitos estrategistas como sendo uma vitória parcial e tática, entretanto, uma grande derrota estratégica (VIDIGAL e al. 2009).

Depois dessa incursão, os estadunidenses se concentraram na recuperação e na reconstrução de sua esquadra atacada na Base Naval de Pearl Harbor, no Havaí. Sua evolução foi rápida e percebida, poucos meses mais tarde, quando a *US Navy* desempenhou um papel relevante em batalhas decisivas no Oceano Pacífico, como a Batalha de *Midway*⁴⁹, nas proximidades da Ilha de mesmo nome, quase que a meio caminho entre as cidades de Tóquio (Japão) e São Francisco (EUA) e na Batalha do Golfo de *Leyte*⁵⁰, nas Filipinas, a leste da ilha de Leyte, onde infligiu uma derrota significativa à Marinha Imperial Japonesa (MAGNOLI, 2006).

Percebemos que, desde a sua criação, a Marinha dos Estados Unidos da América desempenha um papel fundamental na defesa e proteção dos interesses nacionais. A sua participação em vários conflitos e batalhas ao longo dos anos fez com que atingisse um patamar de grande relevância para os estadunidenses.

Sua importância é evidente tanto em tempos de conflito quanto em tempos de paz. A *US Navy* é um símbolo do Poder Naval e da capacidade de projeção de Poder. Possui condições de garantir o *Seapower*, promover a paz e ainda a capacidade de dissuadir possíveis ameaças.

Depois dessas participações diretas em conflitos observou-se uma série de

⁴⁸ O ataque à base naval estadunidense de *Pearl Harbor* marcou o início do conflito entre os Estados Unidos da América e o Japão, durante a Segunda Guerra Mundial. A destruição dos navios estadunidenses que se encontravam em *Pearl Harbor* era fundamental para que o Japão continuasse o seu projeto de conquista e expansão territorial sobre as ilhas do Pacífico (PARKER, 2011).

⁴⁹ A Batalha de *Midway* ocorreu em junho de 1942, nas proximidades das Ilhas Midway, a noroeste do Havaí, no Oceano Pacífico e teve como contexto uma batalha travada entre as forças navais estadunidenses e a Marinha Imperial Japonesa. Os EUA conseguiram decifrar os códigos de comunicação japoneses, o que lhes permitiu antecipar os movimentos do inimigo. Como resultado, a *US Navy* destruiu vários navios e aeronaves japonesas. A Batalha de *Midway* enfraqueceu significativamente a capacidade de projeção de poder da Marinha Imperial Japonesa e fez com que os EUA assumissem a iniciativa na guerra no Pacífico (VIDIGAL et al., 2009).

⁵⁰ A Batalha do Golfo de *Leyte* ocorreu em outubro de 1944 e foi uma batalha naval e aérea ocorrida no Oceano Pacífico, durante a 2ªGM, entre as forças navais estadunidenses e a Marinha Imperial Japonesa. Ela foi considerada a maior batalha naval da história em termos de tonelagem envolvida. As forças estadunidenses lançaram uma operação militar para retomar as Filipinas e, apesar dos kamikazes japoneses infligirem pesadas baixas aos navios dos EUA, a *US Navy* conseguiu afundar quatro porta-aviões japoneses. A Batalha do Golfo de *Leyte* foi um marco na guerra do Oceano Pacífico, selando a derrota da Marinha Imperial Japonesa e garantiu o controle dos EUA sobre as Filipinas (VIDIGAL et al., 2009).

participações da Marinha dos Estados Unidos da América, durante a chamada Guerra Fria. O filósofo, sociólogo, historiador e jornalista francês Raymond Aron (1905-1983) citou uma passagem que ficou mundialmente conhecida destacando que a Guerra Fria tinha sido um período em que a guerra era improvável, e a paz, impossível (ARON, 2002). Daí a importância de uma Marinha forte e dissuadir qualquer tentativa de ataque aos interesses e objetivos nacionais.

Nesse período, a *US Navy* desempenhou um papel fundamental na defesa dos interesses estadunidenses e na contenção do expansionismo soviético. A ameaça representada pela ex-União Soviética levou os EUA a fortalecerem sua presença naval em vários oceanos, implantando um número significativo de navios de guerra e submarinos nucleares em diferentes partes do mundo.

Ademais, a *US Navy* desempenhou um importante papel na estratégia de dissuasão nuclear, conhecida como deterrence estratégica, baseada, principalmente, no emprego de armas nucleares. Durante a Guerra Fria, o conceito de deterrence estratégica referiu-se a uma política de segurança internacional e à ideia de dissuadir um potencial adversário de iniciar um conflito, por meio da ameaça real de uma retaliação avassaladora (PARKER, 2011).

Percebemos que uma Marinha forte, possuidora de um relevante Poder Marítimo, impõe o poder, por meio da dissuasão. Durante a Guerra Fria, o objetivo foi o de estabelecer o equilíbrio de poder em que ambas as partes reconhecessem as consequências de uma escalada militar e, assim, evitassem um confronto direto. Comprova-se, dessa forma, que as relações diplomáticas entre os Estados, flutuam desde a cooperação, até o conflito, mesmo durante a Guerra Fria, como demonstrou Till (2009).

As armas nucleares estadunidenses consistiam em mísseis balísticos lançados por submarinos nucleares, mísseis balísticos intercontinentais terrestres e bombardeiros estratégicos. O Poder de dissuasão que um submarino impunha, face a sua capacidade de ocultação, permitia o seu trânsito em vários oceanos, fornecendo uma projeção de poder e uma capacidade de retaliação nuclear, desmotivando um ataque soviético (SCOTT et al., 2015).

A Guerra Fria fez com que a *US Navy* identificasse uma das suas ameaças, a ex-URSS. Um dos exemplos históricos notáveis incluem a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, quando a Marinha de guerra dos EUA conduziu um bloqueio naval em torno de Cuba. Essa crise começou quando a ex-URSS, em resposta à instalação de mísseis nucleares estadunidenses

na Turquia, Inglaterra e Itália, em 1961, tentou implantar mísseis balísticos em Cuba. Esse, talvez, tenha sido o evento na história recente que mais se aproximou do início de uma guerra nuclear em grande escala durante a Guerra Fria (SCOTT et al., 2015).

O período da Guerra Fria marcou um período de intensa rivalidade entre os EUA e a ex-União Soviética. Entretanto, alguns fatores contribuíram para o término dessa disputa geopolítica. Segundo GADDIS (2007), a dissolução da União Soviética em 1991 desempenhou um papel crucial no fim da Guerra Fria. Com a economia soviética em colapso e a crescente pressão política interna, Mikhail Gorbachev implementou reformas como a *Glasnost*⁵¹ e a *Perestroika*⁵², que buscavam modernizar o país.

No entanto, essas mudanças acabaram por enfraquecer o sistema socialista, levando a uma onda de movimentos pró-democracia e à fragmentação da União Soviética em Estados independentes. A desintegração do bloco soviético teve um marco simbólico com a queda do Muro de Berlim (1989) e no colapso do regime comunista no Leste Europeu, contribuindo para o fim da Guerra Fria e a ascensão da hegemonia dos EUA como potência global (PARKER, 2011).

No período entre 2014 e 2020, a *US Navy* foi empregada em algumas operações. Alguns exemplos significativos foram as Operações no Mar do Sul da China onde, até hoje, são realizadas patrulhas marítimas visando a estabilidade da região e na luta contra o terrorismo quando participou ativamente em operações de combate e patrulhas marítimas em regiões como o Oriente Médio e o Golfo Pérsico (EUA, 2015).

Outras operações de grande relevância ocorreram no Golfo de Áden e na costa da Somália quando esteve envolvida em esforços para combater a pirataria marítima na região e Operações no Mar Mediterrâneo com o intuito de observar as atividades navais russas e fornecer apoio às operações da OTAN (EUA, 2015).

O contexto histórico presente indica algumas divergências internas na condução política e estratégica marítima dos EUA. Segundo o professor de estratégia marítima do *United States Naval War College*, James Holmes (1965-), a lei estadunidense designa o Secretário de Transportes como a autoridade suprema do Estado em estratégia marítima (HOLMES, 2023).

⁵¹ A palavra *Glasnost* tem por significado “transparência” e foi utilizada para representar o processo de abertura política que Gorbachev e o grupo de burocratas soviéticos que o auxiliava pretendiam operar (GADDIS, 2007).

⁵² A palavra *Perestroika* tem por significado “reconstrução”. Recebeu a conotação de reestruturação ou abertura econômica e foi uma política de reforma governamental e a reorganização do sistema econômico iniciada por Mikhail Gorbachov, em 1985, na ex-União Soviética (GADDIS, 2007).

Além disso, a lei instrui o Secretário de Transportes a consultar o Secretário de Defesa Nacional para que juntos desenvolvam uma estratégia marítima nacional, denominada Plano Estratégico de Administração Marítima⁵³, e atualizá-la a cada cinco anos. Para Holmes (2023), o último Plano Estratégico transmite uma falsa impressão de que os EUA têm uma abordagem abrangente para o seu Poder Marítimo e afirma que uma estratégia marítima deve abranger os Poderes Marítimo e Naval e divulgar como se pretende captar e utilizar os recursos pertinentes ao mar para o cumprimento dos seus propósitos.

Para Holmes (2023), uma estratégia marítima nacional deve ser redigida por profissionais dos assuntos marítimos pois é necessário que conheçam os desafios e complexidades que uma estratégia possui e deve ser redigida no mais alto nível. A estratégia marítima, então, é a arte e a ciência de usar o Poder Marítimo para cumprir propósitos relacionados ao mar. Em outras palavras, trata-se de conceber maneiras de utilizar os meios para se alcançar os fins políticos. Formas, meios e fins. Relacionar os três é o que uma estratégia nacional deve fazer. Nota-se aqui que o Poder Marítimo é efetivamente o recurso (“*means*”) a ser empregado para se alcançar o objetivo.

A relação entre Estratégia e Poder Marítimo pode ser explicada ao afirmar que uma estratégia naval tem o objetivo de fundar, apoiar e aumentar, tanto na paz quanto na guerra, o poderio marítimo de um país (apud MAHAN, 1987). Com isso, o Poder Naval existe para reforçar o *Seapower*, ou seja, a Estratégia cria e sustenta o poder, assim como o utiliza, o conhecido ciclo virtuoso marítimo (HOLMES, 2023).

Dessa forma, continua Holmes (2023), uma Marinha não deveria ser a responsável pela estratégia marítima em seu mais alto nível. É um ator importante, mas subordinado da estratégia marítima. Uma Marinha deveria ser a responsável pelo Poder Naval. O Estado deve assumir o *Seapower* a fim de manter o ciclo virtuoso em um futuro indefinido e, por sua vez, garantir que a nação permaneça próspera e influente. Percebemos, portanto, que uma estratégia marítima deve ser uma política de Estado e não de Governo.

⁵³ A estratégia marítima estadunidense é conhecida como Plano Estratégico do Departamento de Administração Marítima, do Departamento de Transportes. Esse Plano identifica as prioridades e realizações esperadas da Administração Marítima, da indústria marítima e do sistema de transporte marítimo dos EUA. Sua missão é melhorar, fortalecer e promover o sistema de transporte marítimo dos EUA para atender às necessidades econômicas, ambientais e de segurança do Estado. Disponível em: <<https://www.maritime.dot.gov/sites/marad.dot.gov/files/docs/resources/3606/marad-strategic-plan-2017-2021-20170119-final-signed.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

Para Holmes (2023), a estratégia naval dos EUA deveria ser considerada um subconjunto da estratégia marítima, ou seja, uma estratégia maior para supervisionar o ciclo virtuoso do Poder Marítimo. Portanto, como conclusão parcial, notamos que os Poderes Legislativo e Executivo devem trabalhar juntos para essa compreensão. Possivelmente, essa ação envolveria uma nova legislação para a imposição de um pensamento estratégico estadunidense. Uma estratégia marítima nacional requer uma legislação clara e bem definida para estabelecer prazos para a sua confecção, especialistas para a sua formulação e o Poder Naval para a sua execução. Mais uma vez percebemos os métodos, meios e fins.

Após a análise da estrutura básica da geopolítica, até o ano de 2020, constatamos as conexões de Poder entre os Estados e a constante busca pelo domínio do mar. É bem verdade que os estadunidenses possuem a geografia ao seu lado, se tornando um império inevitável (STRATFORD, 2016). Entretanto, a capacidade de dilatar os seus horizontes e, por conseguinte, conquistar maior Poder, vieram de uma visão hegemônica e corrobora com o pensamento de Geoffrey Till para a conquista e manutenção do *Seapower*.

Os EUA, portanto, para a conquista e a manutenção da hegemonia nas relações internacionais, buscam o *Seapower* (os seus fins), por meio de uma Marinha de Guerra forte (os seus meios), se utilizando de estratégias e métodos dissuasórios para atuarem em todo os oceanos. Essa abordagem indica que os estadunidenses definem suas estratégias navais, identificando as suas ameaças e se utilizam de estratégias para a obtenção do Poder no mar.

Dessa forma, passaremos a explorar nos próximos itens as duas últimas estratégias navais estadunidenses, divulgadas nos anos de 2015 e 2020, respectivamente, a fim de verificar quais os foram os seus objetivos, as ameaças identificadas, suas semelhanças e diferenças.

3.3 A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower

O prefácio da edição de 2015 da estratégia naval dos EUA intitulada como a estratégia cooperativa para o poder marítimo do século XXI e, que dá nome a seção, inicia dizendo que *“Coming from the sea, we get there sooner, stay there longer, bring everything we need with us, and we don’t have to ask anyone’s permission”* (EUA, 2015, p. i)⁵⁴. Afirmam no prefácio da

⁵⁴ Vindo do mar, chegamos mais cedo, ficamos mais tempo, trazemos tudo o que precisamos e não precisamos pedir permissão a ninguém (tradução nossa).

publicação, que são uma nação marítima e incentivam que o seu Congresso reconheça a importância do seu Poder Naval. No ambiente de segurança da época, com múltiplos desafios de atores estatais e não estatais afirmam que a Marinha dos EUA é a primeira linha de defesa da nação (EUA, 2015).

Dentro da estrutura da Marinha o órgão responsável pela confecção e publicação da Estratégia Naval é o *SecNavy*, que é o Comandante Imediatamente Superior da *US Navy*, do *US Marine Corps* e da *US Coast Guard*, respectivamente, Marinha de Guerra, Corpo de Fuzileiros Navais e Guarda Costeira dos EUA (FIG. 12).

A estratégia naval estadunidense possui quatro seções. A primeira faz uma análise geopolítica, com as conjunturas geográficas e históricas da época e cita quais são as suas ameaças e desafios. Na segunda seção apresenta, de maneira genérica, quais são as suas parcerias e estratégias para cada região do planeta. Na terceira apresenta o seu Poder Marítimo de acordo com cada uma das suas tarefas básicas do Poder Naval. E, por fim, mostra quais são as suas capacidades atuais e a sua visão de futuro.

O papel de liderança estadunidense exige que a sua estratégia naval seja reavaliada continuamente a fim de rever a sua abordagem, seus relacionamentos e, eventualmente, suas ameaças. O Departamento da Marinha dos EUA, órgão governamental ao qual está inserido o *SecNavy*, deixa claro que a Marinha possui a capacidade de chegar mais cedo e ficam mais tempo no Teatro de Operações. Além disso, deixam claro a necessidade de permanência em qualquer lugar do mundo pois possuem o poder de combate necessário para dissuadir quaisquer adversários.

Os EUA são a maior potência naval na era Moderna. A FIGURA 12 mostra o ranking anual do *World Directory of Modern Military Warships* (WDMMW)⁵⁵ que utiliza uma fórmula levando em conta os valores relativos à força total de combate das diversas forças navais do mundo. A fórmula produz o “*TrueValueRating*” (TvR)⁵⁶ ajudando a classificar o Poder Naval de cada Estado com base, não apenas na quantidade de navios, mas também com a tecnologia embarcada nos meios, suporte logístico da sua base industrial de defesa e capacidades de combate (WDMMW, 2023).

⁵⁵ Diretório mundial de navios militares modernos (tradução nossa).

⁵⁶ Classificação de valor real (tradução nossa). É uma classificação de potências navais fornecido pelo WDMMW que apresenta uma visão abrangente dos pontos fortes atuais e fraquezas inerentes dos serviços militares navais modernos em todo o mundo (WDMMW, 2023).

Entretanto, há uma série de ameaças potenciais ao Poder estadunidense. Podemos citar algumas potências regionais que continuam sob a sua atenção como uma Alemanha reunificada, uma Turquia despertada, um Japão revitalizado, ou mesmo um Brasil em ascensão. Todos esses Estados podem muito bem desafiar, de alguma forma, o seu Poder. Contudo, os EUA continuam pragmáticos e deixaram claro quais eram os seus interesses, em 2014 (STRATFORD, 2016).

Com o intuito de defender seus objetivos operavam com suas forças navais em todo o mundo. Dessa forma, garantem o acesso a todas as regiões, defendem os principais interesses estadunidenses nessas áreas, protegem seus cidadãos no exterior e têm o intuito de impedir que os seus adversários utilizem os oceanos contra eles. A capacidade de sustentar operações em águas internacionais distantes das suas costas constitui uma vantagem distinta para os Estados Unidos da América.

A estratégia naval estadunidense de 2015 reafirma dois princípios fundamentais. O primeiro é a presença naval avançada dos EUA. Esse princípio, segundo eles, é essencial para defender a pátria, dissuadir conflitos, responder a crises, coibir agressões, proteger os bens comuns marítimos, fortalecer parcerias e fornecer assistência humanitária e resposta a desastres. O segundo prevê que as forças navais dos EUA devem operar em conjunto com aliados e parceiros. Essa fusão de capacidades maximiza o seu poder e permite o enfrentamento contra novos desafios.

Em 2015, ano da publicação da estratégia naval estadunidense, os crescentes desafios militares influenciaram significativamente essa estratégia. A análise geopolítica levou em consideração a sua geografia de Estado bioceânico, bem como, tinham um olhar voltado para os oceanos Índico e Pacífico, uma vez que, a economia e a segurança dos EUA estavam intrinsecamente ligadas ao imenso volume de comércio que fluía por esses dois oceanos.

Sendo assim, sua estratégia previa a manutenção de estabilidade na região e, para isso, os Estados Unidos da América buscavam fortalecer a cooperação com aliados de longa data na região da Ásia e dos oceanos Índico e Pacífico. Para tal, citaram a aproximação com Austrália, Japão, Nova Zelândia, Filipinas, Coreia do Sul e Tailândia. Ademais, pretendiam continuar com as parcerias com Estados como Bangladesh, Brunei, Índia, Indonésia, Malásia, Micronésia, Paquistão, Cingapura e Vietnã (EUA, 2015). Justifica-se, portanto, o termo “cooperative” do título da estratégia naval dos EUA de 2015.

Por outro lado, percebiam que deveriam promover os interesses dos EUA e que a expansão naval da China nos oceanos Índico e Pacífico apresentavam oportunidades e desafios, não necessariamente uma ameaça. A China, por exemplo, apoiava as operações de combate à pirataria no Golfo de Áden, conduzia assistência humanitária e missões de resposta a desastres utilizando um navio-hospital. Sob essa ótica, os chineses demonstravam a sua capacidade de adotar normas e padrões internacionais de comportamento compatível com o aumento do status de Poder. Esse era o viés da cooperação.

A expansão naval chinesa também apresentava desafios pois, para os EUA, o emprego da força e a intimidação contra outros Estados soberanos para fazer valer reivindicações territoriais, juntamente com a falta de transparência em suas intenções militares, contribuía para a tensão e a instabilidade da região.

Dessa forma, a estratégia naval estadunidense previa uma interação construtiva com as forças marítimas chinesas a fim de reduzir o potencial de mal-entendidos, desencorajando a agressão e, com isso, divulgavam ostensivamente o seu compromisso com a paz e a estabilidade na região.

Em 2014, a maioria dos estadunidenses percebia que os chineses eram uma ameaça ao seu estilo de vida, acreditando que, com a sua grande população e o tamanho de seu território, dentro em breve, a China estava destinada a superar os EUA, primeiro economicamente e depois militarmente. Entretanto, percebiam que os chineses dependiam dos mares dominados pelos Estados Unidos da América, tanto para receber matérias-primas, quanto para exportar os seus produtos para os mercados globais.

Dessa forma, sob a ótica dos EUA, a China estava disposta a fazer concessões na maioria das questões, desde que os Estados Unidos da América continuassem a permitir a liberdade dos mares e um mercado aberto. Com isso, o entendimento era que os chineses não buscavam um conflito com os EUA, mas sabiam que a China estava expandindo o seu Poder de influência, principalmente, no Atlântico Sul (STRATFORD, 2016).

Percebemos a identificação da China como uma ameaça em sua estratégia naval e que possuíam interesses divergentes, principalmente com o reconhecimento da soberania de Taiwan. No ano da publicação da estratégia naval dos EUA, em 2015, a posição da China em relação a Taiwan não diferia significativamente da sua postura histórica. A China considerava Taiwan como parte de seu território e não um Estado independente. Essa visão é

fundamentada na reivindicação de soberania da República Popular da China sobre a ilha desde o final da Guerra Civil Chinesa em 1949⁵⁷.

Contudo, as relações diplomáticas entre os dois Estados flutuavam entre tensão e oportunidades. As ameaças eram evidenciadas com a crescente competição pelo Poder global; as disputas comerciais e a imposição barreiras comerciais para afetar negativamente as economias de ambos os lados; e preocupações com a segurança cibernética e espionagem industrial, especialmente nas áreas de tecnologia e telecomunicações (FENG, 2020).

As oportunidades vislumbradas por ambos os Estados eram que a cooperação em comércio e investimentos poderia beneficiar ambas as economias e contribuir para o crescimento global. Os EUA e a China têm papéis importantes em questões globais como mudanças climáticas e segurança internacional. A cooperação nesses domínios podia levar a resultados positivos. Ademais, a competição tecnológica impulsionaria a inovação e a pesquisa em ambos os países, levando a avanços em áreas como inteligência artificial, energias renováveis e medicina (FENG, 2020).

Outra ameaça identificada pela estratégia naval dos EUA foi a Rússia. A modernização militar russa, a tomada da Crimeia e a agressão militar contínua na Ucrânia fizeram com que ressaltassem a importância dos compromissos estadunidenses assumidos com a segurança e a estabilidade europeias. Para conter essa ameaça os EUA citam a OTAN a fim de garantir a continuidade da segurança no teatro marítimo europeu.

A África Ocidental, especialmente o Golfo da Guiné, também era uma área de instabilidade regional e preocupava os EUA, no ano de 2015. As atividades de pirataria e algumas ações de apoio a atividades terroristas ameaçavam a estabilidade econômica global.

Além disso, na percepção estadunidense, algumas áreas do Oriente Médio permitiam que organizações extremistas violentas e outras organizações terroristas operassem. Citam o

⁵⁷ A Guerra Civil Chinesa ocorreu entre 1927 e 1949 e foi causada por uma série de fatores políticos, econômicos e sociais. As principais causas incluem a rivalidade entre o Partido Comunista Chinês (PCC) e o Partido Nacionalista (PN). A aliança entre os dois partidos desmoronou por conta de disputas internas e diferentes visões para o futuro da China. As tensões aumentaram com a eclosão da 2ª Guerra Sino-Japonesa em 1937, quando a China enfrentou a agressão japonesa. O PCC aproveitou a oportunidade para se fortalecer e ganhar apoio popular com suas políticas de redistribuição de terras e promoção da igualdade social. Por outro lado, o PN enfrentou desafios internos e corrupção, perdendo parte do apoio popular, após a 2ª GM. O conflito culminou em 1949, quando o PCC declarou a fundação da República Popular da China, com Mao Zedong como líder, enquanto o governo nacionalista recuou para Taiwan. Essa vitória do PCC estabeleceu um regime comunista na China continental, enquanto Taiwan continuou a ser governada pelo governo nacionalista (PARKER, 2011).

Estado Islâmico do Iraque e do Levante, *Hezbollah*, *Hamas*, *Al Shabab*, *Boko Haram*, bem como a *Al Qaeda* e suas afiliadas. Tais fatos justificam a presença de forças navais avançadas e prontas no esforço global para combater o terrorismo.

A demanda por energia e recursos ressaltava a criticidade do livre fluxo de comércio e chamavam a atenção para as chamadas encruzilhadas marítimas estratégicas pelos EUA. São elas: o Estreito de Ormuz e Malaca, bem como os canais do Panamá e do Suez. Embora os Estados Unidos da América estivessem exportando mais energia do que importando pela primeira vez, em décadas, continuavam atentos ao fornecimento ininterrupto de petróleo e gás do Oriente Médio e da Ásia Central, fundamentalmente com a crescente ameaça iraniana ao comércio que transitava pelo Estreito de Ormuz.

Percebemos também uma citação com as pautas ambientais. Citaram as tempestades intensificadas pelas mudanças climáticas e o aumento do nível do mar nas áreas costeiras. Justificaram seu olhar com essas questões pois o desencadeamento desses fenômenos naturais poderia obrigar a uma mobilização com assistência humanitária e operações de resposta a desastres. Ademais, o aumento da temperatura oceânica apresentava novos desafios e oportunidades, principalmente no Ártico e na Antártica, onde o recuo do gelo levava a uma maior atividade marítima nessas regiões.

Para os EUA, o Ártico seria cada vez mais acessível e amplamente utilizado. Previam um aumento na atividade marítima, incluindo exploração de petróleo e gás, pesca comercial, turismo e mineração mineral, aumentando a importância estratégica da região. Portanto, mais uma vez, deixaram claro a necessidade de garantias e parcerias com uma atividade segura, protegida e ambientalmente responsável na região do Ártico.

Segundo Stephen Walt (1985) a intenção de um inimigo ou adversário passa a ser reconhecido como uma fonte de ameaça e não é necessariamente dependente do Poder militar. Robert Jervis (1976) também reconhece que a noção de percepção está associada a uma ameaça por parte dos tomadores de decisão na política internacional. Dessa forma, a estratégia naval estadunidense de 2015, deixa implícita as suas prioridades e desafios. Existe a percepção da ameaça e não a sua publicação.

Apesar do olhar constante, principalmente com a China e a Rússia, a prioridade estadunidense para a contenção dessas ameaças é a cooperação internacional, ou seja, classificam-nas como sendo ameaças globais e, sendo assim, todos os Estados devem reunir

esforços para a sua estratégia que, como o próprio nome diz é: “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*”. Por outro lado, os EUA possuem a percepção direta da ameaça com o terrorismo e, por isso, citam várias organizações extremistas violentas.

Diferente de alguns Estados que citam seus desafios de forma abstrata, os EUA divulgam, inclusive com dados concretos, quais são os seus objetivos. Com a atenção estratégica voltada para a região do Oceano Índico, Ásia e Oceano Pacífico, os estadunidenses planejavam aumentar o número de navios, aeronaves e militares do Corpo de Fuzileiros Navais lá posicionados. Em 2015, planejavam incrementar gradativamente sua presença na região e destacar aproximadamente 60% dos navios e aeronaves da *US Navy* para o Japão.

A leitura da estratégia cooperativa para o Poder Marítimo do século XXI dos EUA permite tomar conhecimento das ações e intenções para cada região do planeta. Ademais, apontam como pretendem alcançar o sucesso em suas tarefas básicas do poder naval. Para a obtenção da dissuasão, a estratégia era a de convencer inimigos em potencial de que eles não seriam vencidos e que o custo da agressão aos EUA seria inaceitável.

Os objetivos, ou os seus fins, seriam conquistados por meio da dissuasão nuclear estratégica que seria garantida pela presença de submarinos de mísseis balísticos da *US Navy* em qualquer região do planeta. Sempre no mar, esses submarinos poderiam patrulhar sem serem detectados, mantendo-se em comunicação contínua e com capacidade de resposta imediata a qualquer ameaça. Além disso, a dissuasão convencional seria fornecida pelas forças navais compostas pelos porta-aviões com alas aéreas embarcadas e o poder de combate das Forças Expedicionárias de Fuzileiros Navais.

Além disso, a Guarda Costeira estadunidense também seria empregada por meio da presença contínua nos portos dos EUA e hidrovias internas fornecendo uma camada adicional de defesa contra ameaças marítimas. Juntamente com navios com capacidade de defesa contra mísseis balísticos, a *US Coast Guard* poderia oferecer uma ampla gama de opções de dissuasão confiáveis por estarem posicionados estrategicamente para sua defesa.

O controle do mar possuía a capacidade de permitir que as forças navais estabelecessem a superioridade marítima local em qualquer lugar. A estratégia era a de manter o seu Poder Naval avançado com a capacidade de destruição de forças navais inimigas, supressão do comércio marítimo dos seus oponentes e a proteção de rotas marítimas vitais,

incluindo portos de embarque e desembarque, permitindo o transporte marítimo estratégico de interesse dos EUA.

A projeção de poder era a capacidade de aplicar os seus elementos de poder nacional (diplomático, militar ou econômico) para responder a crises, contribuir para a dissuasão e aumentar a estabilidade regional. Chamavam de missões de “poder inteligente” a capacidade de assistência humanitária e resposta a desastres. Por outro lado, também imaginavam a sua projeção de poder por meio do emprego de forças expedicionárias de Fuzileiros Navais para interromper o avanço ou destruir as forças inimigas.

A segurança marítima seria atingida com a proteção da soberania e dos recursos marítimos dos EUA, permitindo o comércio marítimo livre e aberto. Ademais, seria necessário o combate a proliferação de armas, terrorismo, crime transnacional, pirataria, exploração ilegal do ambiente marítimo e imigração ilegal por via marítima. Para isso seria necessária a utilização das suas forças navais operando dentro e além da sua zona econômica exclusiva (ZEE), com os navios e aeronaves da *US Coast Guard* e da *US Navy*.

A visão de futuro dos EUA, em sua estratégia naval, levava em consideração a austeridade fiscal, à medida em que já se pensava na futura força naval. O dimensionamento da força deveria ser proporcional à garantia da capacidade de atender aos requisitos de presença global. Com esse objetivo previam a uma esquadra de mais de 300 navios, incluindo 11 porta-aviões, 14 submarinos de mísseis balísticos e 33 navios anfíbios. Uma força naval menor, impulsionada por cortes orçamentários adicionais, exigiria a execução dessa estratégia em níveis de risco aumentados, diminuindo a sua presença avançada.

A conclusão da estratégia naval de 2015 previa que os EUA deveriam fornecer ao seu Estado opções confiáveis para a manutenção da liberdade dos mares, resposta rápida a crises e dissuadir qualquer ideia de agressão contra o seu Estado. Foram identificados vários desafios geopolíticos, militares e fiscais, bem como oportunidades para as forças navais superá-los.

A estratégia naval estadunidense, publicada em 2015, enfatizava a importância da cooperação internacional a fim de prevenir conflitos e garantir a segurança global. Essa conclusão surge a partir da análise do contexto geopolítico e tem por finalidade o estabelecimento de prioridades para a condução da *US Navy*, do *US Marine Corps* e da *US Coast Guard* e a garantia de promover os interesses do Estado.

Cinco anos mais tarde, já em 2020, o contexto geopolítico era um pouco diferente. Dessa forma, faz-se mister uma análise geopolítica abreviada no início da próxima seção, entre o ano de 2015, ano de divulgação da última estratégia naval estadunidense, até o ano de 2020, ano em que foi publicada a sua atualização. Portanto, a intenção é analisar quais foram as considerações e prioridades estabelecidas a fim de verificar as semelhanças e diferenças dessa nova estratégia naval.

3.4 *Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*

We are and will always be one force - Semper Fortis, Semper Fidelis, Semper Paratus—always strong, always faithful, and always ready to protect and defend the United States of America, around the clock and around the world (EUA, 2020, *preface*)⁵⁸. A estratégia naval dos EUA, publicada em 2020, já no prefácio menciona que a sua prioridade continua sendo a hegemonia no ambiente marítimo.

A estratégia naval dos EUA deixa claro, nas primeiras linhas, que a intenção é continuar com a vantagem no mar, ou seja, devem projetar Poder em todos os domínios. Dessa forma, intitulam a sua estratégia naval como *Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*.

Percebemos que os EUA justificam sua posição afirmando que os métodos (*ways*) para a obtenção dessa vantagem seriam conquistados por meio do incentivo à inovação tecnológica e a cooperação em toda a sua base industrial. Ademais, o poder naval integrado (*US Navy, US Marine Corps e US Coast Guard*) seria o meio (*means*) para se obter o fim (*ends*) desejado, ou seja, o *Seapower*. Todo esse apoio integrado promoveria a prosperidade, a segurança e a promessa de uma ordem baseada em regras livres e abertas. Portanto, o Poder marítimo estadunidense contribuiria para a hegemonia em todos os domínios.

Como ocorreu com a estratégia naval estadunidense de 2015, essa versão da estratégia naval, atualizada em 2020, possui 4 seções divididas em uma análise geopolítica, uma segunda seção que explica como integrar o seu poder naval em todos os domínios, a

⁵⁸ Somos e sempre seremos uma força – *Sempre Fortis, Sempre Fidelis, Sempre Paratus* – sempre fortes, sempre fiéis e sempre prontos para proteger e defender os Estados Unidos da América, 24 horas por dia e em todo o mundo (tradução nossa).

terceira que divulga como será realizado o emprego desse poder e, por último, uma quarta seção que direciona qual a estratégia vislumbrada para a obtenção dessas capacidades.

Durante o período de 2015 a 2020, os Estados Unidos da América passaram por mudanças significativas em sua posição geopolítica e enfrentaram diversos desafios em níveis internos e externos, inclusive com a mudança de Governo, em 2017, de Barack Obama (2009-2017) para Donald Trump (2017-2021). A política externa estadunidense voltava as suas atenções para a crise entre Rússia e Ucrânia, a ascensão do Estado Islâmico (EI)⁵⁹ no Iraque e na Síria e um acordo nuclear com o Irã.

A crise na Ucrânia e a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 aumentaram as tensões entre os Estados Unidos da América e a Rússia. A resposta dos estadunidenses incluiu sanções econômicas à Rússia e ações para fortalecer a OTAN. No mesmo ano de 2014, a ascensão do EI levou os EUA a liderarem uma coalizão internacional para combater o grupo. Em 2015, os Estados Unidos da América e outras potências mundiais assinaram o Plano de Ação Conjunto Global⁶⁰ que limitava o programa nuclear iraniano em troca do alívio das sanções econômicas que aquele Estado sofria. No entanto, em 2018, os EUA se retiraram do acordo (EUA, 2018).

Na área da economia os Estados Unidos da América estiveram envolvidos em negociações de acordos comerciais significativos entre os anos de 2015 e 2020, incluindo a *Trans-Pacific Partnership* (TPP)⁶¹ e o *United States–Mexico–Canada Agreement* (USMCA)⁶².

O TPP pretendia ser um acordo com a finalidade de facilitar o acesso a mercados de bens, serviços e investimentos e uma convergência regulatória permitindo a harmonização de padrões técnicos, princípios trabalhistas e medidas de conservação ambiental. Já o USMCA, segundo o presidente dos EUA entre 2017 e 2021, Donald Trump, tinha a intenção de proteger

⁵⁹ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

⁶⁰ Em 2015, o governo dos EUA de Barack Obama (2009-2017) juntou-se a outros Estados em um acordo sobre o programa nuclear do Irã. Este acordo ficou conhecido como *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA) ou, em português, Plano de Ação Conjunto Global (tradução nossa). O acordo retirou do Irã sanções econômicas em troca de limites sobre a atividade nuclear do Irã. Entretanto, em 2018, para o Presidente dos EUA, Donald Trump (2017-2021), o regime iraniano era o principal Estado a patrocinar o terror e, após o JCPOA, ao contrário do que se esperava, o Irã alimentava conflitos em todo o Oriente Médio e apoiava milícias terroristas como o EI, o Hezbollah, o Hamas, o Talibã e a Al-Qaeda, em função das relaxações aos embargos econômicos impostos ao Estado iraniano (EUA, 2018).

⁶¹ Tratado da parceria Transpacífico (tradução nossa).

⁶² Acordo entre EUA, México e Canadá (tradução nossa).

os direitos trabalhistas dos Estados envolvidos, bem como proteger a propriedade intelectual. (ITA, 2022).

Outro ponto da área econômica que mereceu atenção, a partir de 2018, foi o fato de os EUA e a China se envolverem em uma escalada de tensões comerciais, com ambos os Estados impondo tarifas sobre produtos um do outro. Essa disputa teve um impacto significativo nas relações econômicas globais e elevou a percepção de ameaça com a China devido a abordagem de "*America First*"⁶³. Essa retórica de Donald Trump influenciou diversas áreas incluindo migração, comércio e diplomacia.

Constatamos, após uma breve análise geopolítica entre 2015 e 2020, que a percepção de ameaça com a Rússia e a China tinha sido elevada, durante o governo de Donald Trump. Essa sensação se deveu, em parte, com as constantes ameaças de invasão russa na Ucrânia e a consolidada anexação da Crimeia, em 2014, bem como, com a escalada de tensões comerciais com os chineses e o conceito de "*America First*".

A análise geopolítica, agora sob a ótica da estratégia naval estadunidense, inicia afirmando que o ambiente de segurança tinha mudado drasticamente desde a publicação de sua estratégia naval de 2015. Vários Estados estavam contestando o equilíbrio de poder em regiões importantes e tentavam minar a ordem mundial existente. Os desenvolvimentos tecnológicos e a modernização militar agressiva por parte das suas ameaças estavam reduzindo as vantagens militares estadunidenses.

Dessa forma, já na primeira seção da estratégia naval dos EUA, o comportamento e o crescimento militar chinês acelerado são citados e indicam um desafio para o Estado. Sendo assim, a *US Navy*, o *US Marine Corps* e a *US Coast Guard* integrados deviam manter o propósito claro de competir, deter e, se necessário, derrotar os adversários. Com essa redação a estratégia naval já indica o método com o qual os EUA devem atingir o seu objetivo. Citam uma Força Naval modernizada e integrada para atingir o equilíbrio do *Seapower* para o resto deste século.

A necessidade de modernização e ampliação do poder naval dos EUA são justificados quando a sua estratégia naval entende que a China implanta uma esquadra multifacetada que

⁶³ Estados Unidos da América primeiro (tradução nossa). "*America First*" foi uma política comercial dos EUA, na primeira metade do governo de Donald J. Trump (2017-2018), onde a intenção era colocar e manter a economia estadunidense no centro do tabuleiro. (ROSECRANCE, 1986).

inclui a Marinha do Exército de Libertação Popular, a Guarda Costeira e uma Milícia Marítima das Forças Armadas Populares, que são navios auxiliares disfarçados de embarcações civis para desequilibrar a soberania de outros Estados e impor reivindicações ilegais.

A preocupação chinesa em disputar os recursos no Mar do Sul da China e a reivindicação marítima constante na região, reclamam a atenção estadunidense. A materialização dessa contestação é o desenvolvimento de uma grande quantidade de mísseis, com capacidade nuclear, projetada para atacar adversários, utilizando mísseis balísticos, de cruzeiro manobráveis e hipersônicos. Além disso, a China ampliou sua capacidade de guerra no ambiente aerospacial e cibernético.

Percebemos que o crescimento e a modernização das forças navais chinesas, com a construção de modernos navios de superfície, aeronaves, submarinos equipados com mísseis nucleares balísticos, navios patrulha para a guarda costeira e navios polares, indicam a necessidade de uma ampliação da Marinha estadunidense.

Posteriormente, citam a Rússia afirmando que, em conjunto com a China, devem ser observados, uma vez que são adversários determinados e representam uma ameaça estratégica de longo prazo. Sendo assim, afirmavam que cerca de sessenta por cento do Poder Naval estadunidense já se encontrava na região do Indo-Pacífico. No entanto, com o intuito de manter o seu objetivo de vantagem no mar, eram necessários orçamentos previsíveis e financiamentos contínuos para a modernização e ampliação do Poder Naval:

Together, we must act with urgency to integrate and modernize our forces as we prepare for the challenges ahead. The boldness of our actions must match the magnitude of our moment. The security of our Nation depends on our ability to maintain advantage at sea (EUA, 2020, foreword)⁶⁴.

Esses esforços de modernização do poder naval em andamento na Rússia, priorizando sistemas de mísseis nucleares, submarinos de ataque e navios de superfície de última geração também são citados na estratégia naval dos EUA. Citam que, em conflito, os russos podem realizar ataques cibernéticos contra Washington ou capitais europeias ou atacar cabos de comunicação submarinos, causando severo impacto na economia global.

Outras ameaças, incluindo Irã, Coreia do Norte, organizações extremistas violentas e organizações criminosas transnacionais, também são citadas e continuam a desequilibrar a

⁶⁴ Juntos, devemos agir com urgência para integrar e modernizar nossas forças enquanto nos preparamos para os desafios futuros. A ousadia de nossas ações deve corresponder à magnitude do nosso momento. A segurança de nossa nação depende de nossa capacidade de manter vantagem no mar (tradução nossa).

ordem internacional baseada em regras. Entretanto, percebemos que, para essas ameaças, a estratégia naval estadunidense deve ser o combate de maneira coordenada e multinacional, com sua força naval moderna e desenvolvida para lidar com ameaças militares mais significativas, como China e Rússia.

Devido ao fato de os EUA identificarem muitas ameaças ao seu *Seapower* eles iniciam a terceira seção de sua estratégia naval com a priorização de ações. A competição com os chineses se transforma na sua maior ameaça. Reconhecem que a China é o seu principal rival pois possuem potencial econômico e militar para apresentar um desafio de longo prazo aos Estados Unidos da América. Portanto, a postura da estratégia naval estadunidense se concentrou no combate ao comportamento da Marinha chinesa de modo a garantir um ambiente marítimo global estável e seguro.

Essa estabilidade, na ótica estadunidense, promoveria a prosperidade por meio do comércio e busca legal de recursos naturais. Contudo, seria necessário possuir um poder dissuasório, com forças navais prontas e avançadas (operando em todos os oceanos), a fim de defender os seus interesses no ambiente marítimo. Entretanto, a colaboração e a interoperabilidade com Estados aliados seriam primordiais para a manutenção da hegemonia do poder marítimo.

Uma das justificativas para a estratégia estadunidense manter as forças navais em posições avançadas é que, muitas vezes, estão no local, no início de uma crise. Isso requer uma grande quantidade de meios e, por conseguinte, maior custo com manutenção. É assim que a estratégia naval sugere maior investimento no seu Poder Naval.

Outra grande preocupação estadunidense era a atividade cibernética. Para tal, sugeriam maior investimento nessa área a fim de detectar e se defender de ataques às próprias redes e aliadas. Ademais, indicavam que a evolução da capacidade *de intelligency, surveillance and rescue (ISR)*⁶⁵ em plataformas tripuladas e não tripuladas forneceria avisos antecipados das suas ameaças, enquanto as suas forças navais, poderiam coletar informações de várias fontes. Isso demonstra, mais uma vez, a necessidade de atuar em todos os ambientes, no que chamam de todos os domínios.

⁶⁵ Inteligência, vigilância e reconhecimento (tradução nossa).

Atuando de maneira individual o esforço dos EUA seria muito maior. Portanto, incentivavam alianças e parcerias para que se tornem multiplicadores de forças em tempos de crise. Os desdobramentos em combate com parceiros e aliados aumentam a legitimidade da resposta estadunidense, fortalecem a dissuasão e demonstram determinação multinacional. Essa união contribui ainda fornecendo inteligência e logística. Finalmente, a parceria com forças aliadas ajuda a proteger as rotas marítimas, manter a segurança marítima global e, evidentemente, os seus próprios interesses.

Ainda na terceira seção da estratégia naval estadunidense um ponto interessante a ser destacado é que fica bem definido como se desencadeariam as ações em caso de conflito. Eles ratificaram a importância dos oceanos e do seu *Seapower* afirmando que o controle dos mares permitiria a projeção de poder em apoio aos esforços da sua força naval e protegeria as forças conjuntas.

O controle dos mares negaria o uso do mar inibindo a iniciativa das suas ameaças. Controlando os mares e oceanos poderiam conter seus adversários em áreas restritas, proibindo-os de sair dos seus portos de origem e, com isso, controlariam as linhas de comunicação marítimas. Reforçando a colaboração com aliados, seriam capazes de controlar pontos críticos de estrangulamento das rotas marítimas e conseguiriam impor altos custos militares e econômicos aos adversários.

A quarta e última seção da estratégia naval dos EUA abordou as questões necessárias ao preparo e ao emprego do Poder Naval contra as suas maiores ameaças declaradas: Rússia e China. Para reverter as vantagens militares conquistadas pelos seus adversários a *US Navy*, o *US Marine Corps* e a *US Coast Guard* deveriam desenvolver forças navais integradas em todos os ambientes.

Portanto, seria desenvolvida uma força naval integrada em todos os domínios por meio de treinamento, exercícios, investimentos e inovação. Seriam incentivadas ações para o desenvolvimento da conscientização do domínio marítimo por meio da compreensão efetiva de qualquer coisa que possa impactar a segurança de um Estado e o seu ambiente seriam os oceanos, mares e o espaço aéreo sob esse ambiente, incluindo os litorais. Fruto da análise da estratégia naval dos EUA de 2020, percebe-se que o conceito de Poder Naval integrado em todos os domínios, constante da publicação, é interessante e justifica o título do documento.

Ao final da análise do *Advantage at Sea - Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*, trataremos na próxima seção de comparar as estratégias navais de 2015 e de 2020 a fim de identificar os pontos semelhantes e divergentes das publicações em lide.

3.5 Comparação entre as estratégias navais estadunidenses de 2015 e 2020

O primeiro ponto da comparação entre as estratégias é verificar o contexto geopolítico entre 2015 e 2020, pois esses foram os anos em que os documentos foram publicados. Em 2015, os EUA se autodeclaravam como única potência verdadeiramente global na era moderna. Entretanto, já havia uma série de ameaças potenciais ao poder estadunidense. Algumas potências regionais estavam sob o seu olhar como a Alemanha, a Turquia, o Japão e até mesmo o Brasil. Entretanto, seus principais desafios ainda eram o terrorismo e ameaças globais.

A expansão naval chinesa já se apresentava como uma grande ameaça. Por outro lado, a Rússia, em função da sua modernização militar, a tomada da Crimeia e a agressão contínua contra a Ucrânia, em 2014, colocava ambos os Estados como relevantes ameaças. Outros atores como o Irã, com o seu desenvolvimento nuclear, algumas pautas ambientais e o aumento da atividade marítima no Ártico também compunham a preocupação dos EUA.

Em 2020, algumas preocupações estadunidenses se concretizaram e reconhecem que o ambiente de segurança havia mudado drasticamente. A crise entre a Rússia e a Ucrânia, a escalada de tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China e as constantes ameaças nucleares do Irã e da Coreia do Norte foram amplamente citadas na estratégia naval dos EUA.

A análise geopolítica do período entre 2015 e 2020 permitiu que o Departamento da Marinha dos EUA, no nível estratégico, conseguisse estabelecer quais eram as suas ameaças e desafios por ocasião da confecção das duas estratégias navais. No ano de 2015, as ameaças não foram citadas de maneira direta. A maioria dos estadunidenses tinha a percepção que a China era sua maior ameaça. Entretanto, em 2015, os EUA acreditavam que o seu *Seapower* estava deveras consolidado e os mares faziam parte dos seus domínios. Os chineses, de certa forma, estavam dispostos a fazer concessões na maioria das questões.

Uma outra ameaça histórica era a Rússia. A tomada da Crimeia, em 2014, chamou a atenção estadunidense. Entretanto, a análise da época indicava que a posição dos EUA deveria ser a de incentivar a cooperação internacional por meio da OTAN e não se envolver de maneira direta a fim de garantir a continuidade da segurança na Europa.

Não havia, portanto, a ameaça de outro Estado que pudesse fazer frente ao Poder Marítimo dos EUA. As ameaças eram globais e o terrorismo continuou com protagonismo haja vista que as atividades de pirataria e algumas ações de apoio a atividades terroristas ameaçavam a estabilidade econômica global e, por conseguinte, iam de encontro aos interesses estadunidenses.

A preocupação com energia e recursos eram mais prementes. Portanto, as ameaças estadunidenses estavam situadas na necessidade de se permitir um livre fluxo de comércio nas chamadas encruzilhadas estratégicas, como os Estreitos de Ormuz e Malaca e os Canais de Suez e do Panamá.

Dessa forma, o objetivo principal da estratégia naval estadunidense de 2015 era uma busca pela segurança marítima global por meio de cooperação internacional a fim de prevenir conflitos. A prioridade de investimento no seu poder naval foi o de modernizar os seus meios ao invés de uma ampliação. Sendo assim, as ameaças eram globais e o terrorismo ganhava protagonismo como um desafio a ser observado e combatido.

O período entre 2015 e 2020, fez com que os EUA voltassem suas atenções para a Rússia devido a anexação russa da Crimeia. Embora tenha ocorrido em 2014, a anexação da Crimeia pela Rússia desencadeou uma série de tensões e conflitos entre russos e ucranianos que se estendem até os dias de hoje. A Rússia anexou a Crimeia após um referendo não reconhecido internacionalmente em função de questões históricas, culturais e, fundamentalmente, da posição estratégica do Porto de Sebastopol.

Ademais, um conflito na região de Donbass entre forças pró-russas e forças ucranianas nas regiões de Donetsk e Luhansk, no leste da Ucrânia, fez com que a estabilidade do leste europeu e de alguns Estados pertencentes a OTAN fosse mais uma vez ameaçada. A Rússia foi acusada de fornecer apoio militar às forças separatistas, o que levou a um prolongado conflito que ainda durava por ocasião da confecção da estratégia naval estadunidense de 2020.

Portanto, as tensões foram significativamente aumentadas, também em função das disputas pelo poder no ambiente marítimo nos mares adjacentes à Rússia e Ucrânia, principalmente na Crimeia. Uma empreitada militar de tal magnitude não seria lançada se a Rússia não estivesse empreendendo um grande esforço de retomada econômica para aumentar o seu *Seapower* e, por conseguinte, seu poder (BRASIL, 2022a).

Ademais, a China também foi elevada a condição de ameaça em função das constantes tensões entre estadunidenses e chineses no Mar do Sul da China. A construção de ilhas artificiais pela China na região e os consequentes conflitos ocorridos entre chineses, vietnamitas e malaaios fez com que os EUA elevassem o tom e enviassem dois porta-aviões com diversas aeronaves para sobrevoar a região após o fechamento do espaçamento aéreo, por parte da China, com o pretexto de exercícios militares.

Os objetivos da estratégia naval dos EUA de 2015 citados foram a da segurança marítima global e de parcerias com outros Estados para o atingimento do *Seapower*. Com o intuito de defender seus objetivos operavam com suas forças navais em todo o mundo. Dessa forma, garantiam o acesso a todas as regiões, defendem os principais interesses estadunidenses e ainda tinham a intenção de impedir que os seus adversários utilizem os oceanos contra eles.

A capacidade de sustentar operações em águas internacionais distantes das suas costas constitui uma vantagem distinta para os Estados Unidos da América. Entretanto, para atingir esse objetivo a estratégia naval estadunidense de 2015 prevê operações em conjunto com aliados e parceiros. Ou seja, essa parceria internacional permitiria a maximização do seu poder e o enfrentamento contra novos desafios a fim de prover a segurança marítima global.

Em 2015, os EUA tinham um olhar voltado para os oceanos Índico e Pacífico, uma vez que, a economia estadunidense estava intrinsecamente ligada ao imenso volume de comércio que fluía por esses dois oceanos. Sendo assim, os Estados Unidos da América buscavam fortalecer a cooperação com aliados de longa data. Para tal, citaram a aproximação com alguns Estados, ou seja, uma parceria internacional para o atingimento dos seus objetivos.

Por outro lado, no ano de 2020, a estratégia naval estadunidense previa uma maior competição entre grandes potências e, por conseguinte um aumento da capacidade militar de alguns Estados, em função da crescente competição pela hegemonia e pelo poder.

A escalada de tensões comerciais entre China e EUA impactou as relações econômicas globais e elevou a percepção de ameaça com os chineses. O comportamento e o crescimento militar da China impuseram um desafio para os EUA. Sendo assim, a *US Navy*, o *US Marine Corps* e a *US Coast Guard* integrados deviam manter o propósito claro de competir, deter e, se necessário, derrotar os adversários.

A preocupação chinesa em disputar os recursos no Mar do Sul da China e a reivindicação marítima constante na região fizeram com que eles desenvolvessem uma grande capacidade militar não só com mísseis balísticos, de cruzeiro manobráveis e hipersônicos. Percebemos que houve um grande crescimento e a modernização das forças navais chinesas.

A escalada da crise entre Rússia e Ucrânia fez com que fosse percebida uma modernização do Poder Naval russo, priorizando sistemas de mísseis nucleares, submarinos de ataque e navios de superfície. Citam que os russos desenvolveram capacidades de ataques cibernéticos contra Washington ou capitais europeias podendo causar severo impacto na economia global.

Outras ameaças, incluindo Irã, Coreia do Norte, organizações extremistas violentas e organizações criminosas transnacionais, também são citadas em função do aumento de suas capacidades militares. Entretanto, a competição entre grandes potências é a que mais influencia a estratégia naval estadunidense de 2020.

Em 2015, muito em função das atenções estadunidenses estarem voltadas para ameaças terroristas e globais, a estratégia naval dos EUA considerou que uma maior ênfase à cooperação internacional era o suficiente. A China e a Rússia eram ameaças. Entretanto, consideravam como sendo adversários de longo prazo. Os estadunidenses acreditavam que a manutenção de parcela do seu Poder Naval na região do Indo-Pacífico já era o suficiente para conter a tentativa de qualquer avanço desses dois Estados.

Contudo, seria necessário possuir um poder dissuasório, com forças navais prontas e avançadas, a fim de defender os seus interesses no ambiente marítimo. Entretanto, a colaboração e a interoperabilidade com Estados aliados seriam suficientes para a manutenção da hegemonia do poder marítimo.

Em 2020, com o desenvolvimento da capacidade militar de alguns Estados como China, Rússia, Irã e Coreia do Norte, a postura dos EUA teve que sofrer alteração. Foi necessário depender menos de cooperação internacional e incrementar o seu Poder Naval para que, de certa forma, continuasse com elevado poder dissuasório. Foi importante a mudança de prioridades na área de Defesa para que não tivessem a hegemonia comprometida com os avanços russos e chineses. O objetivo era continuar com a sua hegemonia para ditar as regras no cenário internacional em função do seu poder dissuasório.

Como desenvolveu Till (2018), o grau de poder que uma Marinha deve possuir é quase que uma competição no espectro entre conflito e cooperação. Portanto, o exemplo estadunidense comprova que as relações diplomáticas entre os Estados flutuam desde a cooperação internacional até o conflito conforme já apresentado na FIG. 5.

Ao mesmo tempo, percebemos, mais uma vez, que os investimentos em tecnologia militar são inversamente proporcionais a necessidade de cooperação internacional. Diante do aumento das ameaças, deve-se depender menos de parceiros e investir em capacidades próprias na busca de autonomia. A cooperação internacional não se tornou menos importante, a busca pela autonomia é que se tornou mais necessária.

A análise das estratégias navais de 2015 e 2020 nos leva a realizar a comparação do quarto e último elemento que são os investimentos em Defesa, em dois períodos distintos. Em 2015, a modernização do Poder Naval estadunidense era considerada suficiente para conter as ameaças e atingir os seus objetivos. A cooperação internacional complementaria as lacunas por ventura existentes do Seapower dos EUA. Entre os anos de 2015 e 2020, de acordo com a FIG. 14, percebemos uma elevação do orçamento de despesas com a US Navy e com os US Marine Corps. Portanto, podemos inferir que os investimentos em Defesa para a manutenção do Poder Marítimo estadunidense sofreram um acréscimo.

Em 2020, a postura dos EUA foi modificada para um maior incentivo à inovação tecnológica e a sua base industrial de defesa (BID). O objetivo era o de justificar um maior orçamento para a Defesa no congresso estadunidense. Entretanto, dessa vez, o intuito não era somente modernizar o Poder Naval, mas também o de ampliá-lo.

Ou seja, quanto maior o investimento na área de Defesa menor será a necessidade de dependência de um Estado com a cooperação internacional. O caso de uma superpotência como os EUA é uma prova disso. Foi necessária a mudança de prioridades e um maior investimento na Defesa para que não tivessem a hegemonia comprometida com o desenvolvimento cada vez mais evidente das suas ameaças e continuassem a ditar as regras no cenário internacional.

Conforme o APÊNDICE C e com o intuito de facilitar a visualização das diferenças entre as estratégias navais dos EUA de 2015 e de 2020 produzimos uma tabela com as principais ameaças, objetivos, cooperação internacional e investimento na área de defesa. Complementarmente, o APÊNDICE D apresenta uma figura, semelhante com o estabelecido

por TILL (2018), onde as conexões entre dois Estados podem ser observadas, sob uma nova abordagem. Dessa vez, as fatias representam a relação inversamente proporcional entre investimentos em área de defesa e necessidade de cooperação militar.

A sequência da presente tese nos leva a fazer uma análise da estratégia naval brasileira e entender quais os rumos que pretendemos estabelecer para os próximos anos. Dessa forma, no próximo capítulo faremos uma análise dos documentos brasileiros que estabelecem a sua estratégia naval, uma comparação com a estratégia naval estadunidense e algumas contribuições para o Brasil.

4 A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

Neste capítulo analisar-se-á, assim como fizemos com os EUA, a importância que o Brasil deu aos oceanos e mares desde a sua independência, o contexto histórico da criação da Marinha do Brasil e, posteriormente, uma análise geopolítica entre os anos de 2015 e 2020, a fim de identificar as suas principais ameaças e desafios no nível internacional e os seus principais interesses para a manutenção da sua influência no cenário internacional.

Realizaremos uma comparação entre os dois últimos documentos de alto nível da MB, a nível estratégico. O primeiro do ano de 2019, a Política Naval e o segundo datado de 2020, o chamado Plano Estratégico da Marinha 2040. Convém salientar que o PEM 2040 não é uma atualização da Política Naval (PN). De maneira resumida, a primeira orienta o planejamento estratégico da MB e a segunda apresenta os elementos conceituais e doutrinários de alto nível e respectivas Ações Estratégicas Navais (AEN) que consolidam o seu Plano Estratégico.

Com o objetivo de realizar uma comparação entre os dois Estados, Brasil e EUA, também fixaremos o período da análise geopolítica brasileira entre 2014 e 2020, uma vez que, o objetivo da presente tese é verificar as similaridades e diferenças das estratégias navais e a existência de possíveis contribuições e proposituras para a atualização do PEM 2040.

4.1 Análise geopolítica do Brasil

A América Latina, em particular o Sul, é a prova de que podemos levar o conhecimento e a tecnologia do Velho para o Novo Mundo, mas se a geografia estiver contra nós teremos acesso limitado, especialmente se entendermos a política de maneira errada. Assim como a geografia dos Estados Unidos os ajudou a se tornarem uma grande potência, a dos vinte países ao sul assegura que nenhum deles chegará a desafiar a sério o gigante norte-americano neste século, nem se unir para fazê-lo coletivamente (MARSHALL, 2018, p. 228).

Uma análise geopolítica deve começar pelo entendimento das questões geográficas e históricas de um Estado. O objetivo dessa seção é trazer os mesmos componentes analisados no caso dos EUA. Dessa forma, mais uma vez, o ambiente marítimo será um dos fatores fixados para o estabelecimento das relações de poder e a participação da Marinha do Brasil estará inserida nesse contexto.

4.1.1 Conjuntura geográfica

A localização geográfica do Brasil não fornece as condições necessárias para a transformação do Estado brasileiro em um Império inevitável como são os EUA. O Brasil tem

seu território quase que totalmente inserido no clima tropical. Devido ao seu tamanho, com variações regionais significativas, as principais características climáticas variam desde climas equatoriais com altas temperaturas e umidade, passando por regiões semiáridas e áridas, com chuvas escassas até tropical e subtropical na maior parte do território.

Entretanto, o Brasil é o quinto maior Estado do mundo em extensão territorial, possui posição estratégica na América do Sul, uma rica variedade de recursos naturais, incluindo vastas áreas de florestas tropicais, rios, um extenso litoral e uma grande biodiversidade. Ademais, a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e é uma região de interesse global devido à sua importância para o clima, ecossistemas e recursos naturais.

Diferente dos EUA, o Brasil possui muitas fronteiras com outros Estados gerando desafios em termos de segurança, tráfico de drogas, imigração ilegal e outros problemas transnacionais. Outra característica da geografia brasileira é que, apesar de possuir uma grande porção de terra arável, ainda é grande produtor e exportador de *commodities*⁶⁶, como soja, minério de ferro e petróleo, o que o torna um ator importante nos mercados globais.

Historicamente, o Brasil buscou uma política externa priorizando as relações amigáveis e evitando conflitos. Além disso, tem estabelecido laços comerciais e políticos com diversos Estados, incluindo os EUA, China, União Europeia, Estados do Oriente Médio, além é claro dos sul-americanos e dos africanos do seu entorno estratégico.

Como fizemos no capítulo anterior, faremos nas seções seguintes uma análise do contexto histórico e geográfico brasileiro e a importância da criação da MB para a Independência do Brasil e a consolidação da sua soberania. Posteriormente, será possível traçar as análises comparativas das estratégias navais do Brasil e dos EUA.

4.1.2 Conjuntura histórica

Ao longo de mais de um século, a partir de 1504, os franceses foram se estabelecendo em diversos locais entre o Cabo de São Roque e o Rio de Janeiro. Em 1556, Nicolas Durand de Villegagnon desembarcou na ilha que hoje leva seu nome e sedia a Escola Naval da MB, na Baía de Guanabara, ali fundando a chamada França Antártica⁶⁷ (FROTA, 2000).

⁶⁶ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

⁶⁷ Os franceses desembarcaram na costa do Rio de Janeiro em 1555, com o objetivo de fundar a França Antártica. Comandados por Nicolau Durand de Villegaignon, os franceses fundaram um forte na Baía de Guanabara, região ainda não colonizada pelos portugueses, com o objetivo de ser um núcleo colonial francês, em pleno território brasileiro (FROTA, 2000).

Seguiu-se um período de continuados conflitos entre portugueses e invasores até que, em 1567, quando Mem de Sá, no comando de uma esquadra, chegou ao Rio de Janeiro, travou uma batalha decisiva contra os franceses na Baía de Guanabara, na qual contou com a ajuda dos índios de Martim Afonso Araribóia, trazidos desde o Espírito Santo pelo padre José de Anchieta (FROTA, 2000).

“É mister reavê-lo, se é que temos empenho em conservar a nossa nacionalidade. O oceano tem sido quase invariavelmente o campo de batalha pela independência das nações que confinam com o mar” (BARBOSA, 1975b, p. 100). Essa foi a primeira defesa organizada contra uma agressão na colônia portuguesa que, mais tarde, seria o território brasileiro. O revés da França Antártica não fez os franceses desistirem de seus empreendimentos no Brasil, mas fez desviar para o Norte suas atenções, as quais, até 1610, limitavam-se ao comércio e à exploração da região (ABREU et al., 2018).

A partir daí, os franceses decidiram se estabelecer no Maranhão, onde, em 1612, construíram um forte e fundaram a cidade de São Luís, tornada capital da França Equinocial⁶⁸. Até 1615, os franceses foram consolidando sua colônia e a sua retomada pelos luso-brasileiros se deu com a contribuição de Jerônimo de Albuquerque, que, chefiando uma pequena esquadra, foi o primeiro brasileiro nato a comandar forças em combate, na defesa do território (FROTA, 2000).

O nascimento da Marinha Imperial, no entanto, se deu em um regime de celeridade, pois os oficiais e praças da Marinha portuguesa que aderiram a Independência do Brasil⁶⁹, em 1822, aproveitaram os navios que tinham sido deixados no porto do Rio de Janeiro pelos portugueses que estavam em mau estado de conservação. Dessa forma, em outubro de 1822, foi formado o gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, comandado pelo Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira, veterano das Guerras Napoleônicas,

⁶⁸ A França Equinocial representou a segunda tentativa dos franceses de se fixarem no Brasil, na região maranhense entre os anos de 1612 e 1615. A origem do nome está relacionada com o território de conquista, posto que estava próximo da linha do Equador, que antes era denominada de linha Equinocial. Esse evento ocorreu após a França Antártica, colônia francesa que durou cerca de 15 anos no Rio de Janeiro (FROTA, 2000).

⁶⁹ A independência do Brasil foi proclamada em 7 de setembro de 1822, quando o príncipe regente Dom Pedro I declarou o Estado como nação soberana e rompeu os laços coloniais com Portugal. A Independência do Brasil, no entanto, não foi pacífica e envolveu conflitos e negociações diplomáticas. A atitude de Dom Pedro I e a pressão por autonomia impulsionaram a separação e levaram à formação do Império do Brasil, com Dom Pedro I como seu primeiro imperador (PARKER, 2011).

considerado o primeiro brasileiro nato a exercer o cargo de ministro da Marinha (ABREU et al., 2018).

Anos mais tarde, logo após a declaração da Independência do Brasil, algumas províncias do Norte, Nordeste e da Cisplatina, continuavam leais às Cortes de Lisboa. Foi necessária, então, a ação da MB para ratificar a formação do Estado brasileiro e garantir a consolidação da Independência. Assim, em 1822, fazia-se ao mar a primeira esquadra brasileira, rumo a Montevideú, com a missão de expulsar as forças que lutavam para manter a Província Cisplatina sob o domínio português. Percebe-se, portanto, o nascedouro da MB junto com a consolidação de um Estado Nacional (ABREU et al., 2018).

Algumas batalhas ocorreram na região da Cisplatina devido aos interesses conflitantes do movimento separatista daquela província. O Império do Brasil reagiu, travando a Guerra Cisplatina⁷⁰, na qual a esquadra brasileira manteve o bloqueio do estuário do Prata de 1825 a 1828. Após esse conflito, a Marinha Imperial, que estava subordinada ao Poder Executivo de acordo com a Constituição brasileira de 1824, precisava ter o seu orçamento todo ano aprovado pelo Poder Legislativo (ABREU et al., 2018).

Contudo, as dimensões continentais do Brasil e a necessidade de repressão de conflitos armados em todas as províncias brasileiras, obrigou a uma participação ativa da Marinha Imperial, em atuação direta, ou em apoio as ações terrestres. Anos mais tarde, o ditador do Paraguai, Francisco Solano López (1827-1870)⁷¹, apresou um navio brasileiro - o Marquês de Olinda -, no rio Paraguai, e invadiu a Argentina, Mato Grosso e o Rio Grande do Sul (ABREU et al., 2018).

Esse episódio contribuiu para a formação de uma Força Naval aliada, composta por Brasil, Argentina e Uruguai, a chamada Tríplice Aliança, praticamente composta por navios da

⁷⁰ A Guerra da Cisplatina (1825-1828) foi um conflito armado entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, onde os Estados recém-independentes de Portugal e Espanha, disputaram o território conhecido como Banda Oriental, onde hoje se situam o Uruguai e parte do Rio Grande do Sul. Entre os objetivos, estavam o domínio da riqueza rural da região e o uso irrestrito do Rio da Prata para a navegação. Depois da intervenção portuguesa, em 1822, o território, chamado agora de Província da Cisplatina, aceitou fazer parte do recém-independente Império do Brasil. Entretanto, nos anos seguintes, o sentimento de revolta deu lugar a um movimento liderado por alguns habitantes locais que obtiveram apoio militar e financeiro das Províncias Unidas do Rio da Prata, independentes da Espanha desde 1810, que buscavam retomar o território invadido pelo Brasil (ABREU et al., 2018).

⁷¹ Francisco Solano López foi um líder paraguaio durante a Guerra do Paraguai. Ele era o presidente do Paraguai na época e liderou o país nesse período. López acreditava na expansão do Paraguai e na defesa de sua soberania (PARKER, 2011).

MB, que ficou sob o comando do Vice-Almirante Joaquim Marques de Lisboa (Almirante Tamandaré). As operações envolvendo Forças Navais e Terrestres ficaram sem um comando único, como ocorrera na Guerra Civil americana (1861-1865), na bacia do Rio Mississippi. O Almirante Tamandaré resolveu designar o seu Chefe de Estado-Maior, Francisco Manoel Barroso da Silva, como Comandante da 2ª Divisão que atuava no rio Paraná (ABREU et al., 2018).

Segundo Vidigal (1985), no início da Guerra da Tríplice Aliança nossos navios não eram adequados para a navegação nos rios Paraná e Paraguai. O esforço para corrigir essa deficiência nos levou a criar um Poder Naval voltado exclusivamente para enfrentar as dificuldades específicas daquela batalha. A inexistência de um Poder Naval antagônico e de ameaças concretas contribuiu para que tivéssemos dificuldade em desenvolver uma mentalidade marítima e exigiu um enorme esforço para a manutenção da soberania brasileira.

A Força Naval que atuava nos rios Paraná e Paraguai, no dia 11 de junho de 1865, enfrentou as baterias instaladas nas margens dos rios e navios que rebocavam chatas com canhões de grosso calibre em uma batalha que ficou conhecida como Batalha Naval do Riachuelo. Após algumas horas de batalha no rio Paraná, a Força Naval dos aliados, comandada por Barroso, conquistou a vitória nesse que é considerado, o maior conflito na América do Sul (ABREU et al., 2018).

Esse conflito foi decisivo para a formação dos Estados da região do Prata e no Brasil, consolidou-se a nacionalidade brasileira, pois foram recrutados indivíduos de todas as regiões do Estado brasileiro, ainda muito separados por interesses diversos e falta de comunicação. Entretanto, foi nessa batalha que os brasileiros combateram juntos por uma causa comum e a Marinha do Brasil teve papel de grande relevância nesse episódio (ABREU et al., 2018).

O fim da Guerra da Tríplice Aliança deu lugar a um marasmo na MB. Os navios pouco se movimentavam, permaneceram longos períodos inativos nos portos, o adestramento das tripulações caiu a níveis muito baixos e, conseqüentemente, a motivação e a disciplina também. Há que se considerar, portanto, qualquer decisão que implique em redução de investimento do Poder Naval.

A MB entrou novamente em combate, quando a campanha submarina alemã, na 1ªGM, atingiu navios mercantes brasileiros, em 5 de abril de 1917, próximo à costa francesa. Esse ataque indignou a opinião pública brasileira aliada a uma pressão diplomática dos EUA

sobre o Brasil para que este também declarasse guerra à Alemanha. Segundo Parker (2011), a participação militar brasileira na 1ªGM consistiu principalmente no envio de uma Força Naval, sob o nome de Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG).

A 2ªGM encontrou a MB em situação material bastante difícil. Como ocorreu na 1ªGM, um submarino alemão no litoral brasileiro, em agosto de 1942, afundou cinco navios mercantes, com a perda de 607 tripulantes. O Brasil tinha muito pouco com que enfrentar o inimigo, mas, com enorme esforço e com o auxílio estadunidense, em pouco tempo, foi formada uma esquadra antissubmarino bem equipada e aguerrida. A principal tarefa da MB na 2ªGM foi a de garantir a proteção dos comboios que trafegavam entre Trinidad, no Caribe, e Florianópolis, no litoral sul do Brasil (PARKER, 2011).

Depois da participação da MB nesses conflitos houve um processo de modernização da esquadra brasileira. Foram adquiridos novos navios, submarinos, e equipamentos mais avançados para garantir a capacidade operacional e a defesa do país. Atualmente, a Marinha do Brasil participa de missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), operações de ajuda humanitária e participação em exercícios militares internacionais a fim de fortalecer laços diplomáticos e melhorar a interoperabilidade entre as diferentes Marinhas. Essas operações são importantes para a manutenção da segurança regional e na cooperação internacional, buscando contribuir para a paz e a estabilidade no cenário mundial.

Notamos que a criação da MB ocorreu em um contexto semelhante a criação da *US Navy*. Ambas, foram criadas com o intuito de contribuir com as lutas de Independência do Estado e como disse Rui Barbosa para o jornal carioca, *A Imprensa*:

Nos maiores movimentos estratégicos do nosso conflito com o déspota de Assunção coube sempre à nossa armada uma parte capital, decisiva, admirável, e a bravura dos nossos marinheiros, sua inteligência, sua capacidade mostraram em nós ao mundo o nervo, de que se faz o caráter das nações (BARBOSA, 1975b, p. 100).

Como fizemos com os EUA, a análise da contextualização geopolítica do Brasil nos mostra as conexões de Poder entre os Estados fronteiriços do entorno estratégico brasileiro e a importância do domínio do mar. Alguns elementos da geografia brasileira não são tão favoráveis como ocorre com os estadunidenses. Portanto, a capacidade de dilatar os seus horizontes e, por conseguinte, conquistar maior Poder, fica bem limitada a uma visão de potência regional. Entretanto, de alguma maneira o Estado brasileiro corrobora com o pensamento de Geoffrey Till para a conquista do *Seapower*.

O Brasil possui uma visão estratégica de potência regional muito em função de sua geografia e laços históricos aqui citados. A busca pelo *Seapower* (os seus fins), por meio de uma Marinha de Guerra forte (os seus meios), é utilizada parcialmente por meio de estratégias e métodos dissuasórios, distribuindo suas ações e operações marítimas, principalmente, no seu entorno estratégico. Essa abordagem indica que o Brasil define sua estratégia naval, identificando suas ameaças não como Estados ou organizações. Não são definidos atores. As suas ameaças são ações a empreender para a obtenção do Poder no mar.

Passaremos a explorar nos próximos itens os dois últimos documentos brasileiros que trouxeram o tema de planejamento estratégico, divulgadas nos anos de 2019 e 2020, as conhecidas Política Naval e o PEM 2040, a fim de verificar se, tal qual as estratégias navais estadunidenses, os documentos estratégicos abordaram de maneira semelhante o contexto geopolítico, identificaram suas ameaças, descreveram os seus objetivos, perceberam a necessidade de cooperações internacionais e como enxergavam os investimentos em Defesa. Ou seja, suas semelhanças e diferenças e, posteriormente, as correspondências e distâncias com a estratégia naval dos EUA.

4.2 Política Naval brasileira

No final do capítulo teórico da presente tese concluímos parcialmente que existe um espectro de relações conflituosas e cooperativas entre os Estados. Segundo TILL (2018), o *Seapower* é um dos fatores que determina e reflete o comportamento militar e naval de um Estado. É, portanto, o que se pretende de um Poder Naval e uma chave para a compreensão adequada do que se quer para o presente e o futuro de um Estado.

Quando trazemos essa reflexão para o Brasil percebemos a importância e as diretrizes para a confecção, revisão e publicação da PND, da END e, dentro do contexto da presente tese, da Política Naval e do Plano Estratégico da Marinha.

Antes de iniciarmos a análise da PN é necessário fazer uma pequena menção à criação do Ministério da Defesa (MD). A criação do MD no Brasil, em 1999, resulta de um movimento que se inicia no final da década de 1980. Para Fuccille (2006), com o fim da Guerra Fria (1989),

as FA sofriam com a falta de objetivo. Sob o ponto de vista de Fukuyama (1952 -)⁷², não havia mais uma bipolarização, que outrora norteava a disposição geopolítica dos Estados.

O processo de criação do MD pode ser dividido em dois grandes momentos. Um primeiro, sob a coordenação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), responsável pelos estudos preliminares acerca da nova estrutura de defesa, e o segundo, por meio da constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), sob direção da Casa Civil a quem competiu apresentar a proposta final ao Presidente da República (ARAUJO, 2015).

Concluídos os estudos, foi criado no Brasil, o Ministério da Defesa, por meio da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com a missão de coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional (ARAUJO, 2015).

Uma das primeiras tarefas do MD foi a atualização de algumas publicações e normas. Entre elas, podemos citar a PND, a END e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). A PND tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, a END estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das FA e o LBDN soma-se à END e à PND como documento esclarecedor sobre as atividades de Defesa do Brasil (BRASIL, 2013).

A PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A END, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política. Em comum, os documentos pavimentam o caminho para a construção da Defesa que o Brasil almeja. Uma Defesa moderna, fundada em princípios democráticos, capaz de atender às necessidades de uma nação repleta de riquezas e inserida num mundo turbulento e imprevisível como o atual. Realizada pela primeira vez de maneira conjunta, a edição da Política e da Estratégia também procura atender a um dos principais objetivos da Defesa Nacional: conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância dos temas do setor para o País. Os textos partem, portanto, de um pressuposto comum: o de que a Defesa não deve ser assunto restrito aos militares ou ao governo. Diferentemente, deve ser uma preocupação de toda a sociedade (BRASIL, 2012a, p. 7).

⁷² Francis Fukuyama, funcionário do Departamento de Estado dos EUA escreveu um artigo, em 1989, “O fim da história?”. Fim da história não significa o fim dos eventos, isto é, das guerras, dos conflitos violentos, e sim a um modelo societário que representaria o estágio final da humanidade. Esse modelo seria a democracia liberal, que teria se tornado a única alternativa política após o fracasso do marxismo-leninismo. Seria o estágio final de evolução social e ideológica da humanidade, o final da progressão das etapas desde as comunidades primitivas até a democracia liberal, o “momento absoluto” da humanidade (VESENTINI, 2013).

A expectativa era que o LBDN fosse um estímulo à discussão sobre o tema no âmbito do Parlamento e da sociedade brasileira em geral. O documento serviria também como mecanismo de prestação de contas à sociedade sobre a adequação da estrutura de defesa hoje existente, de acordo com os objetivos traçados pelo poder público (ARAUJO, 2015).

Podemos considerar que a PN é um documento de nível estratégico uma vez que em suas primeiras linhas ela já define que tem o propósito de orientar o planejamento estratégico da Marinha, a partir do estabelecimento dos OBNAV de mais alto nível, tendo em vista o alcance da visão de futuro da Força Naval. Ademais, as primeiras linhas da PN dão ao mar a importância para o Brasil:

O mar sempre esteve presente na História do Brasil. Pelo mar fomos descobertos e nos fizemos Estado. A partir do mar e dos rios, consolidamos nossa independência e fixamos nossas fronteiras, o que garante, até os dias atuais, a integridade do nosso território. Também foi nos mares que defendemos a Pátria das mais graves agressões à soberania nacional. Em suma, nosso País continental guarda relação inseparável com os espaços oceânicos e ribeirinhos, tanto por sua origem, como por disporem de imensas riquezas que, seguramente, serão cada vez mais importantes para nossa sobrevivência e prosperidade (BRASIL, 2019d, p. 2).

Após uma breve introdução do primeiro capítulo, o capítulo dois da PN, a semelhança do que faz a estratégia naval estadunidense de 2015, traz uma análise geopolítica e estabelece sua área de interesse prioritário, sem desconsiderar os interesses nacionais em outras partes do mundo, o chamado entorno estratégico brasileiro, que inclui América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Outrossim, atribui prioridade ao relacionamento com os países detentores de maiores competências tecnológicas, buscando o estreitamento de relações, visando incrementar sua capacidade de Defesa (BRASIL, 2019d).

A análise geopolítica deixa clara a intenção brasileira de se tornar um importante ator nas relações internacionais. A necessidade de promover a convivência harmônica nas relações internacionais não exime a obrigação de impor o seu *Seapower*. A história demonstra que as relações de força desempenham papel relevante entre os Estados. Tal necessidade, advém da demanda brasileira por maior inserção no cenário internacional, a fim de obter melhor representatividade nas decisões em fóruns de alcance regional e global (BRASIL, 2019d).

No entanto, expõe que a população brasileira, após longo período livre de conflitos externos, não possui a percepção sobre as suas ameaças. Notamos que há uma primeira diferença quando comparamos as estratégias navais do Brasil e dos EUA: o Brasil não expõe claramente as suas ameaças. Contudo, alertou que a história comprovou que o Brasil quando

conduzia sua estratégia em um ambiente sem a percepção de ameaças, mormente durante as 1ªGM e 2ªGM, essa política dificultou a adequada prontidão dos aparatos militares (BRASIL, 2019d).

Sem a definição clara de ameaças a MB prioriza seu extenso litoral; hidrovias; o comércio marítimo; e a incontestável importância estratégica e econômica do Atlântico Sul, o qual acolhe a “Amazônia Azul®”⁷³, área que incorpora elevado potencial de recursos vivos e não vivos, como as maiores reservas de petróleo e gás natural do Brasil, bem como os oceanos. Por exercerem o importante papel de condicionadores climáticos e servirem de berço para cabos submarinos, cujo tráfego de dados é responsável por praticamente toda a comunicação do Estado com o mundo (BRASIL, 2019d).

No contexto internacional a PN cita uma intensificação de disputas por áreas marítimas, fontes de água doce, alimentos, recursos minerais, biodiversidade e energia. Essas riquezas somadas respaldam a necessidade de fortalecimento do Poder Naval brasileiro. Sem a percepção de ameaças, a maneira encontrada pela MB é fazer uso da demanda por ajuda humanitária e por operações de paz para conseguir maiores recursos e, por conseguinte, investir no seu Poder Naval.

O terceiro capítulo da PN expõe quais são os pressupostos para o atingimento dos OBNAV. Para tal, a concepção da política naval brasileira deverá priorizar a manutenção de uma Força Naval motivada, preparada e equipada; regularidade orçamentária-financeira a fim de estimular a sua BID; exploração, para fins de pesquisa, científica na Antártica; desenvolvimento da mentalidade marítima; valorização do capital humano; ampla divulgação dos propósitos e benefícios do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)⁷⁴ e do Programa Nuclear da Marinha (PNM)⁷⁵; e, por fim, valorizar o planejamento a longo prazo e priorizar os programas/projetos estratégicos (BRASIL, 2019d).

No quarto capítulo da PN são citados os 12 objetivos de mais alto nível estabelecidos pela MB, os OBNAV, que orientarão a estratégia naval brasileira e a sua visão de futuro até o ano de 2039. Os pontos-chaves desse capítulo ratificam que o Poder Naval deve possuir capacidade e credibilidade para dissuadir eventuais ameaças nas Águas Jurisdicionais

⁷³ Vide GLOSSÁRIO, p. 98.

⁷⁴ Vide GLOSSÁRIO, p. 102.

⁷⁵ Vide GLOSSÁRIO, p. 102.

Brasileiras (AJB)⁷⁶. Para tal, deverão realizar ação de presença no Atlântico Sul e nos rios das bacias Amazônica e Paraguai-Paraná (BRASIL, 2019d).

Além disso, direciona os seus esforços para o desenvolvimento da BID, por meio dos seus programas estratégicos, devendo adotar a perspectiva de obtenção/manutenção de meios sob a ótica da Gestão do Ciclo de Vida, levando em consideração os custos totais, desde a concepção do projeto até o desfazimento do meio. Cita a necessidade de implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)⁷⁷ para o estabelecimento do monitoramento contínuo e o controle das AJB, priorizando a faixa que vai de Santos (SP) a Vitória (ES) e a área adjacente à foz do rio Amazonas (BRASIL, 2019d).

De maneira sucinta os OBNAV identificados pela PN foram: a Defesa da Pátria, a segurança marítima nas área sob jurisdição do Estado brasileiro, a garantia dos Poderes Constitucionais e da lei e da ordem, a gestão de pessoas e recursos de maneira consciente, uma política externa alinhada com os interesses do Estado, a modernização da Força Naval, a tentativa de se obter uma capacidade operacional plena, o desenvolvimento da capacidade cibernética e a tentativa de se elevar a consciência situacional marítima (BRASIL, 2019d).

Por fim, o quinto capítulo da PN, explicita o Mapa Estratégico da Marinha (MEM) (FIG. 15) a fim de representar, se utilizando de um recurso simples e eficaz, a visualização da orientação de alto nível, para que a MB, no cumprimento de sua missão, consiga atingir sua visão de futuro no horizonte de vinte anos (2020-2039). Esse mapa apresenta a missão da MB em 2019 e a sua visão de futuro daquela época (BRASIL, 2019d).

Seguindo o modelo de Liddell Hart, percebemos que a PN, tal qual a estratégia naval estadunidense leva em consideração a mesma lógica fundamental de “*ends*”, “*means*” and “*ways*” (fins, meios e métodos). Pode-se concluir parcialmente que a PN apresenta prioritariamente os fins, que é uma atribuição do nível político. Os métodos são apresentados sob a forma de ações estratégicas navais, que foram pormenorizadas no PEM 2040.

Ademais, a PN conclui que, a MB deverá ser uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a

⁷⁶ Vide GLOSSÁRIO, p. 98.

⁷⁷ Vide GLOSSÁRIO, p. 103.

defesa da Pátria e a salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade (BRASIL, 2019d).

Da mesma forma que a estratégia naval estadunidense, publicada em 2015, a PN destaca a importância da cooperação internacional a fim de prevenir conflitos. No entanto, notamos que há uma primeira importante diferença quando comparamos as estratégias navais do Brasil e dos EUA: o Brasil não expõe suas ameaças de maneira direta.

Uma segunda diferença é exposta quando a Política Naval limita a sua atuação na garantia da segurança das suas AJB. Essa conclusão surge a partir da análise do contexto geopolítico quando a PN expõe que o Poder Naval deve possuir capacidade e credibilidade para dissuadir eventuais ameaças somente nas AJB.

Diferente dos EUA, a MB publicou o PEM 2040, em 2020, somente um ano após a divulgação da sua Política Naval, que ocorrera em 2019. Ou seja, não houve tempo para que observássemos alterações significativas no contexto geopolítico brasileiro da época. Portanto, a análise geopolítica entre 2019 e 2020 não será levada em consideração para a análise das considerações e prioridades estabelecidas a fim de verificar as semelhanças e diferenças dessa nova estratégia naval.

4.3 Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040)

O PEM 2040 é um documento de alto nível, estruturado a partir da análise do ambiente operacional e da identificação de ameaças, que estabelece os programas estratégicos com o propósito de prover o Brasil com uma Força Naval moderna e de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do País, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade (BRASIL, 2020).

Nas primeiras linhas do Plano Estratégico já percebemos que ela veio complementar, por meio de um capítulo inteiro, consciente ou inconscientemente, se utilizando de algumas ideias estadunidenses, a ideia de ameaças. Elas estabelecerão aos níveis operacional e tático quais são as prioridades no preparo e emprego das FA, ou seja, quais serão as estratégias ou métodos (“*ways*”) utilizados para a disponibilidade dos melhores recursos, seus meios (“*means*”), para o atingimento dos seus objetivos ou os seus fins (“*ends*”).

Como destacou Rodrigues (2021), o PEM 2040, consiste no documento de poder orientador mais relevante da MB. Salienta que ele está alinhado com a Constituição brasileira, bem como com os documentos de alto nível da Defesa, anteriormente citados: a PND, a END, LBDN e a PN. Esse Plano tinha por finalidade ser destinado à sociedade brasileira, que fosse simples, objetivo e apresentasse uma diagramação moderna e atrativa.

Destarte, o PEM 2040 apresenta os aspectos relevantes da Estratégia Naval, como o ambiente operacional marítimo, as ameaças e o conceito estratégico marítimo-naval. Ademais, complementa a PN quando descreve as AEN necessárias à consecução dos OBNAV, contendo o MEM, estas últimas consolidadas em Sete Programas Estratégicos, conforme ilustrado na FIG. 16 (RODRIGUES, 2021).

Mais uma vez, o primeiro capítulo de uma publicação estratégica traz um contexto geopolítico. É com esse olhar que conseguimos estabelecer as conexões de Poder entre os Estados e entender como as conjunturas geográficas e históricas influenciaram a organização das ideias até a publicação da estratégia naval de um Estado.

A análise do ambiente operacional brasileiro traz uma ideia de inexistência de ameaças ao Brasil. Entretanto, o primeiro capítulo do PEM 2040 salienta os diversos conflitos que ocorreram, e ainda ocorrem, na história da civilização. Portanto, é destacada a importância de se identificar as ameaças existentes de maneira sutil, estimular o desenvolvimento de uma mentalidade de Defesa na sociedade brasileira e analisar o Poder Marítimo, que pode ser empregado como vetor para o desenvolvimento econômico e social ou arena para disputas políticas e militares.

O conceito de *Seapower* deve ser capaz de dimensionar seu duplo papel. Deverá abranger tanto o aspecto produtivo/econômico quanto o dissuasório/militar. Essa integração do Poder Marítimo tem como condição necessária a interação sinérgica e harmonizada dos atores e organizações que constituem o Poder Marítimo (BRASIL, 2020b).

Observamos que essa versão se aproxima bastante da estratégia naval dos EUA em termos conceituais. São citados elementos como as ameaças, os objetivos, a necessidade de cooperação internacional para o atingimento dos seus objetivos e as demandas por investimentos na Defesa. É possível traçar uma comparação entre as estratégias navais dos dois Estados, em que pese as diferenças culturais e demandas pelo Poder.

Ademais, define os elementos do Poder Marítimo, conforme a FIG. 17: a necessidade de uma Marinha Mercante, as demandas por infraestruturas marítimas e hidroviárias, o incentivo à base industrial de defesa e a indústria naval, o incentivo ao setor pesqueiro brasileiro, as organizações de pesquisa científica e os meios de exploração dos recursos econômicos do mar que, em conjunto com o Poder Naval, integram o *Seapower* (BRASIL, 2019d).

O PEM 2040, se utilizando do paradigma da estratégia de Liddell Hart e dos conceitos de *Seapower* de Geoffrey Till, procura ser a ponte entre os meios necessários para a obtenção dos fins desejados. Notamos esse objetivo quando destaca que a Defesa marítima deveria receber a contribuição de parte dos recursos obtidos pelos elementos do Poder Marítimo para a consequente modernização do Poder Naval.

No entanto, o Poder Marítimo deve acrescentar à sua base material, elementos imateriais e de natureza psicológica, como o caráter do povo e do governo. É a chamada mentalidade marítima. Tal concepção é um elemento intangível que deve ser fomentado na sociedade brasileira e fortalecido nos atores marítimos (BRASIL, 2020b).

Para se chegar nesse patamar, é necessária a conscientização da sociedade brasileira e dos decisores governamentais sobre a importância do *Seapower*, bem como o sentimento de pertencimento dos homens e mulheres à comunidade marítima brasileira, cuja interação sinérgica favorece a ampliação desse Poder em prol dos interesses nacionais (BRASIL, 2020b).

A publicação do PEM 2040 apresentou a evolução de algumas percepções. Além de identificar as suas ameaças, inseriu o conceito de oceanopolítica⁷⁸. Essa necessidade foi imposta em decorrência dos grandes espaços marítimos e fluviais nos quais o Brasil detém interesses, ou seja, seu entorno estratégico (FIG. 18) (BRASIL, 2020b).

O PEM 2040 destaca que o anseio de grandes áreas de interesse implica em possuir um forte *Seapower*. Além da função de defesa naval clássica desempenhada pelo Poder Naval, as vertentes *safety e security*⁷⁹ de segurança marítima deverão ser observadas. Na primeira característica de segurança (*safety* - Segurança do Tráfego Aquaviário), o Poder Naval atua para permitir o tráfego seguro de embarcações. Na outra característica de segurança (*security*

⁷⁸ Vide GLOSSÁRIO, p. 101.

⁷⁹ Segurança (tradução nossa).

- Proteção Marítima), ocorre o emprego coercitivo do Poder Naval contra variados tipos de ilícitos e quaisquer outras ameaças (BRASIL, 2020b).

O primeiro capítulo do PEM 2040 é encerrado com a ideia de que a defesa marítima é como se fosse um seguro obrigatório para o Brasil. Para fazer frente aos complexos desafios, o Poder Naval, parte integrante e indissociável do Poder Marítimo, deverá estar em condições de atuar na defesa da soberania, do patrimônio e dos interesses nacionais, bem como identificar as suas ameaças (BRASIL, 2020b).

O segundo capítulo é totalmente dedicado com a identificação de ameaças ao Brasil, uma novidade. O fato de não existir fronteiras definidas para os oceanos faz com que as potências e Estados hegemônicos busquem a influência no ambiente marítimo. Essa conexão tem como consequência o interesse internacional para com o entorno estratégico brasileiro, exigindo contínua análise das capacidades necessárias para a correta contribuição ao planejamento estratégico nacional (BRASIL, 2020b).

Mais uma vez o campo geopolítico torna imperioso o acompanhamento, por parte das autoridades brasileiras, de movimentos realizados no ambiente marítimo, de Estados que buscam a elevação do seu Poder de influência nas relações internacionais. Foi citado em BRASIL (2020b) que algumas áreas marítimas estavam envolvidas em fenômenos denominados como “territorialização”⁸⁰, a despeito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)⁸¹.

Outra preocupação e que chamou a atenção no PEM 2040 é o fato de que alguns Estados buscam legitimar seus domínios sob a justificativa de preservação ambiental, criando áreas marinhas protegidas em regiões localizadas fora de suas águas jurisdicionais e estabelecendo o controle de sua exploração econômica. Mesmo quando sob o disfarce de nobres alegações, o crescente significado econômico do mar implica, necessariamente, o reconhecimento de que existem ameaças à Defesa Nacional (BRASIL, 2020b).

Faz-se mister, portanto, nesse cenário dinâmico que contém ameaças, o preparo e o emprego do Poder Naval. A conjuntura internacional, caracterizada por um ambiente de

⁸⁰ A “territorialização” tem se propagado, fazendo com que, aos poucos, questões de direito e deveres venham sendo reivindicadas sobre parcelas do alto mar, região sem jurisdição nacional, conforme explicita a CNUDM III. Até mesmo ilhas vêm sendo criadas, sob controvérsias internacionais, implicando em novas áreas de jurisdição, com elevado potencial econômico (BRASIL, 2020b).

⁸¹ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

incertezas que gera tensões e instabilidades, faz com que o Brasil identifique, mesmo que de maneira abstrata, as principais ameaças aos interesses nacionais no mar e em águas interiores que poderão comprometer o desenvolvimento do Estado brasileiro.

As principais ameaças identificadas no PEM 2040 são a presença de uma potência naval superior no Atlântico Sul com capacidade de paralisar o comércio marítimo brasileiro e desafiando a soberania nacional; ações de pirataria no entorno estratégico; organizações criminosas que consigam ameaçar a exploração, as vias marítimas/fluviais e infraestruturas críticas; pesca ilegal; terrorismo; crimes ambientais e vulnerabilidade no espaço cibernético (BRASIL, 2020b).

O terceiro capítulo do PEM 2040 é dedicado a explicitar uma estratégia predominantemente militar, como o emprego do Poder em prol de objetivos políticos, enfrentando óbices de toda ordem. Além disso, foi elaborado um conceito estratégico marítimo-naval, conceito esse que fornecerá elementos para a atualização da Doutrina Militar Naval (DMN)⁸², do Planejamento de Forças e dos planos setoriais decorrentes (BRASIL, 2020b).

Outros dois paradigmas doutrinários são citados no presente Plano Estratégico: o Combate no Mar e o Combate pelo Mar. O primeiro decorre em função de objetivos políticos antagônicos orientados pelos Estados, como os ocorridos nas grandes batalhas navais ao longo da história. O segundo também tem lugar pois os Combates pelo Mar, cada vez mais frequentes, ocorrem em virtude das disputas pelo *Seapower* e interesses pelos recursos que os mares e oceanos podem oferecer (BRASIL, 2020b).

Na conjuntura atual brasileira, a Amazônia Azul® impõe a necessidade de ampliar o entendimento da importância da defesa de interesses marítimos no pensamento estratégico brasileiro. Precisamos saber que Estado queremos ter e quão evoluído precisamos ser. As linhas de comunicação marítimas de interesse do Brasil ultrapassam a Amazônia Azul®, sendo necessária a promoção da cooperação internacional para a sua Defesa (BRASIL, 2020b).

Percebemos nessa passagem do PEM 2040 que há uma semelhança com a estratégia naval estadunidense de 2015. A percepção da necessidade de cooperação internacional foi vislumbrada com a citação da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS)⁸³. Como a MB não possui todos os meios disponíveis para a ampla proteção da sua Amazônia

⁸² Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

⁸³ Vide GLOSSÁRIO, p. 103.

Azul®, a estratégia naval brasileira incentivou, por meio da cooperação internacional, o apoio necessário para a sua defesa e uma agilidade decisória dentro do seu entorno estratégico.

Nesse contexto, surgem as demandas e justificativas para a priorização dos programas estratégicos da MB⁸⁴. Os requisitos de comando e controle são atendidos pelo SisGAAz e o de proteção pela modernização da Força Naval, composta pelos meios de superfície, submarinos, aeronavais e de fuzileiros navais, além da coordenação e interoperabilidade com os meios das Forças que dispõe a Defesa Nacional. Ademais, deverá ser estabelecida uma maior presença naval nas proximidades das áreas críticas e uma maior mobilidade, para cobrir as áreas mais distantes da Amazônia Azul® com submarinos convencionais com propulsão nuclear, sobretudo pelo aspecto dissuasório devido à elevada mobilidade estratégica e permanência oculta em longas patrulhas (BRASIL, 2020b).

A identidade estratégica da MB é composta de sua missão, sua visão de futuro e os seus valores tradicionais. O encadeamento lógico entre os OBNAV e a identidade estratégica é apresentado no quarto capítulo do PEM 2040, o MEM. Esse mapa desempenha o papel de instrumento visual para que a MB, no cumprimento de sua missão, busque atingir os seus objetivos no horizonte de vinte anos (2020-2040).

O Mapa Estratégico apresenta 12 OBNAV, que são distribuídos em perspectivas interligadas, na qual as inferiores contribuem, de modo geral, com o atendimento das superiores. Essa distribuição tem o propósito de transmitir, de forma objetiva, a maneira como a MB processa os recursos a ela destinados.

O PEM 2040 foi concebido para apresentar suas prioridades e objetivos em um horizonte temporal de vinte anos. Contudo, deve ser sistematicamente revisto e atualizado a cada quatro anos. Para efeito de planejamento e padronização, foram estabelecidos os seguintes períodos: curto prazo, de até quatro anos (um Plano Plurianual⁸⁵ (PPA)) do Governo Federal do Brasil); médio prazo, de cinco a doze anos (até três PPA); e longo prazo, de treze a vinte anos (até cinco PPA) (BRASIL, 2020b).

O último capítulo da PEM 2040 apresenta, de maneira implícita, o Paradigma da estratégia de Liddell Hart e os conceitos de *Seapower* de Geoffrey Till. Os OBNAV representam

⁸⁴ Os programas estratégicos da MB são: Pessoal – nosso maior patrimônio, o Programa Nuclear da Marinha, a modernização do poder naval, a obtenção da capacidade operacional plena, o SisGAAz, a ampliação da capacidade de apoio logístico para os meios operativos e a mentalidade marítima (BRASIL, 2020a).

⁸⁵ Vide GLOSSÁRIO, p.101.

os fins (“ends”) desejados para se alcançar a Visão de Futuro da MB. Para isso, as Estratégias Navais (EN) estabelecem quais são os métodos (“ways”) utilizados ou como devem ser executados os OBNAV para que sejam alcançadas as capacidades da MB que serão preservadas, aperfeiçoadas, obtidas ou desenvolvidas em curto prazo (BRASIL, 2020b).

Uma vez apresentados os fins (“ends”) que devem ser atingidos, ou seja, os OBNAV, esse capítulo do PEM 2040 é dedicado às AEN, EN e Programas Estratégicos decorrentes. As AEN são as ações concretas e adequadas à realidade do Estado para a execução dos OBNAV estabelecidos pela MB. Elas orientarão o Planejamento Estratégico da MB, a fim de viabilizar o alcance da Visão de Futuro (BRASIL, 2020b).

Podemos concluir parcialmente que as AEN, assim como suas ações decorrentes, devem estar orientadas para o cumprimento da Missão da MB e pautadas na sua Visão de Futuro. Além disso, segundo Rodrigues (2021), o PEM 2040 renovou e inovou em alguns conceitos teórico-doutrinários, como o novo paradigma do combate pelo mar; a defesa proativa; a ênfase na diplomacia naval como instrumento de cooperação e dissuasão; e os gradientes de defesa, tanto de controle como de proteção.

Ao traçarmos um paralelo com a estratégia naval dos EUA percebemos que esses conceitos teórico-doutrinários visavam uma otimização de esforços na implementação de um sistema defensivo, ou seja, uma estratégia de cooperação dentro da própria Força. Essa estratégia naval visa, portanto, a economicidade dos recursos recebidos, sem deixar de lado a capacidade de defesa das infraestruturas e áreas marítimas críticas, essenciais à sobrevivência e prosperidade do Estado brasileiro.

Encerrada a análise do PEM 2040, faz-se mister, para a conclusão da presente tese, uma comparação das estratégias navais estadunidenses com as brasileiras. Entender se a confecção desses planos estratégicos possui um sequenciamento lógico de prioridades, em função da execução da estratégia naval planejada, ou se o contexto geopolítico tem maior interferência e relevância para atualização dos planos estratégicos de cada Estado. Ou seja, se a atualização das estratégias é realizada a partir da identificação das novas ameaças.

4.4 Comparação entre a Política Naval e o Plano Estratégico da Marinha 2040

Ora, presentemente, quando o mar intervém nas questões entre os povos, é como o raio. Em poucos dias a agressão, o combate e a vitória, ou a ruína. Uma batalha suprime uma esquadra, e a supressão de uma esquadra pode envolver o desaparecimento de uma nação. (BARBOSA, 1975b, p. 100).

Utilizaremos, da mesma forma como fizemos com as estratégias navais dos EUA de 2015 e 2020, uma comparação entre a Política Naval e o PEM 2040, a fim de abstrair os mesmos quatro elementos que observamos na estratégia naval estadunidense: as ameaças percebidas, os objetivos das estratégias navais, a necessidade de cooperação internacional e os investimentos em defesa, a fim de verificar as suas similaridades e diferenças.

Pelo que vimos nas seções anteriores a formação da nossa primeira Esquadra não decorreu de nenhum planejamento ou conceito histórico. Traduziu a necessidade do Governo da época em desenvolver de imediato um Poder Naval capaz de tomar a iniciativa e, a curto prazo, se contrapor a uma ameaça para assegurar a unidade nacional (VIDIGAL et al., 1985).

Além disso, é incorreto acreditar que se o investimento vier somente em uma condição emergencial ou como disse, em 1910, o Almirante Marques de Leão, então Ministro da Marinha, que seria uma ilusão acreditar que a formação de Esquadra respeitável em um curto espaço de tempo seria o necessário para se contrapor a qualquer ameaça. Ou seja, a aquisição de meios de alta complexidade tecnológica sem qualquer tipo de preparo e adestramento do pessoal de nada adiantaria (VIDIGAL et al., 1985).

A PN deixou claro que a mentalidade brasileira não identificou ameaças externas. Desde o início do século XX, o Brasil mantinha o olhar atento para o desenvolvimento do Poder Naval argentino. Atualmente, não sofre com a influência de uma ameaça externa declarada. De acordo com Vidigal et al. (1985) uma estratégia naval não pode ser pensada em função simplesmente de estímulos externos para a composição da força, ou do seu grau de modernização. Os mais fortes argumentos para novos navios são que velhos navios estão velhos e devem dar baixa (LEHMAN JUNIOR, 1981 apud VIDIGAL et al., 1985).

Contudo, o PEM 2040 dedicou todo um capítulo intitulado como: “As ameaças”. Essa necessidade foi imposta em decorrência dos grandes espaços marítimos e fluviais nos quais o Brasil detém interesses, ou seja, seu entorno estratégico.

As ameaças definidas pelo PEM 2040 não foram outros Estados. As principais ameaças eram ocultas e foi citada a presença de uma potência naval superior no Atlântico Sul com capacidade de paralisar o tráfego marítimo, o abastecimento e o comércio brasileiro. Além disso citou como ameaças, ações de pirataria; organizações criminosas; pesca ilegal; terrorismo; crimes ambientais; e vulnerabilidade no espaço cibernético.

Podemos concluir parcialmente que o Poder Naval deve estar constantemente aprestado. A aquisição de meios de oportunidade requer o adestramento do pessoal e a garantia da não obsolescência do material. Faz-se necessário, portanto, uma estratégia para que tenhamos a constante modernização do Poder Naval e o respaldo da base industrial de defesa nacional para dissuadir qualquer tipo de ameaça e não tenhamos que desenvolver um Poder Naval de maneira emergencial.

Sem a definição de ameaças, a MB estabelece como objetivo a priorização do seu Poder Marítimo, por meio da defesa das suas riquezas. Podemos incluir o seu litoral, as hidrovias, o comércio marítimo, a “Amazônia Azul®”, as suas fontes de água doce, a produção de alimentos, a exploração de recursos minerais e suas fontes de energia renováveis. Percebemos também que a PN cita a importância dos oceanos por exercerem importante papel de condicionadores climáticos e servirem de berço para cabos submarinos.

Após a análise das ameaças conseguimos estabelecer os objetivos do Poder Naval com o intuito de orientar um plano estratégico de médio e longo prazo, observadas as diretrizes da PND, da END e do LBDN. A Política Naval de 2019 tem o propósito de orientar o planejamento estratégico da Marinha, a partir do estabelecimento dos OBNAV de mais alto nível, tendo em vista o alcance da visão de futuro da Força Naval.

Os objetivos identificados pela PN foram a contribuição para a Defesa da Pátria, prover a segurança marítima nas AJB, a contribuição para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, a cooperação com o desenvolvimento nacional, o aprimoramento da gestão de pessoas por meio da formação moral, o apoio com as prioridades da política externa, a modernização da Força Naval, a obtenção da capacidade operacional plena, o desenvolvimento da capacidade cibernética e a ampliação da consciência situacional marítima das áreas de interesse do Brasil.

Todos esses objetivos foram representados no MEM por meio de um recurso simples e eficaz, que foi a visualização da orientação de alto nível, para que a MB, no cumprimento de sua missão, conseguisse atingir sua Visão de Futuro no horizonte de vinte anos (2020-2039). Esse mapa apresenta a missão da MB e a sua visão de futuro daquela época.

Em 2020, seguindo a mesma linha de pensamento, o PEM 2040 somente aprimorou o desenho do MEM. Desencadeou de maneira lógica os OBNAV e o planejamento estratégico

militar, definindo a identidade estratégica da MB com a composição de sua Missão, sua Visão de Futuro e os seus valores tradicionais.

Após a análise das ameaças da PN e do PEM 2040 conseguimos identificar quais são os objetivos, a nível estratégico, do Poder Naval. Em 2019, a Política Naval estabelece como área prioritária de atuação o seu entorno estratégico e, devido as grandes áreas envolvidas, idealizou uma estratégia de estreitamento de laços com Estados detentores de maiores capacidades tecnológicas a fim de obter auxílio e incrementar sua capacidade de Defesa, ou seja, uma estratégia de cooperação.

A intenção brasileira é a de se tornar um importante ator nas relações internacionais, obter maior representatividade nas decisões em fóruns internacionais e se tornar uma potência regional. No entanto, a população brasileira, após longo período livre de conflitos externos, não possui a percepção sobre as suas ameaças. Entretanto, a PN já alertava que uma política passiva e em um ambiente sem a percepção de ameaças dificultaria e retardaria a adequada prontidão dos aparatos militares.

A maneira encontrada pela MB, na PN, foi a de incentivar a cooperação com órgãos de segurança dos Estados fronteiriços e do Atlântico Sul, bem como fazer uso das demandas por ajuda humanitária e operações de paz para angariar recursos e, por conseguinte, investir no seu Poder Naval.

Em 2020, após 1 ano da publicação da PN, o PEM 2040 trouxe a percepção da cooperação internacional com a citação da ZOPACAS. O objetivo do PEM 2040 foi o de citar a participação brasileira em missões operativas combinadas no exterior com a demanda de melhorar mecanismos de vigilância e defesa de suas linhas de comunicação marítimas no Atlântico Sul, além da liderança em fóruns regionais, como a ZOPACAS.

Tal qual ocorreu com a estratégia naval estadunidense de 2015, a PN incentivava uma busca pela segurança marítima no seu entorno estratégico por meio de cooperação internacional. Ademais, incentivou a regularidade orçamentária-financeira, indispensável ao pleno cumprimento da missão e à continuidade dos projetos estratégicos.

Contudo, em que pese a pandemia da COVID-19⁸⁶ ter começado no final de 2019 e atingido o Brasil em fevereiro de 2020, percebemos uma queda de cerca de 16% no orçamento de despesas da MB de 2019 para 2020, após uma série de sucessivas altas no orçamento entre 2016 e 2019, conforme demonstrado no APÊNDICE E. Faz-se mister, portanto, o contínuo trabalho de realizar gestões junto aos escalões superiores para evitar a imprevisibilidade orçamentária da Defesa o que implica ao desincentivo à inovação tecnológica, à sua BID e a necessidade de assessoramento junto ao Poder Legislativo para o processo de alocação de recursos públicos e a conquista de emendas parlamentares⁸⁷.

Da mesma forma que fizemos com a estratégia naval estadunidense e com o intuito de facilitar a visualização das diferenças entre a PN e o PEM 2040 produzimos uma tabela no APÊNDICE F com as principais ameaças, objetivos, cooperação internacional e investimento na área de defesa. Percebemos que, complementarmente, o APÊNDICE D também pode ser utilizado para demonstrar a relação inversamente proporcional entre investimentos em área de Defesa e necessidade de cooperação militar, como fizemos no caso dos EUA.

Portanto, percebemos que a PN e o PEM 2040 trazem consigo alguma similaridade. Além de conseguirmos extrair os elementos de comparação da estratégia naval estadunidense, quais sejam: ameaças, objetivos, cooperação internacional e investimentos em Defesa, também possuem como condicionante, entre outros documentos, a Estratégia Nacional de Defesa. Ou seja, um órgão do Governo Federal de hierarquia imediatamente superior à MB é quem orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que os objetivos sejam alcançados.

A PN tem como propósitos estabelecer os OBNAV a serem alcançados pela MB e orientar o seu planejamento estratégico. O PEM 2040 apresenta os elementos conceituais e doutrinários de alto nível e respectivas AEN que consolidam o seu Plano Estratégico, a partir de uma análise geopolítica corrente para uma concepção coerente com a realidade a ser enfrentada.

⁸⁶ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Ele foi descoberto em amostras de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. No Brasil, foi necessário um isolamento total dos indivíduos, com grande impacto na economia, que durou de março de 2020 a agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em 16 ago. 2023.

⁸⁷ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

As conclusões parciais dos capítulos anteriores nos levam a fazer uma análise comparativa dentro da estrutura em níveis de complexidade crescente e do domínio cognitivo utilizado pela Taxonomia de Bloom⁸⁸. Portanto, a intenção da presente tese, após essa análise comparativa dos documentos que definem a Política e o Plano Estratégico é confrontá-los com as estratégias navais estadunidenses para identificar as similaridades e diferenças entre elas.

4.5 Comparação das estratégias navais estadunidenses com a PN e o PEM 2040

Nos capítulos 3 e 4 realizamos uma análise das duas últimas estratégias navais estadunidenses e dos dois documentos de nível estratégico brasileiros (PN e PEM 2040). Fizemos uma descrição das quatro estratégias e apresentamos os pontos principais de cada uma delas. Durante o desenvolvimento da presente tese conseguimos extrair que as estratégias navais dos EUA, a PN e o PEM 2040 possuem similaridade.

Os documentos de mais alto escalão, a nível estratégico, que divulgaram as diretrizes para a manutenção e elevação do *Seapower* foram confrontados e percebemos que é possível extrair alguns elementos que permitem a comparação entre eles. As atualizações dessas estratégias ao longo dos anos, são necessárias, uma vez que, a geopolítica internacional está em constante evolução, como foi demonstrado no ciclo virtuoso marítimo de TILL (2018).

Apesar de existir uma estratégia naval estadunidense inserida em uma estratégia marítima nacional, para Holmes (2023), o ideal é que essa estratégia fosse idealizada por especialistas do assunto no nível estratégico. Portanto, a primeira boa contribuição para a MB seria a intensificação de gestões, junto ao MD, para que fosse estabelecida uma estratégia marítima nacional, adequada com a geopolítica corrente, para que fossem claramente definidos os desafios, as oportunidades e as ameaças ao Estado brasileiro.

O paradigma da estratégia com a definição dos seus meios, métodos e fins, serviram de suporte, sob a égide da missão e de uma Visão de Futuro, para entendermos o que se esperava para o *Seapower* do Brasil e dos EUA. A estratégia para a obtenção do almejado Poder vai depender de uma boa análise da estrutura geopolítica, da percepção de ameaças e das relações diplomáticas existentes entre os Estados.

⁸⁸ A Taxonomia de Bloom é um modelo que cria uma hierarquia para os diferentes níveis de cognição, classificando em objetivos os processos de ensino e aprendizagem (FIALHO, 2018).

Dessa forma, a visualização das tabelas dos APÊNDICES C e F nos provocou à confecção do APÊNDICE G, que nada mais é do que uma maneira simples e resumida de comparação entre as duas últimas estratégias navais dos EUA com a composição da PN e do PEM 2040. As características comparadas foram as ameaças perceptíveis ao Estado, os fins ou os objetivos que queremos com a divulgação dessa estratégia, quais são os seus aliados e parceiros e como se chega à materialização dessa estratégia, ou seja, quanto cada Estado pretende investir em Defesa para a obtenção do *Seapower*.

Em 2019, a PN não possuía a definição das suas ameaças. Contudo, em 2020, o PEM 2040 listou uma série delas, porém, ainda abstratas. Não foi definido, por exemplo, qual a potência naval que ameaçava o Brasil no Atlântico Sul. Quais atores seriam os responsáveis por pirataria, terrorismo, pesca ilegal ou crimes ambientais. Como essa indefinição permite interpretação, faz-se necessário que sejam definidas claramente as ameaças, nem que sejam em documentos com algum tipo de sigilo ou com restrição de acesso para que as decisões nos mais diversos níveis estivessem em consonância com os interesses do Estado brasileiro.

Devido ao *Seapower* dos EUA as suas ameaças são claramente identificadas. Isso facilita o entendimento dos planejadores e, fundamentalmente, da sociedade. É fato que um Estado como o Brasil, que não é autossuficiente, ou não tem o Poder dissuasório suficiente para angariar vantagens nas relações comerciais, declarar abertamente algum tipo de ameaça, pode levar a algum tipo de sanção ou desequilíbrio nas relações internacionais.

Os OBNAV descritos no PEM são hierarquizados e resumidos no MEM. Esses objetivos nos mostram quais são os seus fins e são denominados como resultados para a sociedade, ou seja, estão intimamente ligados com a missão da MB. A maneira de serem atingidos é apresentada como um processo para o atingimento dos seus fins, ou seja, como fazer.

Os objetivos dos EUA, diferentemente dos brasileiros, são simples e diretos. Para que seja mantida a sua hegemonia e para que os seus interesses sejam atingidos a Marinha dos EUA simplificou a redação da sua necessidade para um aumento da sua capacidade militar, ou seja, para o atingimento dos anseios da sua sociedade e para que consigam estar presentes, de maneira permanente, com capacidade de se contrapor a qualquer ameaça e em qualquer lugar, é necessário o investimento para a elevação das suas capacidades militares.

A dependência de cooperação internacional dos EUA é menor para fazer frente aos seus interesses. Portanto, a ênfase em cooperação militar é de menor importância na sua

estratégia naval de 2020. São militar e economicamente independentes para estarem sempre prontos para proteger e defender os seus interesses, 24 horas por dia e em todo o mundo. Esse argumento é utilizado para justificar um maior investimento em Defesa.

Os investimentos brasileiros em Defesa ainda são comedidos. De acordo com a FIG. 16, em 2021, o Brasil não aparecia entre os 15 primeiros Estados que mais investem em Defesa no mundo, ao passo que, os EUA são os primeiros da lista, com 38% do total. Quanto maior o *Seapower* almejado, maior também deverá ser o investimento em Defesa. Pela análise da figura, percebemos que os Estados Unidos e China somados, investem mais da metade do que todos os outros Estados juntos. O Brasil, portanto, ainda necessita fomentar a sua BID, investir em ciência, tecnologia e inovação para que consiga, enfim, colocar em prática os seus programas estratégicos e aumentar o seu *Seapower*.

Comparando a FIG. 14 e o APÊNDICE E, percebemos que os investimentos militares dos EUA atingem valores bem maiores do que os da MB. Notamos que a estratégia naval estadunidense ao identificar claramente as suas ameaças e definirem os seus objetivos, conseguem perceber que um menor incentivo em cooperação internacional para atingimento dos seus interesses, levariam a uma ampliação e modernização do Poder Naval. Quanto maior a fatia de investimento em Defesa, menor será a necessidade de cooperação internacional e, por conseguinte, maior será a capacidade de se atingir um elevado *Seapower*.

Finalmente, podemos dizer que as estratégias navais dos EUA, a PN e o PEM 2040 possuem similaridade na sua redação e elementos de análise. É possível extrair as ameaças, a necessidade de cooperação internacional para fazer frente aos seus objetivos e quais seriam as necessidades de investimento para o fortalecimento do Poder Naval e, por conseguinte, do *Seapower*. Sendo assim, o desencadeamento das ideias e conclusões parciais dos capítulos anteriores nos leva a uma propositura para a revisão do PEM 2040.

4.6 Propositura para a revisão do PEM 2040

A presente seção tem o propósito de realizar a propositura para a revisão do PEM 2040 com base no que foi analisado na presente tese. O que se espera não é somente a proposta de revisão de uma publicação atualizando dados. É apontar as experiências de um Estado hegemônico e com alto grau de desenvolvimento para, ao menos, sugerir ideias que sirvam de contribuição para a sua revisão.

A primeira delas é a definição clara de ameaças. O início de qualquer estratégia traz uma análise geopolítica. Estudar a história, entender a geografia para, enfim, saber quais são os desafios e oportunidades para o Brasil. Entretanto, as prioridades devem estar pautadas em políticas de Estado e não em políticas de governo, suscetíveis a interesses diversos. Os interesses do Estado brasileiro não podem ficar a mercê de interpretações. Elas devem ser claras.

Nenhum planejamento sobrevive a mudanças constantes de prioridades. Ademais, quando tudo se torna prioridade, mais difícil é para o executor saber qual é a precedência dos objetivos. Notamos que os objetivos citados nas estratégias navais contribuem para o desenvolvimento de prioridades. Entretanto, quanto mais numerosos forem os objetivos de uma estratégia, mais difícil será a priorização dos investimentos em Defesa.

Para o crescimento da nossa BID e o consequente desenvolvimento tecnológico do Brasil é necessária a previsibilidade de investimentos em Defesa. Complementarmente, como vimos no APÊNDICE C, quanto menor o investimento em Defesa maior será a necessidade de cooperação internacional para se chegar aos objetivos e, por conseguinte, quanto maior a dependência de um Estado, maior será a possibilidade de interferências externas aos nossos interesses.

Sugerimos uma estratégia naval clara, simples e concisa. Um planejamento que seja de fácil leitura e entendimento. A sociedade deverá ser incentivada para refletir sobre a importância e relevância do Poder Marítimo. Uma boa comunicação estratégica, o entendimento da conjuntura geopolítica, longe de ideologias e interesses externos e um planejamento baseado nas capacidades que a Força Naval deve possuir para fazer valer os seus interesses. Esse planejamento poderá levar o Brasil ao patamar de potência hegemônica regional e, quem sabe, a um elevado *Seapower*.

Uma segunda proposição é a de que o Brasil possua uma estratégia marítima nacional. A confecção de uma estratégia marítima com a participação de vários ministérios e sob a responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República seria importante para a definição clara dos desafios e ameaças, bem como seriam um vetor, a nível estratégico, para a formulação de políticas de incentivo ao Poder Marítimo brasileiro.

Outrossim, a formação de especialistas em estratégia marítima também seria uma importante contribuição para a divulgação de ideias nessa área. Atualmente, só a título de

exemplo, a Fundação de Estudos do Mar (FEMAR)⁸⁹, em parceria com a EGN, promove o Curso de Estratégia Marítima que visa proporcionar aos participantes conhecimentos básicos da Estratégia Marítima Nacional, enfatizando aspectos da Geopolítica e do Poder Marítimo.

Os imperativos geográficos estadunidenses não se comparam aos brasileiros. Entretanto, o Brasil precisa potencializar as suas forças e minimizar as suas fraquezas. Somos um Estado rico em recursos naturais e minerais. Dessa forma, os avanços tecnológicos conquistados por meio de incentivo da nossa BID contribuiriam com a defesa das nossas riquezas, a dissuasão das ameaças identificadas e a exploração consciente das nossas riquezas trariam um acréscimo da importância do Poder Marítimo e o retorno seria inevitável.

Atualmente, o Brasil é capaz de exercer alguma influência na América do Sul. Entretanto, possui uma série de condições para o atingimento de potência marítima mundial e, por conseguinte, deixar de ser um Estado do futuro para atingir o degrau de Potência econômica do presente.

⁸⁹ Vide GLOSSÁRIO, p. 100.

5 CONCLUSÃO

Poder é potência. A imposição da nossa vontade para o atingimento dos nossos objetivos, para a conquista ou para a manutenção do nosso domínio só poder ser conseguida se possuímos o dito Poder. O Poder de um Estado não é um valor absoluto e nem pode ser quantificado, mas interfere diretamente nas relações internacionais e no seu poder de dissuasão.

Uma estratégia deve ser uma constante avaliação dos fins e meios a fim de se obter a percepção de Poder. Ou seja, a estratégia deve responder para onde queremos ir, quais são os fins desejados e quais as capacidades possuímos com os meios existentes. Seguindo essa direção, as grandes potências perceberam que a melhor forma de garantir a sua segurança é conquistando o Poder.

O Poder de um Estado é conquistado com a contribuição do Poder Marítimo que, para ser forte, necessita possuir um pujante Poder Naval. Essa necessidade de controlar e acessar determinadas áreas marítimas por razões econômicas, militares ou políticas, resulta na aparição dos objetivos marítimos que, para serem conquistados, requer uma estratégia naval integrada com uma estratégia nacional de defesa para que toda a sociedade tenha a percepção dos interesses do Estado.

As relações entre os Estados de maneira simplista podem ser cooperativas ou conflituosas. A análise dessas relações é a chave para a compreensão do tamanho do Poder Naval de um Estado para o presente e para o futuro. Portanto, a formulação de uma estratégia naval é fundamental para planejarmos a dimensão de uma Marinha.

Assim, a formulação de uma estratégia naval para o Brasil é necessária e ela deve começar com uma análise geopolítica. Dessa forma, com o entendimento das questões geográficas e históricas de um Estado, saberemos como atingir os nossos interesses. Não por acaso, as duas últimas estratégias navais estadunidenses são iniciadas com essa análise.

Após a percepção das definições de Poder, Poder Marítimo e Estratégia, percebemos o entrelaçamento de ideias. Dessa forma, o passo seguinte foi o de orientar e delimitar a pesquisa com a análise das duas últimas estratégias navais dos EUA. Pudemos notar como foram definidas as suas ameaças, objetivos, estratégias de cooperação internacional e prioridades nos investimentos em Defesa.

A análise da questão fez com que a resposta fosse buscada na comparação das duas

últimas estratégias navais estadunidenses e, como objetivo, identificar as suas características, ou seja, como ocorreu a evolução da sua estratégia naval. Verificou-se que o Poder Executivo deve propor a redação de um pensamento estratégico. Uma estratégia marítima nacional requer uma legislação clara e bem definida para estabelecer prazos para a sua confecção, especialistas para a sua formulação e uma estratégia naval seria o vetor do Poder Naval para a sua execução, ou seja, os métodos, meios e fins.

Além disso, a análise da estrutura básica da geopolítica nos levou a constatar que as conexões de Poder entre os Estados e a constante busca pelo domínio do mar corroboraram com o alicerce teórico e o pensamento de Geoffrey Till para a conquista e manutenção do *Seapower*, utilizado na presente tese. Essa abordagem indicou que a definição das estratégias navais estadunidenses definindo suas ameaças e objetivos permitiram visualizar a necessidade de cooperação com outros Estados e atores, bem como a necessidade de investimentos na área de Defesa para os EUA.

As dificuldades impostas pela economia evidenciam a necessidade de percepção da sociedade das ameaças e oportunidades para que consigamos elaborar uma estratégia naval de acordo com os anseios identificados por uma visão mais ampla, ou seja, uma estratégia marítima que defina as ameaças, os objetivos, o nível de cooperação internacional que queremos, e podemos ter, a partir de uma análise geopolítica. Dessa forma, saberemos quais recursos teremos disponíveis para a defesa das nossas riquezas.

A partir dessa constatação, as conclusões da tese podem ser comprovadas por meio da comparação das estratégias navais estadunidenses de 2015 e 2020. O primeiro ponto observado foi a percepção de se verificar o contexto geopolítico para a identificação dos desafios. Em 2015, as ameaças eram globais e terrorismo e, em 2020, a estratégia naval estadunidense previu uma maior competição entre grandes potências e, por conseguinte um aumento da capacidade militar de alguns Estados, em função da crescente competição pela hegemonia e pelo Poder.

A invasão da Crimeia pela Rússia em 2014 e a escalada de tensões com a Ucrânia nos anos seguintes, bem como a reivindicação chinesa no Mar do Sul da China fizeram com que os EUA percebessem a necessidade de mudança na sua, até então, postura cooperativa. Foi necessário depender menos de cooperação internacional e incrementar o seu Poder Naval para que, de certa forma, continuassem com elevado poder dissuasório.

Dessa forma, após uma análise dos investimentos em Defesa, mais especificamente na Marinha dos EUA, em dois períodos distintos (2015 e 2020), percebemos que o objetivo estadunidense era o de não só modernizar o seu Poder Naval, mas também o de ampliá-lo. Isso posto, comprova-se que um maior incentivo à inovação tecnológica e da sua BID, aliado a um maior orçamento na área da Defesa, elevam o Poder Marítimo de um Estado e, por conseguinte permitem uma modernização e ampliação do seu Poder Naval. É o chamado ciclo virtuoso marítimo.

Concluimos, portanto, que a evolução da estratégia naval estadunidense entre 2015 e 2020 ocorreu em função da percepção dos EUA com as suas ameaças e a definição dos seus objetivos. Ademais, foi necessário perceber quão dependente o Estado precisa ser, utilizando-se da cooperação internacional para fazer frente aos seus desafios e quão forte um Poder Naval precisa ser para a dissuasão nas relações e discussões internacionais.

No caso do Brasil, o objetivo da tese foi o mesmo realizado para o caso estadunidense, a comparação entre a PN e o PEM 2040. O primeiro ponto observado foi que também houve a preocupação de uma análise geopolítica para a identificação dos desafios. Entretanto, a primeira diferença surgiu quando percebemos que até houve o incremento de um capítulo destinado às ameaças. Entretanto, os atores não foram citados de forma direta.

As ameaças identificadas foram a presença de uma potência naval superior no Atlântico Sul com capacidade de paralisar o comércio marítimo brasileiro. Além disso, citou como ameaças: ações de pirataria; organizações criminosas; pesca ilegal; terrorismo; crimes ambientais; e vulnerabilidade no espaço cibernético.

Contudo, o Poder Naval deve estar constantemente aprestado para se contrapor a qualquer tipo de ameaça, mesmo que ela não esteja claramente definida. A aquisição de meios de oportunidade pode ser uma solução, mas lembremo-nos que ela requer o adestramento do pessoal e a garantia da não obsolescência do material, em um curto espaço de tempo, para se contrapor a uma ameaça inesperada.

Sem essa percepção de desafios, a MB estabeleceu como objetivo a priorização do seu Poder Marítimo, por meio da defesa das suas riquezas. Podemos incluir o seu litoral, as hidrovias, o comércio marítimo, a “Amazônia Azul®”, as suas fontes de água doce, a produção de alimentos, a exploração de recursos minerais e suas fontes de energia renováveis. Contudo,

a inquietação com o Poder Marítimo não pode ser exclusiva da MB. Essa ansiedade deve ser discutida com a sociedade e o Poder Naval deve ser o seu garantidor.

Os objetivos para o Plano Estratégico foram representados por um mapa estratégico e de fácil visualização. Tal qual foi a percepção dos EUA, em 2015, a Política Naval e o PEM 2040 destacaram a importância de cooperação internacional a fim de prevenir conflitos. A estratégia delimitou que o objetivo da MB era a defesa de suas linhas de comunicação marítimas no Atlântico Sul, além da liderança em fóruns regionais, como a ZOPACAS, ou seja, uma tentativa de se estabelecer como potência regional.

Após a visualização da queda de orçamento de despesas da MB de 2019 para 2020, depois de uma série de sucessivas altas no orçamento entre 2016 e 2019, demonstramos que a cooperação internacional se fez necessária para fazer frente as ameaças vislumbradas pelo planejamento estratégico. Contudo, isso levou a um menor investimento na área de Defesa e um menor incentivo à BID. Comprovamos, portanto, que existe uma relação inversamente proporcional entre investimentos em área de defesa e necessidade de cooperação militar. Ou seja, os casos do Brasil e EUA ocorreram de maneira semelhante.

A atualização do PEM 2040 ao longo dos anos, é necessária, uma vez que, os contextos geográfico e histórico estão em constante evolução como foi demonstrado no ciclo virtuoso marítimo. Contudo, o ideal é que essa estratégia fosse redigida por especialistas no nível estratégico. Portanto, uma boa contribuição para o Brasil seria a idealização de uma estratégia marítima nacional para que fossem claramente definidos os desafios e as ameaças ao Estado.

Demonstramos que o paradigma da estratégia com a definição dos seus meios, métodos e fins, podem servir de suporte, para a redação de uma Visão de Futuro e sabermos o que se espera para o *Seapower* do Brasil. A estratégia para a obtenção do almejado Poder, quer seja global, quer seja regional vai depender de uma boa análise da estrutura geopolítica, da percepção de ameaças e das relações diplomáticas existentes entre os Estados.

Dessa forma a contribuição da presente tese para uma propositura da estratégia naval brasileira reside no fato de definirmos quais são as nossas reais ameaças. As prioridades devem ser estar pautadas em políticas de Estado e não em políticas de governo, suscetíveis a interesses e interpretações diversas. As prioridades não podem ser modificadas constantemente pois a imprevisibilidade de investimentos dificulta o desenvolvimento da BID e não contribui com o desenvolvimento do Estado brasileiro.

Faz-se necessário, portanto, uma estratégia naval clara, simples e concisa. A futura estratégia naval brasileira deverá incentivar que a sociedade reflita sobre a relevância do Poder Marítimo brasileiro. Para isso, ela deve estar inserida em uma estratégia marítima nacional. A consequência dessa decisão seria um incentivo ao *Seapower*.

Para isso é necessário que tenhamos em mente que a modernização do Poder Naval e o respaldo da BID é deveras importante para que não tenhamos que desenvolver um Poder Naval de maneira emergencial para se contrapor a alguma ameaça. Atualmente, o Brasil é considerado uma potência regional. Entretanto, o Brasil possui uma série de condições para o atingimento de potência global e, por conseguinte, deixar de ser um Estado do futuro para atingir o degrau de Potência econômica do presente.

As experiências estadunidenses apresentam algumas respostas para a questão central da tese, quais sejam: a identificação clara de ameaças, um documento claro e conciso facilitando a comunicação estratégica e, principalmente, a redação de uma estratégia marítima nacional, documento complexo presente no planejamento de poucos Estados, sendo que o próprio EUA carece de uma conforme assevera o professor Holmes.

Por outro lado, a grande lição dessa tese é perceber que poder não é nada sem estratégia. Sem a estratégia as ações ocorrem desorganizadas, o que não contribui em nada para o objetivo final de um planejamento que é alcançar os objetivos, ou os nossos fins (“*ends*”). Essa é, portanto, a importância de redigir documentos estratégicos e tê-los sempre atualizados, conforme as mudanças observadas nos ambientes geopolítico e estratégico.

A pesquisa deixa a sugestão de se realizar estudos complementares com a comparação na evolução da estratégia naval de outros Estados e verificar se possuem uma estratégia marítima nacional com a percepção clara de ameaças, objetivos, necessidade de cooperação internacional e, se essa colaboração, influencia nos investimentos com a Defesa.

Na visão deste autor, o aprofundamento e a continuidade da presente pesquisa podem contribuir para a redação das atualizações do PEM e que as demais esferas do Governo Federal, a partir de exemplos dos EUA, consigam perceber que uma estratégia marítima nacional, indicará para o setor privado que o desenvolvimento da BID se faz premente e direcionará a estratégia naval brasileira para a proteção do Poder Marítimo e a consequente elevação da condição do Brasil a potência global.

REFERÊNCIAS

ABREU, Guilherme Mattos de; BARBOSA JUNIOR, Ilques et al. **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro, RJ: Serviço de Documentação da Marinha, 2018. 382 p.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **Os Gigantes da Estratégia Naval: Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond**. Curitiba, PR: Editora Prismas, 2015. 305 p.

ARAUJO, LEONARDO M. **Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa: medidas viabilizadoras da base industrial de defesa associada à teoria do crescimento econômico**. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015. 52p.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2002. 928 p.

BARBOSA, Rui. (Jornal do Commercio). **Obras Completas, Vol. XXVII, Tomo IV ao VI**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1975a. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/obras_seletas_vol7.pdf>. Acesso em 02 ago. 2023.

BARBOSA, Rui. (A Imprensa). **Obras Completas, Vol. XXVII, Tomo IV ao VI**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1975b. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/obras_seletas_vol7.pdf>. Acesso em 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas: MD35-G-01**. 5 ed. Brasília, DF: MD, 2015.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em 07 maio 2023.

_____. _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em 07 maio 2023.

_____. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília, DF: Biblioteca digital, 2013. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/465>>. Acesso em 31 jul. 2023.

_____. Ministério da Economia. **Plano Plurianual**. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>>. Acesso em 02 ago. 2023.

_____. Estado-Maior da Armada. **Doutrina militar naval**. Brasília, DF, 2017.

_____. Marinha do Brasil. **Amazônia Azul**. Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/>. Acesso em 01 ago. 2023.

_____. _____ . **LEPLAC – CNUDM**. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=pt-br/node/126>>. Acesso em 02 ago. 2023.

_____. _____ . **O PROSUB**. Brasília, DF, 2019c. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/prosub/institucional>>. Acesso em 01 ago. 2023

_____. _____ . **Política Naval**. Brasília, DF, 2019d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/politica_naval/book>. Acesso em: 6 maio 2023.

_____. _____ . **Programas Estratégicos**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

_____. _____ . **Programa Nuclear da Marinha**. Brasília, DF, 2019e. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/ctmsp/programa-nuclear-da-marinha>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

_____. _____ . **Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM-2040)**. Brasília, DF, 2020b.

_____. _____ . **Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)**. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/sisgaaz-protecao-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

_____. _____ . Escola de Guerra Naval. **Estudo sobre o conflito Rússia e Ucrânia**. Rio de Janeiro, RJ, 2022a. Disponível em: < <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/Of-10-182-2022-EGN-An-Relatorio-Conflito-RUS-e-UCR-151.01.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

_____. _____ . _____ . **Nota de aula: Princípios de Estratégia Marítima - o Poder Marítimo em Ação**. Rio de Janeiro, RJ, 2022b.

_____. Presidência da República. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Seção 1. p. 1 Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm>. Acesso em 31 jul. 2023.

_____. Senado Federal. **Emendas ao orçamento**. Brasília, DF, 2023c. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento>>. Acesso em 03 ago. 2023.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1997.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **Delineamentos da estratégia**. Florianópolis, SC: IOESC, 1980.

CASTRO, E. **Vocabulário Foucault**. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2016.

CLARK, Christopher. **Iron Kingdom: The Rise and Downfall of Prussia, 1600-1947**. London, UK: Penguin Books, 2007.

CONSELHO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Secretariado-Geral. **Sanções da UE contra a Rússia explicadas**. Bruxelas, 26 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/sanctions-against-russia-explained/>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

CORBETT, Julian S. **Principles of Maritime Strategy**. Nova York, EUA: Dover Publications Inc., 1911. Disponível em: <<https://www.amazon.com/Principles-Maritime-Strategy-Military-History/dp/0486437434?asin=0486437434&revisionId=&format=4&depth=1>>. Acesso em 11 abr. 2023.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2013, 305 p.

EGN. **Geopolítica Corrente Internacional**. Palestra ministrada pelo CMG (RM1) Leonardo Mattos, instrutor de geopolítica, aos alunos do C-PEM 2023. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2023. Adobe Acrobat Reader, 76 slides. Não publicado.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower**. Washington, EUA: Department of the Navy, 2015.

_____. **Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power**. Washington, EUA: Department of the Navy, 2020.

_____. **Joint Doctrine Note 1-18 - Strategy**. Disponível em: <https://irp.fas.org/doddir/dod/jdn1_18.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

_____. **Naval History and Heritage Command. Today in Naval History**. Washington, EUA: US Navy, 2023. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/today-in-history/october-13.html>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

_____. **Declarações do presidente Trump sobre o plano de ação conjunto global**. Washington, EUA: Casa Branca, 2018. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/pt/declaracoes-do-presidente-trump-sobre-o-plano-de-acao-conjunto-global/>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

_____. Department of the Navy. **Secretary of the Navy**. Washington, EUA, 2016. Disponível em: <<https://www.secnv.navy.mil/Pages/Bio.aspx>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

FENG, Zhaoyin. **EUA e China assinam acordo após 2 anos de guerra comercial: o que mudou ao longo da disputa?** In: BBC News Brasil, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51119805>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

FIALHO, Edson. **Avaliação Escolar e Taxonomia de Bloom**. Rio de Janeiro, RJ: E-reader version, ASIN: B07H3G5QHG, 2018.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: P. Rabinow & H. Dreyfus (orgs.), Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Forense Universitária, 1995.

FRIEDMAN, Norman. **Seapower as Strategy: navies and national interest**. Annapolis, EUA: Naval Institute Press, 2001.

FROTA, Guilherme. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

FUCCILLE, Luis Alexandre. **Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil**. 2006. 291 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000378085&fd=y>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

GADDIS, John Lewis. **The Cold War: a new history**. London, UK: Penguin Books, 2007.

GALLAS, Daniel. **O que está por trás da escalada de tensões da China com potências globais**. In: BBC News Brasil, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53511947>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

GUTERREZ, António. **Abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento**. In: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Barbados, 2021. Disponível em: <<https://unctad.org/meeting/fifteenth-session-united-nations-conference-trade-and-development-unctad-15>>. Acesso em: 15 maio 2023.

HATTENDORF, John B., et al. **The Oxford Encyclopedia of Maritime History**. Oxford, UK: University Press, 2007.

HOLMES, James. **America Needs a True Maritime Strategy**. In: 19FortyFive, 2023. Disponível em: <<https://www.19fortyfive.com/2023/08/america-needs-a-true-maritime-strategy/>>. Acesso em 04 ago. 2023.

HÖPPNER, Stephanie. **"Porto de Sebastopol é imprescindível para a Rússia"**, 2014. Donn: Alemanha. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/porto-de-sebastopol-%C3%A9-imprescind%C3%ADvel-para-a-r%C3%BAssia-diz-analista/a-17500256>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

IRSHAID, Faisal. **ISIS, Estado Islâmico ou Daesh? Um grupo extremista, muitos nomes**. São Paulo, SP, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42020312>. Acesso em: 24 jul.2023.

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION (ITA). Washington, EUA: U.S. Department of Commerce, 2022. **USMCA Uniform Regulations Interpretation, Application, & Administration of Chapters 5 (Origin Procedures), 6 (Textile & Apparel Goods), & 7 (Customs Administration & Trade Facilitation)**. Disponível em: <<https://www.trade.gov/usmca>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

JERVIS, R. **Perception and misperception in international politics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976.

KAUFMAN, Hanshi. **The Art of War: The Definitive Interpretation of Sun Tzu's Classic Book of Strategy**. Vermont, EUA: Tuttle Publishing, 1996.

KENNEDY, Paul M. **Grand Strategies in War and Peace**. Connecticut, EUA: Yale University Press, 1991.

LOTHA, Gloria. **Jean Bodin: French political philosopher**. Encyclopædia Britannica Inc, Chicago, EUA: 2016. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Jean-Bodin>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. 4 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, 479 p.

MAHAN, Alfred T. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em: <<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>. Acesso em 6 abr. 2023.

MAIER, Pauline. **American Scripture: Making the Declaration of Independence**. Nova Iorque, EUA: Vintage Books, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Florença, 1513. Disponível em: <<https://www.portalabel.org.br/images/pdfs/o-principe.pdf>>. Acesso em 11 maio 2023

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global**. Tradução: BORGES, Maria Luiza X. de A. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2018.

MEARSHEIMER, John. **A tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Ed. Gradiva, 2007.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **O que é a OTAN?** Bruxelas, 2023. Disponível em: <https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html>. Acesso em 08 ago. 2023.

PARKER, Philip. **História Mundial**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda, 2011.

PORFÍRIO NETO, Francisco José. **O que é poder para a filosofia**. São Paulo, SP, 2023. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/poder.htm>. Acesso em 5 maio 2023.

QIBLAWI, Tamara; HODGE, Nathan; LISTER, Tim; KOTTASOVÁ, Ivana. **O que é o Donbass e por que é tão importante no conflito atual**, 2022. São Paulo, SP. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-o-donbass-e-por-que-e-tao-importante-no-conflito-atual/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RODRIGUES, Marcos Silva. **Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040)**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 13-30. janeiro/abril. 2021. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4189/4075>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ROSECRANCE, Richard. **The rise of the trading state: commerce and conquest in the modern world**. New York, EUA: Basic Books, 1986.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo, SP: Ed. Best Seller, 2004.

SCOTT, Len; HUGHES, R. Gerald. **The Cuban Missile Crisis: A Critical Reappraisal**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2015.

STEVENSON, David. **A história da Primeira Guerra Mundial**. São Paulo, SP: Novo Século Editora, 2016.

STRATFORD: THE WORLD'S LEADING. **The Geopolitics of the United States, Part 1: The Inevitable Empire**, 2016a. Austin: USA. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-united-states-part-1-inevitable-empire>>. Acesso em 16 jul. 2023.

STRATFORD: THE WORLD'S LEADING. **The Geopolitics of the United States, Part 2: The Inevitable Empire**, 2016b. Austin: USA. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-united-states-part-2-american-identity-and-threats-tomorrow>. Acesso em 19 jul. 2023.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for twenty first century**. 3 ed. London: Routledge, 2013.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4 ed. Abingdon, Oxon: Routledge, 2018, 458 p.

THOMSON, Peter. **Abertura da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas**. In: Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, Portugal, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/pt/conferences/ocean2022/about>>. Acesso em 15 maio 2023.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Tradução: Pedro Manoel Soares. São Paulo: Principis Ed., 2019. 160 p.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2013. 125 p.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Ed., 1985. 151p.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira e ALMEIDA, F.E Alves. **Guerra no mar: batalhas navais que mudaram a história**. Rio de Janeiro: Record, 2009. (organizado por) - 541p.

WALT, S. M. **Alliance formation and the balance of world power**. International Security 9, Ann Arbor, Michigan, v. 9, n. 4, p. 3–43, 1985. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2538540>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

WDMMW. **Global naval power ranking**. In: World Directory of Modern Military Warships, 2023. Disponível em: <<https://www.wdmmw.org/ranking.php>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Tradução: MOURÃO, Artur; TOLDY, Marian; TOLDI, Teresa. Lisboa: Edições 70, 2022.

GLOSSARIO

ÁGUAS INTERIORES – “Todas as águas do lado interno (na direção da terra) da linha de base de um Estado costeiro, ou seja, rios, lagos, mares internos, ancoradouros e certas baías. Compreende, também, o espaço marítimo entre o litoral e a linha de base estabelecida para a medição da faixa do mar territorial” (BRASIL, 2015, p.25).

ÁGUAS JURISDICIONAIS - Espaço jurisdicional marítimo que compreende as águas interiores, o mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva de um país, onde é exercida pelo Estado costeiro a jurisdição para fazer cumprir suas leis e onde dispõe do poder de punir quem as infrinja (BRASIL, 2015).

AMAZÔNIA AZUL® - Termo que denomina a área oceânica no Atlântico Sul que atualmente possui cerca de 5,7 milhões de km² situada ao longo da costa brasileira, que compreende o MT, a ZEE e a extensão da PC brasileiros, até a distância de 350 milhas marítimas. A Amazônia Azul® é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira (BRASIL, 2019a). O termo foi inicialmente empregado pelo ex-Comandante da Marinha Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho em 2004, e que posteriormente, em 2011, teve seu registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, com certificado de registro de marca pertencente à MB. Disponível em: <<https://silvafilho.com.br/amazonia-azul-e-marca-registrada-da-marinha/>>. Acesso em 15 ago. 2023.

BOA ORDEM NO MAR – Conceito que reflete a garantia da segurança marítima e que permite aos países: a busca de seus interesses no mar e através dele; a explorarem no mar, os recursos, vivos e não vivos, de maneira ecologicamente sustentável; e a desenvolverem pelo mar seus Estados, livres de ameaças, em um ambiente de respeito às normas e regulamentos do direito internacional e nacional. Segundo Till, a Boa Ordem no Mar é complexa e importante, e a sua manutenção é difícil, o que em decorrência exige o envolvimento das marinhas e guardas costeiras dos Estados para garantia do uso pleno e legítimo de todos os atributos do mar (TILL, 2018, p. 309).

COLONOS BRITÂNICOS - Os primeiros grupos de colonos, também chamados de colonos britânicos ou peregrinos, chegaram à região de Plymouth (EUA), em 1620, oriundos do Reino Unido. Na região, os colonos dominaram os nativos e, com eles, aprenderam a dominar a caça, a pesca e a agricultura. Treze Colônias era o termo usado para definir as colônias britânicas situadas na Costa Leste dos EUA até que essas conquistassem sua independência (PARKER, 2011).

COMMODITIES - É o plural da palavra em inglês *commodity* que possui um significado genérico de artigo de comércio. Segundo Sandroni (2004), *commodity* é um tipo particular de mercadoria em estado bruto de importância comercial e que tem a finalidade de servir de componente para um produto mais elaborado ou industrializado, como é o caso do açúcar, café, minério de ferro, soja, cobre, petróleo bruto, entre outros.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR (CNUDM) - A CNUDM, concluída em 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, Jamaica, é resultante de um contínuo esforço de negociação da comunidade internacional com o propósito de equacionar, sob um espírito de compreensão e cooperação mútuas, as questões relativas ao Direito do Mar. Conhecida como “A Constituição do Mar”, a CNUDM normatiza todos os aspectos do universo marítimo, inclusive delimitação das fronteiras, regulamentos ambientais, investigação científica, comércio e resolução dos conflitos internacionais envolvendo questões marinhas (BRASIL, 2019b).

DEFESA DA PÁTRIA – “Emprego das Forças Armadas que constitui a atividade finalística das instituições militares. Visa, primordialmente, a garantia da soberania, da integridade territorial e patrimonial e a consecução dos interesses estratégicos nacionais” (BRASIL, 2015, p. 85).

DOCTRINA MILITAR NAVAL (DMN) - A DMN é o conjunto de princípios, conceitos e diretrizes que norteiam a atuação da MB em suas operações. A doutrina militar naval prevê quatro tarefas básicas para o Poder Naval brasileiro: negar o uso do mar ao inimigo; controlar áreas marítimas; projetar poder sobre terra; e contribuir para a dissuasão. (BRASIL, 2017).

EMENDAS PARLAMENTARES - De uma forma geral, são proposições legislativas definidas pelos deputados e senadores durante a tramitação de um projeto de lei elaborado pelo Executivo. A Constituição Federal de 1988 devolveu aos parlamentares o direito de propor emendas. Em outras palavras, é por meio das emendas que os parlamentares conseguem aperfeiçoar a proposta orçamentária apresentada pelo Governo, no intuito de melhorar a destinação das verbas públicas (BRASIL, 2023c).

ESTADO ISLÂMICO (EI) - Para autoridades da ONU e dos EUA, "ISIL" é um acrônimo em inglês para "Estado Islâmico do Iraque e do Levante". Entretanto, o próprio grupo não usa esse nome desde junho de 2014, quando declarou a criação de um califado e reduziu seu nome para "Estado Islâmico" (com as siglas "IS" em inglês). Outros veículos da imprensa continuaram a usar o termo "ISIL" ou "ISIS" - que se baseia em outras traduções, em inglês, do antigo nome do grupo, "Estado Islâmico do Iraque e da Síria" ou "Estado Islâmico no Iraque e al-Sham" (IRSHAID, 2017).

ESTRATÉGIA – “Arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem” (BRASIL, 2015, p. 109).

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END) - A Estratégia Nacional de Defesa orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que esses objetivos sejam alcançados. É, portanto, o vínculo entre o posicionamento do Estado nas questões de Defesa e as ações necessárias para atender aos seus interesses (BRASIL, 2012).

FEMAR - a FEMAR é pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira com fins não-lucrativos e regida por seu Estatuto, pelo Regimento Interno e pelas disposições legais aplicáveis, incluídas aquelas emanadas da Promotoria de Justiça de Fundações do Rio de Janeiro. A FEMAR tem como propósito difundir e propagar a maritimidade na sociedade brasileira e, em 26 de abril de 2011, foi credenciada no MEC como Fundação de Apoio ao Núcleo de Inovação Tecnológica da MB (NIT – MB) obtendo respaldo institucional para a gestão de projetos na MB. Disponível em: <<https://fundacaofemar.org.br/portalwordpress/institucional/nossa-origem/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

GALERA - A palavra vem do catalão “galera” (embarcação de guerra movida a remos ou à vela) parente do francês “galère” (antiga embarcação impulsionada por remadores). Da mesma origem vêm: Galé (navio a remo de grande porte usado na guerra e no comércio); galeão (grande navio de guerra parecido com a nau) e galeota (pequena galé com cerca de 40 remadores). Disponível em: < <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000004/00000436.pdf>>. Acesso em 02 jun.2023.

GLOBAL FIREPOWER (GFP) - O GFP rastreia elementos navais de superfície e submarinos para cada Estado levando em consideração todos os tipos de navios de guerra. A classificação finalizada do GFP utiliza mais de 60 fatores individuais para determinar a pontuação do *PowerIndex* ('PwrIndx') de um determinado Estado com categorias que vão desde a quantidade de unidades militares e situação financeira até capacidades logísticas e geográficas. Para 2023, os Estados Unidos da América ocupam o 1º lugar entre 145 países considerados para a revisão anual da GFP. Os EUA mantêm sua posição-chave no topo do *ranking* do índice GFP, pois apresentam números impressionantes nas principais categorias materiais, financeiras e de recursos. Ademais, os EUA lideram o mundo tecnologicamente e possuem grande avanço nos principais setores médico, aeroespacial e de informática / telecomunicações, mantendo uma vantagem em vários mercados importantes da indústria, permitindo um certo grau de autossustentação. permitindo um certo grau de autossustentação. Disponível em: https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=united-states-of-america. Acesso em: 29 mai. 2023.

GUERRAS MUNDIAIS - Guerra mundial é o termo utilizado para se referir ao conflito bélico envolvendo um grande número de Estados e de distintos continentes. Nesses termos, podemos nos referir à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como sendo as duas guerras mundiais (PARKER, 2011).

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL - O LBDN é o “documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor de defesa” (BRASIL, 1999, art. 9º).

NOVO MUNDO - Foi o nome dado ao hemisfério ocidental, mais especificamente ao continente americano. O termo tem as suas origens no final do século XV, em razão da descoberta da América, por Cristóvão Colombo (PARKER, 2011).

OBJETIVOS NAVAIS (OBNAV) - Os OBNAV consubstanciam a Política Naval e são os objetivos de mais alto nível estabelecidos pela MB, que orientarão o Planejamento Estratégico da Instituição, a fim de viabilizar o alcance de sua visão de futuro para 2039 (BRASIL, 2019b).

OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA - Os objetivos nacionais de defesa são as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de Defesa. São objetivos nacionais de defesa: I - Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II - Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das FA; III - Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa; IV - Preservar a coesão e a unidade nacionais; V - Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior; VI - Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional; VII - Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; e VIII - Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2012a).

OCEANOPOLÍTICA - A oceanopolítica consiste na ciência contemporânea que envolve o Estado como elemento central para a adoção de decisões soberanas, considerando a influência dos espaços oceânicos e fluviais sobre o destino de sua população, assim como nas relações de poder com outros Estados e demais atores internacionais. Sua principal utilidade consiste em assessorar o estamento político sobre as peculiaridades e a influência do mar e das bacias fluviais no ciclo de vida do Estado. (BRASIL, 2020).

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN) - O objetivo da OTAN é garantir a liberdade e a segurança dos seus membros através de meios políticos e militares. Para tanto, a OTAN cita a promoção de valores democráticos e promove entre os seus membros a consulta e a cooperação em matérias relacionadas com a defesa e segurança com vistas a resolver problemas, desenvolver confiança e, a longo prazo, evitar conflitos. Caso os esforços diplomáticos falhem, a OTAN conta com poder militar para realizar operações de gestão de crises. Estas são realizadas no âmbito da cláusula de defesa coletiva do tratado de fundação da OTAN ou no âmbito do mandato das Nações Unidas, individualmente ou em cooperação com outros Estados e organizações internacionais (OTAN, 2023).

PLANO PLURIANAL (PPA) - O principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal é o Plano Plurianual (PPA). Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos e é iniciado no segundo ano de mandato de um Presidente (BRASIL, 2023a).

OBJETIVOS NACIONAIS - São aqueles que a Nação busca alcançar, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, ao longo das fases de sua evolução histórico-cultural. (BRASIL, 2015)

PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA (PEM-2040) - É um documento de alto nível, com o propósito de orientar o planejamento de médio e longo prazo, por meio de Objetivos Navais organizados em uma cadeia de valores, orientados pela Visão de Futuro da MB. A partir da

análise desses objetivos, são elaboradas as Ações Estratégicas Navais (AEN), que contribuirão para o alcance da Missão da Força (BRASIL, 2020b).

PODER – “1. Capacidade de impor à vontade. 2. Conjugação interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance e preservação dos objetivos” (BRASIL, 2015, p. 211).

PODER MARÍTIMO – “Projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais” (BRASIL, 2015, p. 211). Entretanto, para efeito da presente tese utilizaremos a análise de Till (2018) que conceitua o poder marítimo como a capacidade de influenciar o comportamento de outros atores pelo que se faz no mar ou a partir dele. Essa abordagem demonstra que os Estados para a obtenção do poder marítimo se utilizam de estratégias para a obtenção do poder que o mar pode proporcionar. Seus resultados e não as causas, os fins e não os meios.

PODER NAVAL – “Parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. Compreende as Forças Navais, incluídos os meios navais, aeronavais próprios e de fuzileiros navais, suas bases e posições de apoio e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios adjudicados pelos poderes militares terrestre e aeroespacial, e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval” (BRASIL, 2015, p. 212).

PODER NACIONAL – “É a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a vontade nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica” (BRASIL, 2015, p. 212).

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND) - É o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2012a).

PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA (PNM) - O PNM vem sendo executado desde 1979, com o propósito de dominar o ciclo do combustível nuclear e desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica. Os projetos atuais são o de dominar a tecnologia de produção de combustível nuclear e desenvolver o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica para o desenvolvimento de capacitação tecnológica no projeto, construção, comissionamento, operação e manutenção de reatores nucleares. O PNM tem contribuído para a produção de combustível nuclear para o Programa Nuclear Brasileiro, mediante contrato com as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) (BRASIL, 2019e).

PROSUB - O PROSUB é o programa estratégico da Marinha do Brasil que tem como propósito a construção de quatro submarinos convencionais, um de propulsão nuclear e a construção de um estaleiro e base naval de submarinos no município de Itaguaí-RJ (BRASIL, 2019c).

*SEAPOW*ER - A doutrina do *Naval War College* considera que o “*naval power*” (poder naval) corresponde à marinha militar, incluindo meios aéreos embarcados; o “*maritime power*” (poder marítimo) inclui o “*naval power*” e outros elementos armados, como a Guarda Costeira, os Fuzileiros Navais e forças não navais; o “*seapower*” engloba o “*maritime power*” e outros elementos não armados. Não existe uma tradução para a língua portuguesa consensualmente aceita para o conceito de “*seapower*”. Alguns autores adotam “poder marítimo”, outros preferem “poder do Estado no mar”. Neste trabalho optou-se pela primeira formulação e passaremos a adotar as citações de “*Sea Power*” e “*Seapower*” da mesma maneira, em que pese a grafia diferente. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/569>>. Acesso em 11 abr. 2023.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL® - A missão do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) é monitorar e proteger, continuamente, as áreas marítimas de interesse e as águas interiores, seus recursos vivos e não vivos, seus portos, embarcações e infraestruturas, em face de ameaças, emergências, desastres ambientais, hostilidades ou ilegalidades, a fim de contribuir para a segurança e a defesa da Amazônia Azul® e para o desenvolvimento nacional (BRASIL, 2023b).

TEATRO DE OPERAÇÕES – “Parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o consequente apoio logístico” (BRASIL, 2015, p. 265).

ZONA DE PAZ E DE COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL - A ZOPACAS foi criada por um acordo internacional em 1986, com o propósito de “evitar a introdução de armamentos nucleares e de destruição em massa na região do Atlântico Sul, e promover o aproveitamento de todo o potencial socioeconômico da área. Ela conta com 24 Estados signatários: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, RDC, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai” (BRASIL, 2012, p.36).

APÊNDICE A – Ilustrações



FIGURA 1 - Mapa político dos EUA.

Fonte: Disponível em: <<https://www.mapsinternational.com/large-north-america-wall-map-political-paper.html>>. Acesso em 10 ago. 2023.

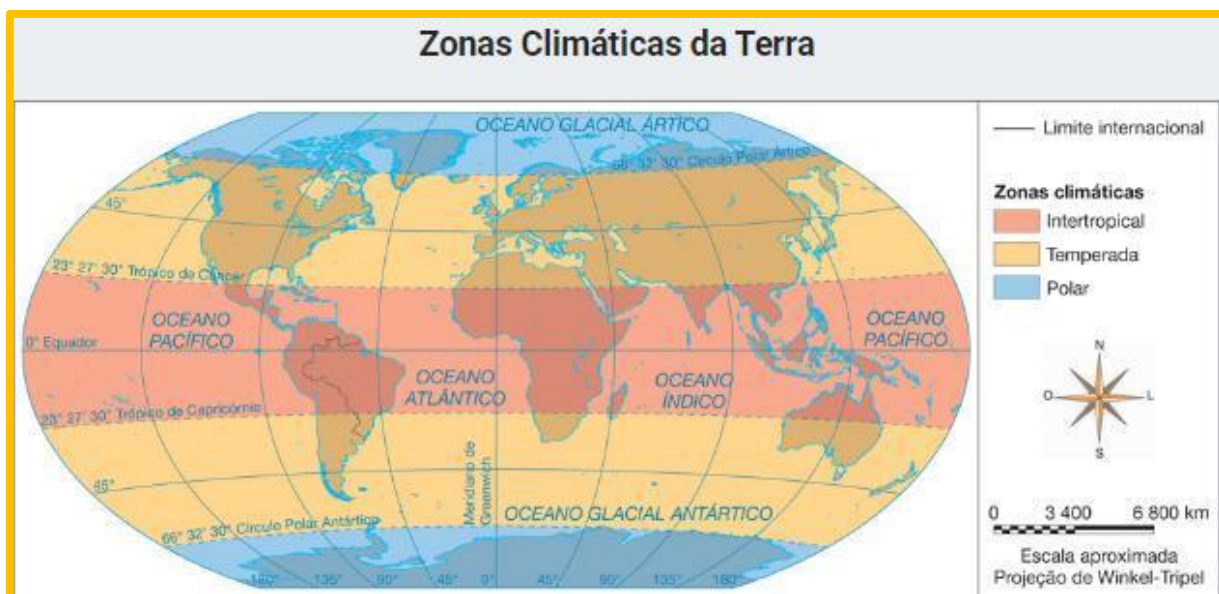


FIGURA 2 - Zonas climáticas da Terra.

Fonte: Disponível em: <<https://www.burningcompass.com/countries/united-states/us-midwest-map.html>>. Acesso em 09 ago. 2023.

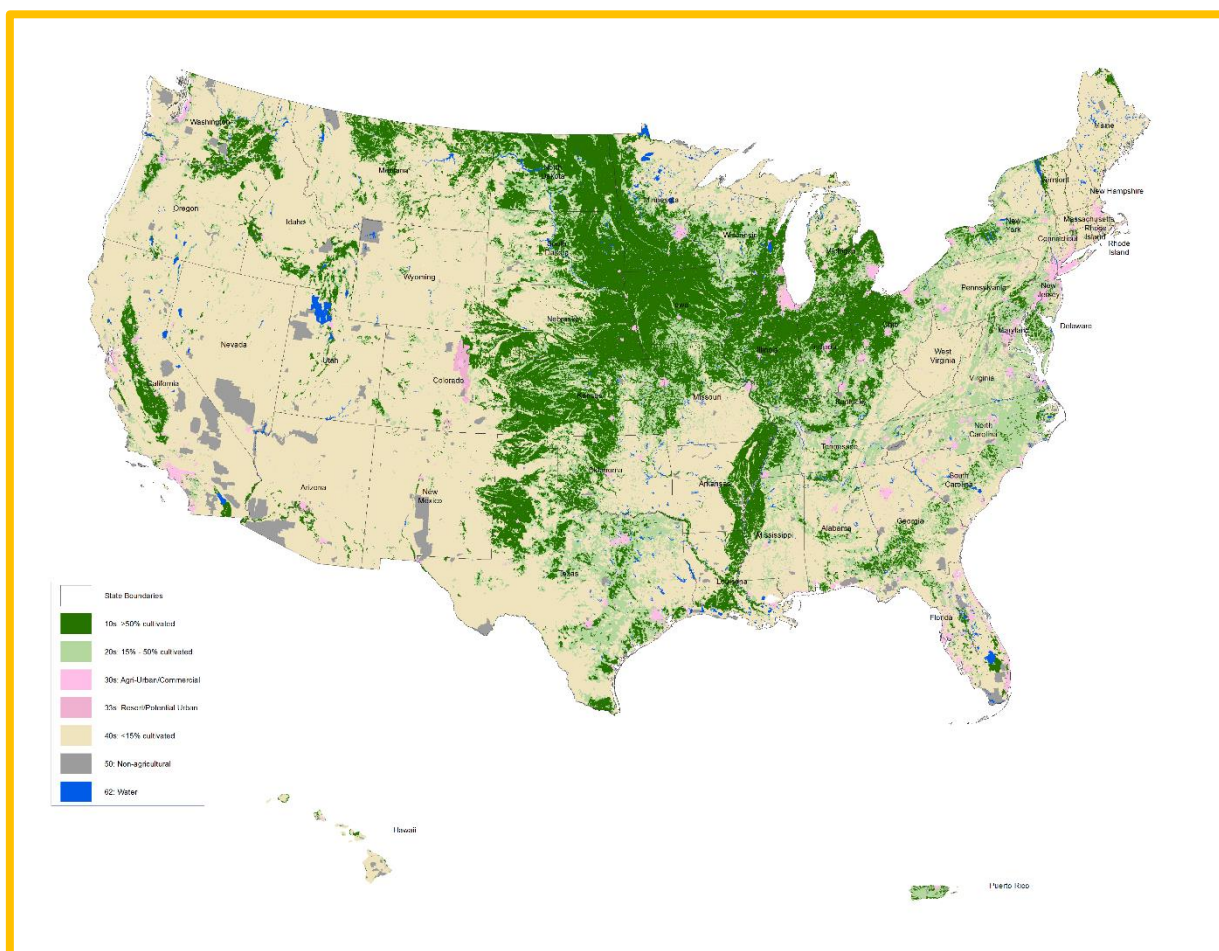


FIGURA 3 - Mapa das terras aráveis dos EUA.

Fonte: Disponível em: <https://www.nass.usda.gov/Research_and_Science/web_stratamaps/US_Strata_and_state_boundaries.png>. Acesso em 09 ago. 2023.

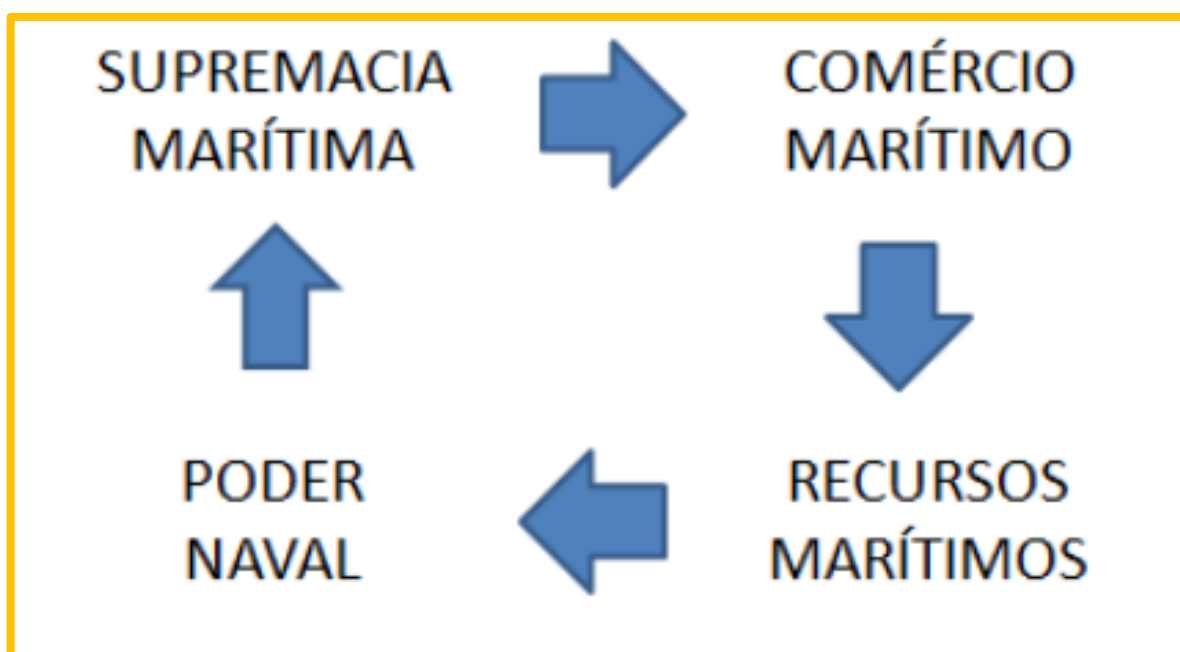


FIGURA 4 – O ciclo virtuoso marítimo das atividades marítimas.

Fonte: Till, 2018, p.18. *Seapower: A Guide for Twenty-First Century*.

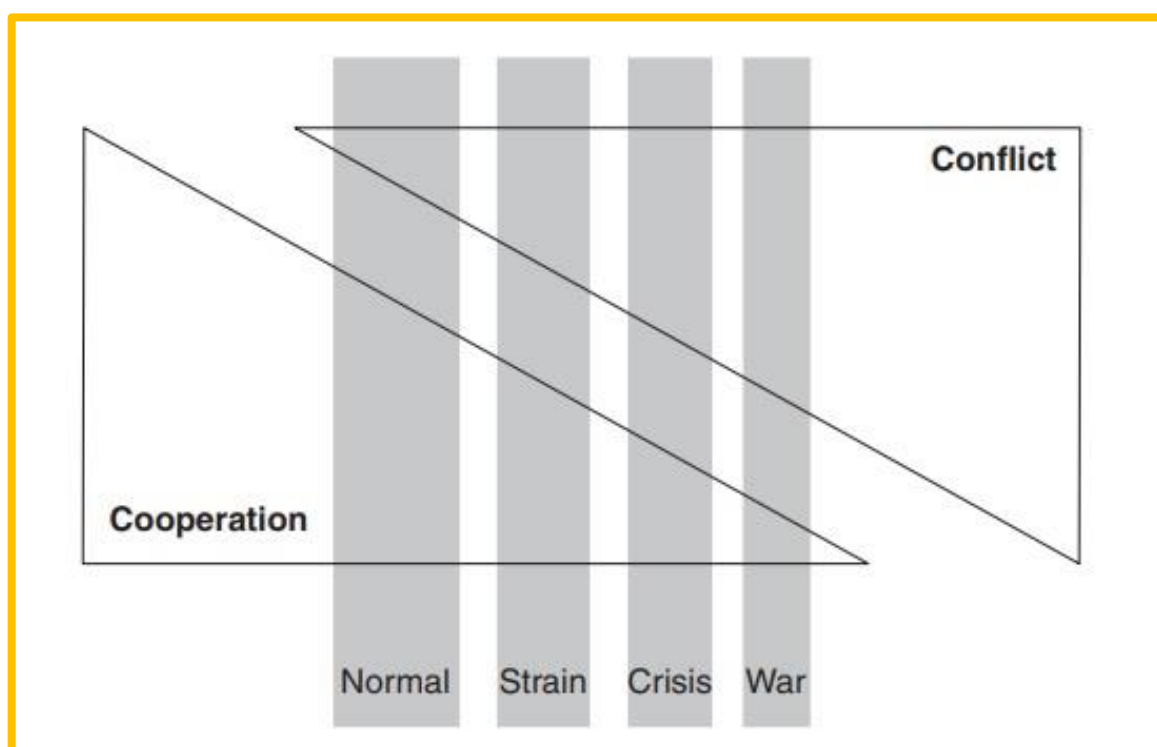


FIGURA 5 – Relações diplomáticas entre os Estados, flutuando desde a cooperação até o conflito.

Fonte: TILL, 2018 p. 58. *Seapower: A Guide for Twenty-First Century*.



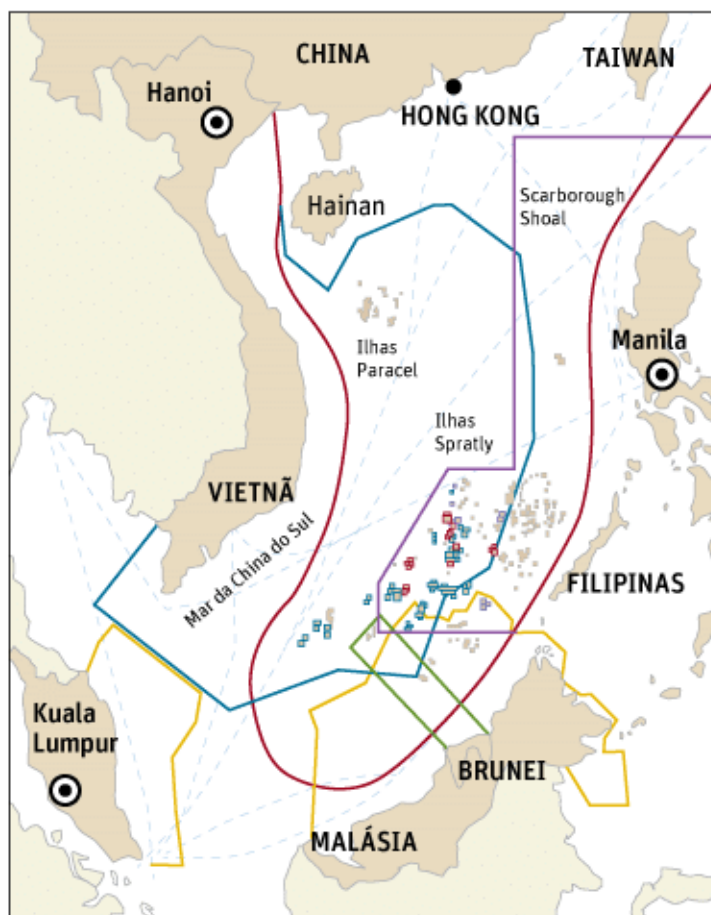
FIGURA 6 – Mapa demonstrativo da localização do porto de Sebastopol, na Crimeia.

Fonte: Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2022/12/07/marinha-ucraniana-dois-navios-russos-com-misseis-kalibr-operando-no-mar-negro/>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

A DISPUTA

China, Filipinas, Taiwan, Malásia e Vietnã disputam pequenos territórios e direitos sobre áreas do Mar do Sul da China

— China — Malásia — Vietnã — Brunei — Filipinas — Taiwan



Fonte do mapa: www.southchinasea.org

O CASO

Em 2013, as Filipinas levaram a disputa à Corte Permanente de Arbitragem, em Haia. Manila apresentou 15 pontos para julgamento, como a validade da reivindicação chinesa de direitos históricos sobre a maior parte da área e se é possível estabelecer exclusividade de uso econômico ao redor de oito pequenas ilhas

RECUSA CHINESA

Desde o início, a China afirmou que não reconheceria a decisão do tribunal e que ela não seria cumprida. O país alega soberania incontestável das ilhas do Mar do Sul da China e de suas águas, e vem instalando pistas de pouso e radares no local

GEOPOLÍTICA

O caso extrapola a Ásia: os EUA já enviaram navios militares ao local, como alerta às aspirações chinesas na região

FIGURA 7 – Reivindicação do Vietnã, Filipinas, Taiwan, Malásia, Brunei e China pelos territórios marítimos no Mar do Sul da China.

Fonte: Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mundo /2016/07/1790822-tribunal-de-haia-decide-em-favor-das-filipinas-em-arbitragem-sobre-mar-do-sul-da-china.shtml>>. Acesso em 09 ago. 2023.



FIGURA 8 – Representação das conexões de Poder e a estrutura básica para uma boa análise geopolítica.

Fonte: Exposição do CMG(RM1) Leonardo Mattos, instrutor da disciplina de geopolítica ao C-PEM 2023, em 07 mar. 2023.



FIGURA 9 - Mapa do Midwest estadunidense.

Fonte: Disponível em: <<https://www.burningcompass.com/countries/united-states/us-midwest-map.html>>. Acesso em 09 ago. 2023.



FIGURA 10 - Figura dos rios navegáveis do Midwest estadunidense com destaque para o Rio Mississippi.

Fonte: Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mississippi_river_new-01.png>. Acesso em 11 ago. 2023.



FIGURA 11 - Mapa demonstrando o Estado bioceânico com extensa oferta de rios navegáveis (hidrografia dos EUA).

Fonte: Disponível em: <<https://ontheworldmap.com/usa/usa-rivers-and-lakes-map.jpg>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

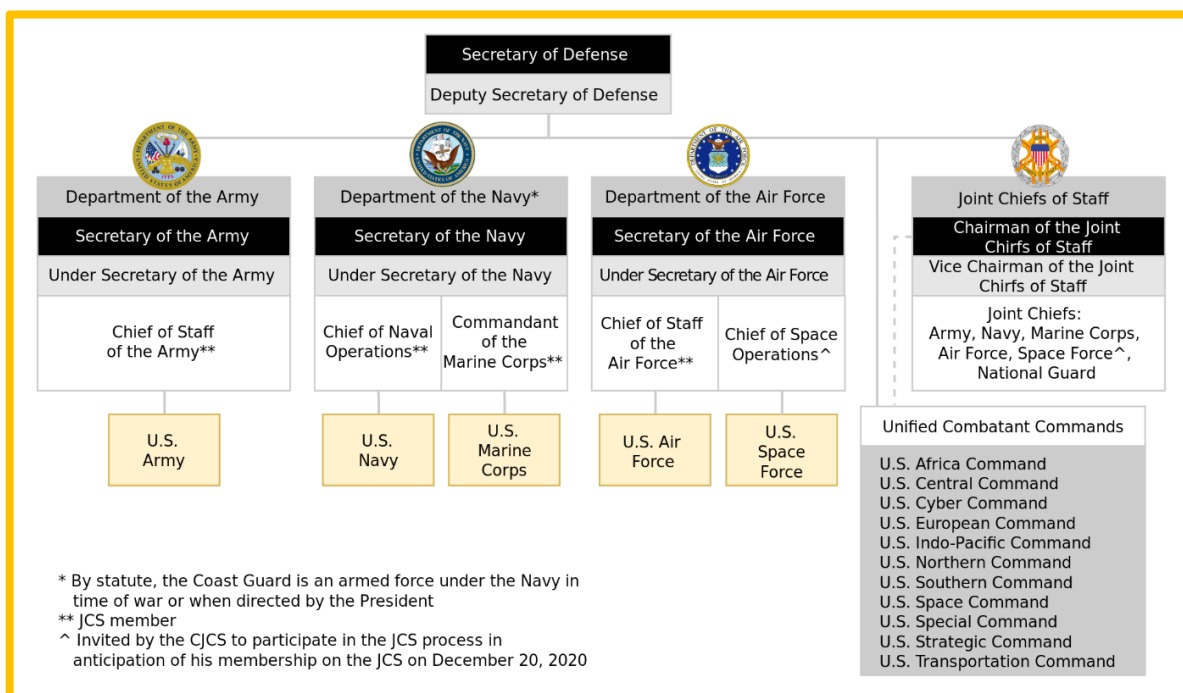


FIGURA 12 – Estrutura organizacional da Marinha dos EUA.

Fonte: Disponível em: <https://www.airforcemag.com/app/uploads/2020/02/Comprehensive-Plan-for-the-organizational-Structure-of-the-USSF_Feb-2020.pdf>. Acesso em 02 ago. 2023.

1		United States Navy (243 units)	TvR: 323.9
2		People's Liberation Army Navy (422 units)	TvR: 319.8
3		Russian Navy (265 units)	TvR: 242.3
4		Indonesian Navy (243 units)	TvR: 137.3
5		Republic of Korea Navy (138 units)	TvR: 122.9
6		Japan Maritime Self-Defense Force (102 units)	TvR: 121.3
7		Indian Navy (102 units)	TvR: 99.1
8		French Navy (65 units)	TvR: 92.9
9		British Royal Navy (51 units)	TvR: 88.3
10		Turkish Navy (90 units)	TvR: 80.5
11		Italian Navy (54 units)	TvR: 80.7
12		Republic of China Navy (91 units)	TvR: 74.6
13		Egyptian Navy (107 units)	TvR: 72.4
14		Korean People's Army Naval Force (186 units)	TvR: 67.9
15		Algerian National Navy (96 units)	TvR: 61.5
16		Bangladesh Navy (50 units)	TvR: 58.6
17		Spanish Navy (42 units)	TvR: 56.0
18		German Navy (34 units)	TvR: 54.7
19		Islamic Republic of Iran Navy (66 units)	TvR: 50.3
20		Royal Australian Navy (36 units)	TvR: 48.9
21		Royal Thai Navy (86 units)	TvR: 47.6
22		Hellenic Navy (63 units)	TvR: 47.2
23		Royal Canadian Navy (37 units)	TvR: 43.7
24		Republic of Singapore Navy (37 units)	TvR: 43.2
25		Brazilian Navy (43 units)	TvR: 39.9
26		Portuguese Navy (28 units)	TvR: 38.9
27		Swedish Navy (35 units)	TvR: 37.8
28		Royal Netherlands Navy (22 units)	TvR: 37.3
29		Pakistan Navy (31 units)	TvR: 36.6
30		Philippine Navy (59 units)	TvR: 33.7
31		Argentine Navy (30 units)	TvR: 19.8
32		South African Navy (11 units)	TvR: 13.7
33		Royal Saudi Navy (25 units)	TvR: 10.7
34		Ukrainian Naval Forces (16 units)	TvR: 8.6
35		Belgian Naval Component (9 units)	TvR: 7.6
36		Turkmen Naval Forces (35 units)	TvR: 2.3

FIGURA 13 – Classificação anual do *World Directory of Modern Military Warships* (WDMMW - Diretório mundial de navios militares modernos) que apresenta as Forças Navais mais poderosas do mundo (WDMMW, 2023).

Fonte: Disponível em: <[https:// www.wdmmw.org/ranking.php](https://www.wdmmw.org/ranking.php)>. Acesso em: 09 ago. 2023.

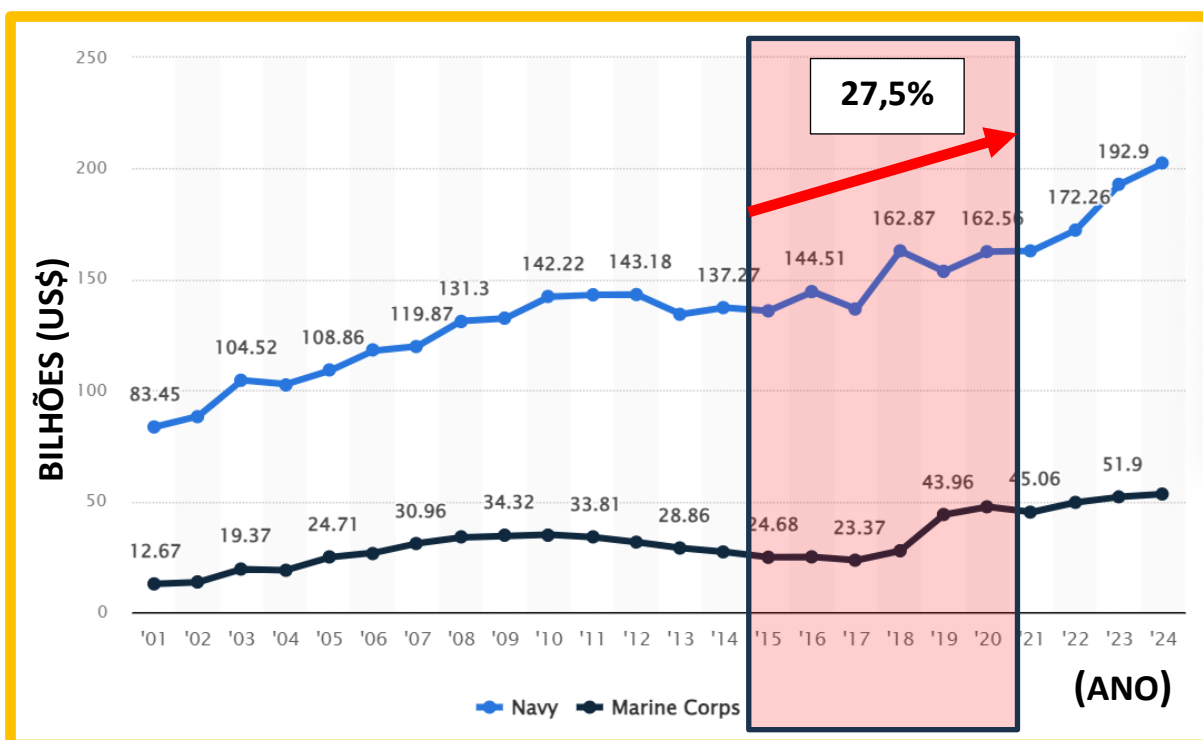


FIGURA 14 - Orçamento atualizado de despesas por ano (US Navy e US Marine Corps) de 2001 a 2024 com destaque em encarnado, entre os anos de 2015 e 2020.

Fonte: Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/239290/budget-of-the-us-navy-and-the-us-marine-corps/>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

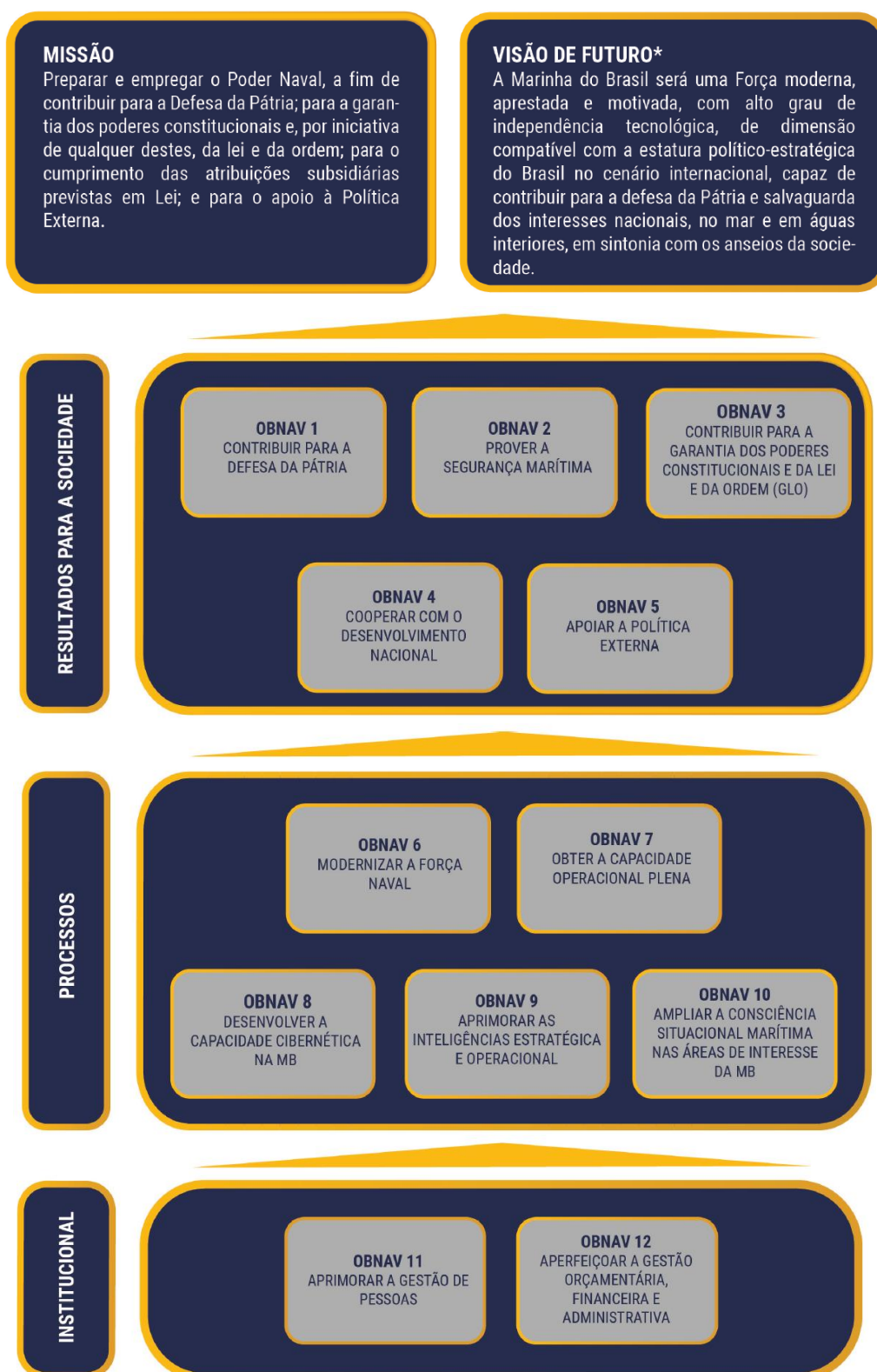


FIGURA 15 – Mapa Estratégico da Marinha

Fonte: BRASIL, 2020, p. 55. **Plano Estratégico da Marinha 2040.**



FIGURA 16 – Programas Estratégicos da MB

Fonte: Disponível em: < https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/ensino-e-pesquisa/copy_of_defesa-e-academia/curso-de-extensao-em-defesa-nacional/arquivos/xxiv/programas_estrategicos_da_marinha_do_brasil.pdf>. Acesso em 14 ago. 2023.

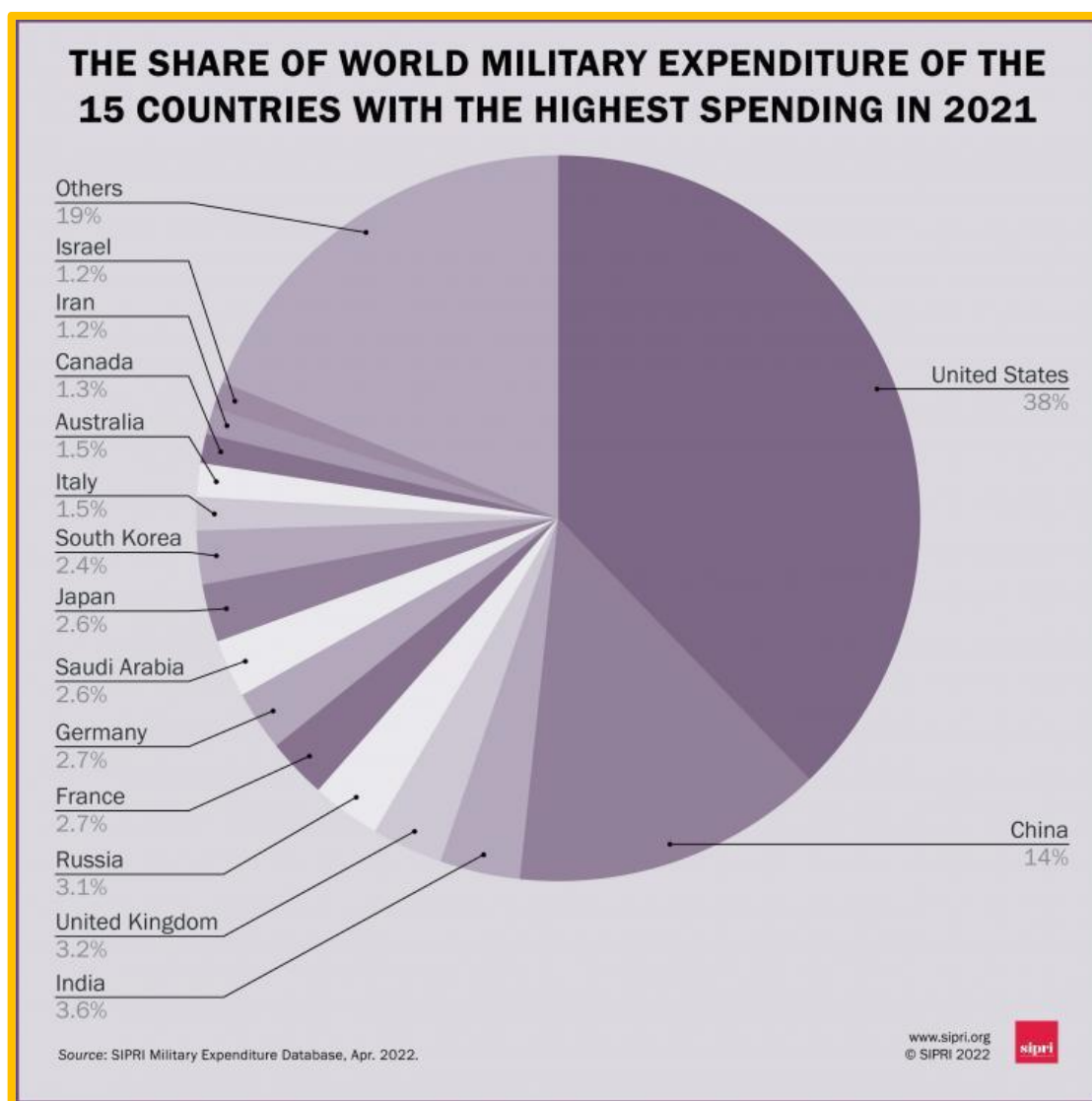


FIGURA 17 – Os 15 Estados que mais tiveram despesas militares em 2021

Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/sipriorg/status/1518371710617243649?lang=zh-Hant>>. Acesso em 14 ago. 2023



FIGURA 18 – Elementos do Poder Marítimo.

Fonte: BRASIL, 2020, p. 14. Plano Estratégico da Marinha 2040.



FIGURA 19 – Entorno estratégico brasileiro.

Fonte: BRASIL, 2020, p. 18. Plano Estratégico da Marinha 2040.

APÊNDICE B - PARADIGMA DA ESTRATÉGIA DE LIDDELL HART

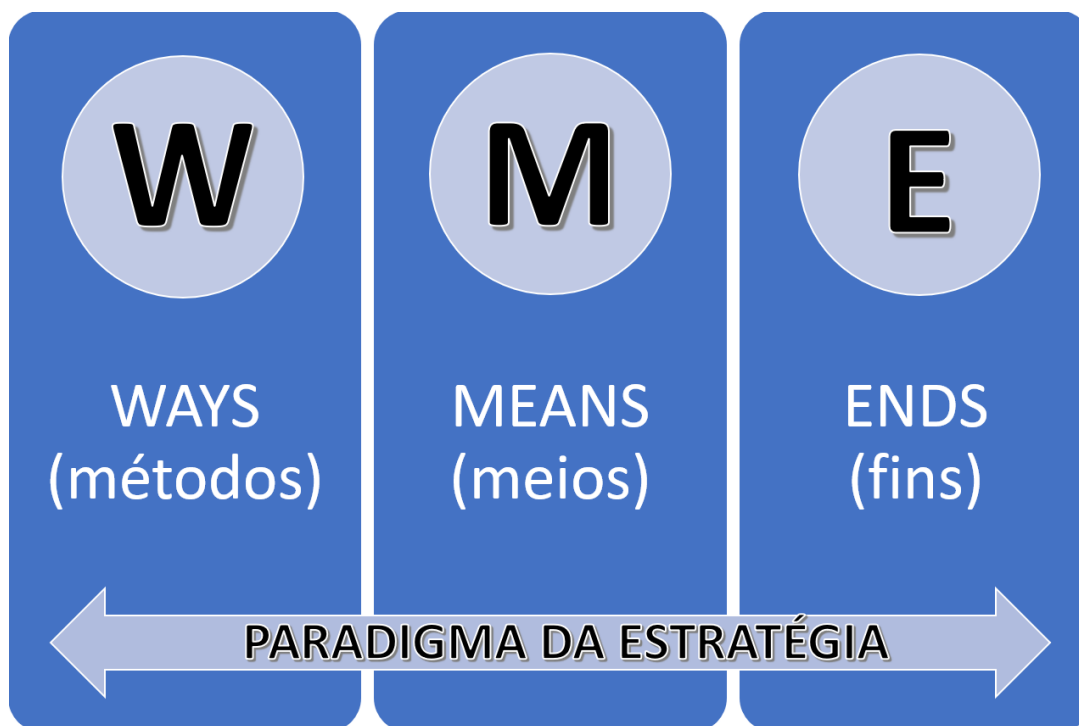


ILUSTRAÇÃO 1 - Paradigma da estratégia de Liddell Hart demonstrando a relação entre *ways* (métodos), *means* (meios) e *ends* (fins).

Fonte: Ilustração elaborada pelo autor adaptado do modelo de Liddell Hart.

APÊNDICE C – DIFERENÇAS ENTRE AS ESTRATÉGIAS NAVAIS DOS EUA DE 2015 E DE 2020.

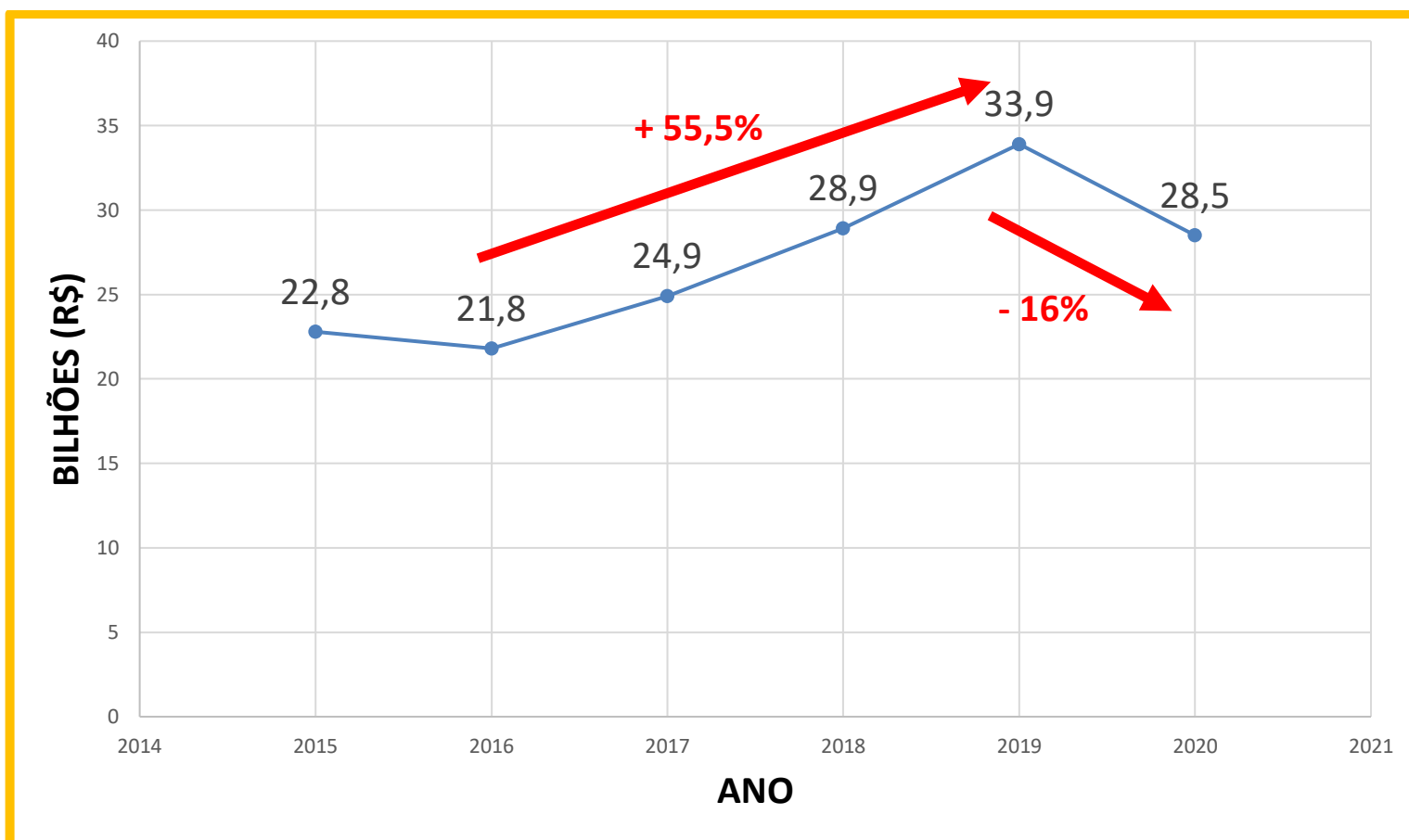


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados extraídos das Estratégias Navais estadunidenses de 2015 e 2020 com as percepções de ameaças e objetivos, assim como, a necessidade de cooperação internacional e as prioridades com os investimentos na área de Defesa.

APÊNDICE D – CONEXÕES ENTRE OS ESTADOS E A RELAÇÃO INVERSAMENTE PROPORCIONAL ENTRE INVESTIMENTOS EM DEFESA E A NECESSIDADE DE COOPERAÇÃO MILITAR.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na representação da relação inversamente proporcional entre investimentos em área de defesa e necessidade de cooperação militar.

APÊNDICE E - ORÇAMENTO ATUALIZADO DE DESPESAS POR ANO (COMANDO DA MARINHA)

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados extraídos do Portal da Transparência do Governo.

Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br/orcamento/despesas?ordenarPor=ano&direcao=desc>>. Acesso em 13 ago. 2023.

APÊNDICE F – COMPARAÇÃO ENTRE A PN E O PEM 2040.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados extraídos da Política Naval e do Plano Estratégico da Marinha 2040 com as percepções de ameaças e objetivos, assim como, a necessidade de cooperação internacional e as prioridades com os investimentos na área de Defesa.

APÊNDICE G – COMPARAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NAVAIS ESTADUNIDENSES COM A PN E O PEM 2040.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na comparação entre as Estratégias Navais dos EUA, PN e PEM 2040.